

ISSN 2358-0984



ANAIIS DE MEDICINA

XI SEMANA ACADÊMICA
DE MEDICINA

15 a 18 de outubro de 2024

© 2024 Editora Unoesc

Direitos desta edição reservados à Editora Unoesc

É proibida a reprodução desta obra, de toda ou em parte, sob quaisquer formas ou por quaisquer meios, sem a permissão expressa da Editora.
editora@unoesc.edu.br

Editora Unoesc

Coordenação: Tiago de Matia

Agente administrativa: Simone Dal Moro
Revisão metodológica: Paula Stechenski Zaccaron
Projeto gráfico e capa: Simone Dal Moro
Diagramação: Simone Dal Moro

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

S471a	Semana Acadêmica do Curso de Medicina (11 : 2024: 15 a 18 de out.: Joaçaba, SC). Anais da XI Semana Acadêmica do Curso de Medicina / comissão organizadora Maria Esther Duran Traverso, Paula Giovana Kleber ; editores Elcio Luiz Bonamigo, Roberto Rheingantz da Cunha Filho. - Joaçaba, SC: Unoesc, 2024. 104 p. ; 30 cm ISSN 2358-0984 1. Medicina - Congressos e convenções. I. Traverso, Maria Esther Duran, (org.). II. Kleber, Paula Giovana, (org.). III. Bonamigo, Elcio Luiz, (edit.). IV. Cunha Filho, Roberto Rheingantz, (edit.). V. Título. CDD 610.63
-------	--

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca da Unoesc de Joaçaba

Comissão Organizadora:

Maria Esther Duran Traverso
Paula Giovana Kleber

Comissão Científica (Editores)

Elcio Luiz Bonamigo
Roberto Rheingantz da Cunha Filho

Comissão Avaliadora

Aline Pertille Remor
Diego de Carvalho
Luana Patricia Marmitt
Marcos Freitas Cordeiro
Maria Esther Duran Traverso

Universidade do Oeste de Santa Catarina - Unoesc

Reitor

Ricardo Antonio De Marco

Vice-reitores de Campi

Campus de Chapecó
Carlos Eduardo Carvalho
Campus de São Miguel do Oeste
Vitor Carlos D'Agostini
Campus de Videira
Carla Fabiana Cazella
Campus de Xanxerê
Genesio Téo

Pró-reitora de Ensino
Jaciney Aparecida Danielli

Diretor Executivo
Jarlei Sartori

Pró-reitor de Pesquisa, Pós-Graduação,
Extensão e Inovação
Kurt Schneider

A revisão linguística é de responsabilidade dos autores.

SUMÁRIO

XI SEMANA ACADÊMICA DO CURSO DE MEDICINA APRESENTAÇÃO.....	7
A ASSOCIAÇÃO DO USO DE TELAS COM A DIMINUIÇÃO DA ACUIDADE VISUAL EM CRIANÇAS: UMA REVISÃO	9
A ÉTICA NA PRÁTICA PROFISSIONAL EM SAÚDE E A RESPONSABILIDADE CIVIL NO CONTEXTO DO ERRO MÉDICO	11
A OBJEÇÃO DE CONSCIÊNCIA AO ABORTO LEGAL SEGUNDO A ÉTICA MÉDICA	13
A REVOLUÇÃO DA NEUROCIRURGIA FUNCIONAL: ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS E TERAPIAS EMERGENTES	15
ABORDAGEM TERAPÊUTICA NO TRATAMENTO DA DISLIPIDEMIA.....	17
ANÁLISE DO PERFIL SOCIAL, CLÍNICO E ASSISTENCIAL ÀS CRIANÇAS COM MICROCEFALIA NO CONTEXTO PÓS-EPIDEMIA DE ZIKA NO SISTEMA DE SAÚDE BRASILEIRO: UMA REVISÃO INTEGRATIVA	19
ANÁLISE DOS CRITÉRIOS CLÍNICOS, ÉTICOS E SOCIAIS NA IMPLEMENTAÇÃO DE ORDENS DE NÃO REANIMAR EM PACIENTES TERMINAIS	21
AS QUESTÕES ÉTICAS DA TELESSAÚDE NA PRESERVAÇÃO DA AUTONOMIA DO PACIENTE E PROTEÇÃO DE DADOS	23
ASPECTOS ÉTICOS DA EDIÇÃO GENÉTICA PELO CRISPR-CAS9: UMA REVISÃO.....	25
ASSOCIAÇÃO ENTRE POLIFARMÁCIA E AUTOPERCEPÇÃO DA SAÚDE EM IDOSOS: UM ESTUDO DE CASO EM UMA CIDADE DO RIO GRANDE DO SUL	27
AVALIAÇÃO CINÉTICO-FUNCIONAL DA CINTURA ESCAPULAR HOMOLATERAL AO PROCEDIMENTO CIRÚRGICO DO CÂNCER DE MAMA	29
COMPARAÇÃO DA EFICÁCIA ENTRE AS TÉCNICAS DE COMPRESSÃO MANUAL E LASER DE BAIXA INTENSIDADE NA DESATIVAÇÃO DE PONTOS DE GATILHO MIOFASCIAS GUIADO POR ANÁLISE TERMOGRÁFICA INFRAVERMELHA	31
COMPARAÇÃO ENTRE AS TÉCNICAS DE MOBILIZAÇÃO MIOFASCIAL MANUAL E ALONGAMENTO MUSCULAR PASSIVO E SEUS EFEITOS NO DESEMPENHO DE CICLISTAS AMADORES: ENSAIO CLÍNICO RANDOMIZADO	33
COMPARAÇÃO RESPIRATÓRIA E FÍSICA DE IDOSOS SEDENTÁRIOS E PRATICANTES DE ATIVIDADE FÍSICA: UM ESTUDO TRANSVERSAL	35
BENEFÍCIOS E RISCOS DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA ÁREA DA SAÚDE	37
CONDIÇÕES SOCIODEMOGRÁFICAS E SUA INFLUÊNCIA PERANTE AS CARDIOPATIAS CONGÊNITAS: UMA REVISÃO	39
CONFLITOS ÉTICOS NO USO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA MEDICINA	41
CONSTRUINDO SIGNIFICADOS E REFLEXÕES: ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE, HABILIDADES DE COMUNICAÇÃO NA RELAÇÃO MÉDICO-PACIENTE	43

DESAFIOS FRENTE À TOMADA DE DECISÃO NA DOAÇÃO DE ÓRGÃOS: UMA ANÁLISE CRÍTICA	45
DILEMAS ÉTICOS PRESENTES NA PRÁTICA DA TELEMEDICINA	47
DILEMAS ÉTICOS VIVENCIADOS POR ESTUDANTES DE MEDICINA.....	49
DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA SEXUAL: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	51
EDUCAÇÃO INTERPROFISSIONAL NA ÁREA DA SAÚDE NA FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA.....	53
ENTRE A LUZ E A SOMBRA: O IMPACTO DA TOXOPLASMOSE OCULAR	55
ENSINO DA ANATOMIA HUMANA: UMA REVISÃO DE LITERATURA	57
ÉTICA E PROFISSIONALISMO MÉDICO NAS REDES SOCIAIS: UM DILEMA CONTEMPORÂNEO.....	59
ÉTICA MÉDICA NOS CUIDADOS PALIATIVOS: UMA VISÃO INTEGRATIVA E HUMANISTA.....	61
FATORES ASSOCIADOS À QUEDA NA COBERTURA VACINAL NO BRASIL	63
IMPACTO DA PANDEMIA DA COVID-19 NA BUSCA DE ATENDIMENTO EM SAÚDE MENTAL NA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA.....	65
IMPACTO DAS ALTERAÇÕES MODIC NO SUCESSO DA CONSOLIDAÇÃO VERTEBRAL APÓS ARTRODESE DE COLUNA LOMBAR	67
IMPLICAÇÕES BIOÉTICAS NA PRESCRIÇÃO DE MEDICAMENTOS SEM EFICÁCIA COMPROVADA PARA TRATAMENTO DA COVID-19	69
IMPLICAÇÕES ÉTICAS SOBRE O USO DA TECNOLOGIA E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA MEDICINA	71
INFLUÊNCIA DO TABAGISMO PASSIVO NO AGRAVAMENTO DA ASMA EM CRIANÇAS	73
INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA FORMAÇÃO MÉDICA: DESAFIOS ÉTICOS E LIMITES OPERACIONAIS	75
MANEJO PERIOPERATÓRIO EM CIRURGIA VASCULAR: ANÁLISE DE RECUPERAÇÃO APRIMORADA (ERAS®)	77
O IMPACTO DAS DIFERENTES CÉLULAS-TRONCO NA MEDICINA REGENERATIVA E SEUS DESAFIOS ÉTICOS	79
OS ACOMETIMENTOS DA MUCOSA INTESTINAL EM DECORRÊNCIA DOS ASPECTOS IMUNOLÓGICOS E PATOLÓGICOS RELACIONADOS À DOENÇA CELÍACA	81
OS DESAFIOS DA TELESSAÚDE NA PANDEMIA DA COVID-19.....	83
PENSAMENTO CRÍTICO DE ESTUDANTES DA ÁREA DA SAÚDE E SUA RELAÇÃO COM O DESEMPENHO ACADÊMICO.....	85
POLIOMIELITE: VACINAÇÃO COMO MÉTODO DE PREVENÇÃO	86
PREVALÊNCIA DE DOENÇAS CRÔNICAS EM UMA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA DO MEIO-OESTE CATARINENSE	88
PRINCIPAIS MOTIVOS DA RECUSA FAMILIAR NA DOAÇÃO DE ÓRGÃOS NO BRASIL.....	90

RASTREIO DE CÂNCER DE COLO UTERINO E DE MAMA: UM ESTUDO RETROSPECTIVO DO IMPACTO DA COVID-19 EM ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA EM UM MUNICÍPIO DO MEIO-OESTE CATARINENSE	92
RELAÇÃO DOS EXTREMOS DE IDADE MATERNA E COMPLICAÇÕES PERINATAIS: UMA REVISÃO DE LITERATURA	94
RELAÇÃO ENTRE ATEROSCLEROSE E OBESIDADE NA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	96
RESISTÊNCIA PARENTAL À VACINAÇÃO INFANTIL COMPULSÓRIA CONTRA COVID-19.....	98
RESPOSTAS TERMOGRÁFICAS AGUDAS AO ESTRESSE FÍSICO DE ATLETAS PROFISSIONAIS NA MODALIDADE DE FUTSAL.....	100
RESPOSTAS TERMOGRÁFICAS AGUDAS AO STRESS FÍSICO DE ATLETAS PROFISSIONAIS NA MODALIDADE DE BASQUETE.....	102
SÍNDROME DE BURNOUT APÓS O PERÍODO CRÍTICO DA PANDEMIA EM EQUIPE DE SAÚDE DA EMERGÊNCIA DE UM HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DO MEIO-OESTE DE SANTA CATARINA: UM ESTUDO TRANSVERSAL	104

XI Semana Acadêmica do Curso de Medicina

Apresentação

Em comemoração aos 20 anos do Curso de Medicina da Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc) e por ocasião da XI Semana Acadêmica, com a supervisão técnica da Editora Unoesc, a quem agradecemos, e com o auxílio de professores do curso e a colaboração dos acadêmicos no envio de resumos, preparamos a nona edição dos Anais de Medicina. Neste número podem ser encontrados resumos científicos oriundos de pesquisa de revisão, com destaque para os temas de Bioética, Inteligência Artificial, Telessaúde, Uso de Telas, Clínica Médica, Doação de Órgãos, Tabagismo, Relatos de Experiência, entre outros. Também são encontrados trabalhos resultantes de pesquisa com seres humanos, com destaque para a fisioterapia, sob a orientação de professores de distintas áreas do saber. Quase 50 resumos foram analisados, inferindo-se que a publicação constitui uma oportunidade e um incentivo às pesquisas na graduação e pós-graduação.

Desejamos uma boa leitura!

A ASSOCIAÇÃO DO USO DE TELAS COM A DIMINUIÇÃO DA ACUIDADE VISUAL EM CRIANÇAS: UMA REVISÃO

DALLA ROSA, Bernardo¹; BONETTI, Lucas E.¹; BONAMIGO, Elcio L.²

¹ Discentes do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

² Docente do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

Introdução: O uso de dispositivos eletrônicos vem crescendo com o passar dos anos. À medida que seu acesso se torna mais fácil, o uso por diversos públicos tem aumentado, inclusive crianças. Nesse sentido, apesar dos benefícios agregados pela tecnologia, questionam-se os possíveis danos oftalmológicos provocados pela exposição de crianças às telas. **Objetivo:** Relatar a possível associação do uso de telas pelo público infantil com a diminuição da acuidade visual. **Metodologia:** Buscou-se através da plataforma Google Acadêmico, artigos publicados entre 2020 e 2024, utilizando os descritores: acuidade visual; tempo de tela; e crianças. **Resultados:** Dos 20 artigos encontrados, dez foram pré-selecionados, e cinco foram utilizados para esta revisão. Estudos têm demonstrado que uma interação complexa de fatores genéticos, ambientais e comportamentais influi no início e na progressão da miopia (Mirhajianmoghadam; Piña; Ostrin, 2021). O tempo excessivo de tela tem sido associado a resultados adversos para a saúde em crianças, incluindo problemas relacionados à visão, como miopia (Champagne-Hamel *et al.*, 2023). Um estudo clínico prospectivo com 50 participantes mostrou que o uso de smartphone, por 4 horas ao dia, resultou em aumento do índice de miopia, astenopia e doença da superfície ocular; entre os 14 estudos incluídos na análise, 9 encontraram uma associação significativa entre o uso excessivo de smartphones e deficiência visual; outro estudo mostrou associações negativas, mas não estatisticamente significativas, entre o uso excessivo de smartphones e miopia, no entanto, o efeito adverso foi mais evidente em crianças do que em jovens adultos (Wang *et al.*, 2020). Em uma metanálise, seis estudos mostraram que o uso de computadores estava significativamente associado ao aumento da prevalência de miopia em crianças de 5 a 16 anos; por outro lado, cinco outros estudos não produziram resultados consistentes (Lanca; Saw, 2020). Em estudo de meta-análise foi demonstrado que o aumento de atividades ao ar livre em crianças protege contra o início da miopia, relatando redução de sua incidência e prevalência (Wong *et al.*, 2021). Não há uma associação clara entre o tempo de tela e a prevalência, incidência ou progressão da miopia; sete de 15 estudos encontraram uma associação entre o tempo de tela e a miopia; como os resultados são mistos, mais estudos são necessários; os estudos mais recentes parecem mostrar uma tendência de associação, que pode estar relacionada ao aumento do tempo de tela nos anos mais recentes; curiosamente, mesmo nos estudos que não conseguiram demonstrar um efeito de associação, crianças com miopia, em média, passaram mais tempo usando telas em comparação com aquelas sem miopia (Lanca; Saw, 2020). **Conclusão:** Conclui-se que o tempo de tela e as doenças visuais em pacientes pediátricos

mostrou associação relevante na maior parte das pesquisas. No entanto, são necessários mais estudos acerca do tema, a fim de esclarecer esta relação.

Palavras-chave: acuidade visual; tempo de tela; crianças.

berdallarosa@gmail.com

REFERÊNCIAS

CHAMPAGNE-HAMEL, Mathilde; MONFORT, Christine; CHEVRIER, Cécile; SAINT-AMOUR, Dave. Screen time at 6 years old and visual function in early adolescence. *Vision*, v. 7, n. 4, p. 63, 2023. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2411-5150/7/4/63>. Acesso em: 16 set. 2024.

LANCA, Carla; SAW, Seang-Mei. The association between digital screen time and myopia: a systematic review. *Ophthalmic and Physiological Optics*, v. 40, n. 2, p. 216-229, 2020. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/opo.12657>. Acesso em: 16 set. 2024.

MIRHAJIANMOGHADAM, Hanieh; PIÑA, Amanda; OSTRIN, Lisa A. Objective and subjective behavioral measures in myopic and non-myopic children during the COVID-19 pandemic. *Translational Vision Science & Technology*, v. 10, n. 11, p. 4, 2021. Disponível em: <https://tvst.arvojournals.org/article.aspx?articleid=2777866>. Acesso em: 13 set. 2024.

WANG, Jian; LI, Mei; ZHU, Daqiao.; CAO, Yang. Smartphone overuse and visual impairment in children and young adults: systematic review and meta-analysis. *Journal of Medical Internet Research*, v. 22, n. 12, p. e21923, 2020. Disponível em: <https://www.jmir.org/2020/12/e21923>. Acesso em: 15 set. 2024.

WONG, Chee Wai; TSAI, Andrew; JONAS, Jost B.; OHNO-MATSUI, Kyoko; CHEN, James; ANG, Marcus; TING, Daniel Shu Wei. Digital screen time during the COVID-19 pandemic: risk for a further myopia boom? *American Journal of Ophthalmology*, v. 223, p. 333-337, 2021. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0002939420303925>. Acesso em: 15 set. 2024.

A ÉTICA NA PRÁTICA PROFISSIONAL EM SAÚDE E A RESPONSABILIDADE CIVIL NO CONTEXTO DO ERRO MÉDICO

CHIAPETTI, Heitor F.¹; COSTA, Higor A. O.¹; LUTZ, Erló¹; BONAMIGO, Elcio L.²

¹ Discentes do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

² Docente do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

Introdução: A ética na prática profissional em saúde é fundamental para garantir a qualidade do atendimento e a segurança do paciente. A formação ética e científica do médico contribui para promover um atendimento de qualidade seguro ao paciente que previne a ocorrência do erro médico. **Objetivo:** Este estudo tem como objetivo analisar a associação entre a ética profissional, a formação dos profissionais e a responsabilidade médica. **Metodologia:** A pesquisa foi realizada por meio de uma revisão bibliográfica de artigos científicos relevantes nas áreas de ética, responsabilidade civil e formação profissional em saúde: “Ética e prática profissional em saúde” de Maria Bettina Camargo Bub, “Responsabilidade civil e o erro médico” de Nicole Garrett Bento, e “Ética médica e formação do médico” de Thays Helena Barbosa Sanchez. **Resultados:** Foram selecionados quatro artigos para a realização do resumo. A análise qualitativa dos textos permitiu identificar os principais temas e conexões entre ética, prática profissional e responsabilidade civil. Bub (2020) enfatiza a necessidade de uma formação ética sólida a ética, além de conteúdo a ser ensinado, recomendando que seja uma prática a ser vivida e refletida diariamente pelos profissionais de saúde. A responsabilidade civil, conforme abordado por Bento (2020), é uma consequência direta da prática médica, onde a falha na prestação de cuidados pode levar a implicações legais e morais para os profissionais da saúde. Sanchez (2020) complementa que a formação médica deve incluir não apenas conhecimentos técnicos, mas também o desenvolvimento de uma consciência ética, afirmando que o médico deve se preparar para a enfrentar dilemas éticos da profissão e isto é essencial para a construção de uma prática que respeite a autonomia do paciente e os princípios da beneficência e não maleficência. Os erros médicos, muitas vezes, decorrem da inobservância dos princípios éticos fundamentais, bem como da deficiência da formação profissional (Koeche *et al.*, 2013) . A falta de uma comunicação eficaz e a desconsideração da autonomia do paciente podem levar a decisões inadequadas, conforme ressaltado por Bento (2020). **Conclusão:** A análise dos artigos revela que a formação ética é um componente crucial para a prática médica. A relação entre ética, formação profissional e responsabilidade civil é essencial para a prática da medicina. A formação ética dos profissionais de saúde deve ser priorizada, não apenas como um conteúdo teórico, mas como uma prática reflexiva que esteja em toda a atuação profissional. Os erros médicos, que podem ter sérias implicações legais e éticas, evidenciam a necessidade de uma educação voltada para a ética e a comunicação. A ética, portanto, serve como um guia para a prática profissional, ajudando a minimizar os riscos de erros e suas consequências legais.

Assim, a promoção de uma cultura ética na saúde não apenas beneficia os profissionais, mas, principalmente, os pacientes, assegurando um atendimento mais humano e responsável.

Palavras-chave: ética profissional; erro médico; responsabilidade civil; formação médica; prática em saúde.

higordacosta.hc@gmail.com

REFERÊNCIAS

BENTO, Nicole Garrett. Responsabilidade civil e o erro médico. TCC, Universidade Federal Fluminense, 2020.

BUB, Maria Bettina Camargo. Ética e prática profissional em saúde. **Revista Texto e Contexto em Enfermagem**, v. 14, n. 1, p. 65-74, 2020.

KOECHE, Luciane G. *et al.* Prevalência de erro médico entre as especialidades médicas nos processos julgados pelo Conselho Regional de Medicina do Estado de Santa Catarina. **Arquivos Catarinense de Medicina**, v. 42, n. 4, p. 45-53, 2013.

SANCHEZ, Thays Helena Barbosa. Ética médica e formação do médico. Universidade Federal do Paraná. **Rev. Bioét.**, v. 30, p. 284-99, 2020.

A OBJEÇÃO DE CONSCIÊNCIA AO ABORTO LEGAL SEGUNDO A ÉTICA MÉDICA

BORLIN, Laura R.¹; SILVA, Gracielli da¹; STABEL, Yanca¹; BONAMIGO, Elcio L.²

¹ Discentes do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

² Docente do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

Introdução: O aborto é permitido somente em algumas circunstâncias no Brasil. De acordo com o Código Penal de 1940, ele pode ser autorizado quando a gravidez é decorrente de estupro ou quando há risco de morte da mulher (Madeiro *et al.*, 2016). O Ministério da Saúde estabeleceu diretrizes para o atendimento de mulheres vítimas de violência sexual e o aborto previsto no decreto n. 7.958/2013. Essas diretrizes normatizam que os médicos têm o direito individual de objeção de consciência à prática do aborto. **Objetivo:** Verificar os aspectos éticos envolvidos na objeção de consciência de médicos para a realização do aborto legal. **Metodologia:** A partir de pesquisa na biblioteca digital Google Acadêmico e Periódicos CAPES, foi realizada uma busca com os descritores “Ética”, “Objeção de consciência”, “Aborto Legal” e “Sigilo Médico”. **Resultados:** Foram angariados seis artigos, dos quais quatro, publicados entre 2011 e 2021 foram avaliados. Profissionais de saúde, em geral, e obstetras e ginecologistas, em particular, são muitas vezes ambivalentes com relação ao aborto, consequência do conflito entre valores profissionais e pessoais. A Federação Internacional de Ginecologia e Obstetrícia (Figo), afirma que o principal compromisso do médico deve ser proporcionar as melhores condições de saúde reprodutiva para as mulheres (Galli; Drezett; Cavagna Neto, 2012). Aqueles que se encontram impedidos de fazê-lo, por razões pessoais de consciência, não deixam de ter responsabilidade no atendimento. Nesses casos, a Figo estabelece como dever do médico informar à mulher sobre todas as opções para sua condição, inclusive aquelas a que ele se nega praticar. O princípio ético da autonomia assegura a importância da participação da mulher nas decisões sobre sua saúde (Galli; Drezett; Cavagna Neto, 2012). Ademais, o dever de proporcionar benefícios e prevenir danos à saúde antecede a objeção de consciência, e, se essas exigências éticas não forem cumpridas, a obrigação de cuidado médico estará ameaçada (Madeiro *et al.*, 2016). Sabe-se que o serviço de aborto legal no Sistema Único de Saúde (SUS) foi idealizado para atender mulheres vítimas de estupro e em risco de morte, duas situações em que o Código Penal não pune nem os médicos, nem as mulheres pela prática do aborto. Nesse sentido, o médico pode alegar objeção de consciência diante de uma situação concreta de pedido de aborto por uma mulher, desde que não o faça por desconfiança quanto ao estupro, por exemplo, mas estritamente por razões de sua moral privada, como é o caso das crenças religiosas (Diniz, 2011). No entanto, o Código de Ética Médica (CEM) declara que é vedado ao médico deixar de atender paciente que procure seus cuidados profissionais em casos de urgência ou emergência quando não houver outro médico ou serviço médico em condições de fazê-lo. Igualmente, na situação clássica de objeção de consciência, o mesmo médico que se recusa a participar de aborto não pode recusar atendimento à mulher com complicações provenientes de aborto já em curso

(Scherer; Sanches, 2021). **Conclusão:** Sendo assim, o direito à objeção de consciência deve ser limitado e equilibrado com os direitos e necessidades básicas da sociedade, como a saúde das mulheres. Nem todas as crenças individuais podem ser acomodadas publicamente, especialmente quando põem em risco o acesso a cuidados essenciais.

Palavras-chave: aborto legal; objeção de consciência; ética médica.

lauraborlinn@gmail.com

REFERÊNCIAS

DINIZ, Debora. Objeção de consciência e aborto: direitos e deveres dos médicos na saúde pública. **Revista Saúde Pública**, Brasília, v. 45, n. 5, p. 981-985, abr. 2011.

GALLI, Beatriz; DREZETT, Jefferson; CAVAGNA NETO, Mario. Aborto e objeção de consciência. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 64, n. 2, p. 32-34, abr./jun. 2012.

MADEIRO, Alberto *et al.* Objeção de Consciência e Aborto Legal: Atitudes de Estudantes de Medicina. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 40, n. 1, p. 86-92, jan. 2016.

SCHERER, Clara Nasser; SANCHES, Mário Antonio. Caracterização atual da objeção de consciência: proposta crítica e renovada. **Revista Bioética**, FapUNIFESP (SciELO), v. 29, n. 4, p. 706-715, dez. 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1983-80422021294504>.

A REVOLUÇÃO DA NEUROCIRURGIA FUNCIONAL: ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS E TERAPIAS EMERGENTES

ZILLI, Natasha K.¹; BONAMIGO, Elcio L.²

¹ Discente do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

² Docente do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

Introdução: A neurocirurgia funcional é uma especialidade da neurocirurgia focada na intervenção cirúrgica para tratar distúrbios do sistema nervoso central e periférico que causam disfunções neurológicas (Santos *et al.*, 2024). Outrossim, terapias emergentes com enfoque na neuromodulação, têm sido cada vez mais utilizadas em condições neurológicas de curso crônico e que não obtêm alívio satisfatório com tratamento conservador. **Objetivo:** O objetivo deste estudo foi explorar os avanços e as abordagens contemporâneas na neurocirurgia, com ênfase nas terapias emergentes e suas aplicações clínicas. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão bibliográfica mediante busca por artigos em português na base de dados SciELO, Google Acadêmico e PubMed com os descritores “neurocirurgia”, “funcional” e “abordagens. **Resultados:** Foram encontrados dezoito artigos e selecionados seis publicados entre 2004 e 2024. A neurocirurgia tem experimentado avanços notáveis que têm contribuído significativamente para a melhoria da qualidade de vida dos pacientes com doenças como Parkinson, tremores essenciais, distonia e transtorno obsessivo-compulsivo (TOC). As técnicas atuais em neurocirurgia funcional são resultado de décadas de pesquisa e desenvolvimento (Barreto *et al.*, 2024). Notáveis progressos foram alcançados, especialmente com a Estimulação Cerebral Profunda (ECP). Esta técnica, envolve a inserção de eletrodos em áreas específicas do cérebro para modular a atividade neural, mostrando resultados promissores para pacientes que não responderam de maneira satisfatória a tratamentos medicamentosos convencionais (Deuschl; Aguirre, 2020). Com base nisso, a neurocirurgia funcional para tratamento de transtornos psíquicos, como TOC, deve ser realizada de modo cuidadoso por se tratar de uma intervenção em um cérebro aparentemente íntegro, criando lesões em locais cerebrais específicos (Calazans, 2004). Além disso, técnicas de neuromodulação, como a estimulação do nervo vago e a estimulação da medula espinhal, têm surgido como opções terapêuticas eficazes para condições neurológicas como epilepsia, depressão resistente e dor crônica. Nesse viés, a cordotomia cervical é um método que vem emergindo para o tratamento de pacientes que sofrem com dor crônica. Consiste em um procedimento cirúrgico que realiza a secção das fibras nervosas laterais da medula, as quais são cruciais no papel de discriminação da dor e na experiência emocional associada ao sofrimento causado pela dor (Rodrigues *et al.*, 2024). Também, a rizotomia enquadra-se em uma abordagem neurocirúrgica emergente, que envolve a ablação de uma raiz nervosa. Geralmente, é realizada para tratar de pacientes que cursam com dor neuropática refratária, os quais não correspondem aos tratamentos conservadores. As três rizotomias mais comumente realizadas são a rizotomia do trigêmeo, para aliviar dor facial; rizotomia dorsal, buscando o alívio de dor lombar e de membros

inferiores; e a rizotomia simpática, que tem por objetivo interromper sinais de dor transmitidos pela via simpática (Rodrigues *et al.*, 2024). **Conclusão:** Conclui-se, a neurocirurgia funcional e seus avanços têm transformado o tratamento de distúrbios neurológicos. A incorporação da ECP e técnicas de neuromodulação, como a cordotomia cervical, estão proporcionando abordagens altamente personalizadas e eficazes para o tratamento, oferecendo uma melhor qualidade de vida aos pacientes.

Palavras-chave: neurocirurgia funcional; distúrbios neurológicos; avanços.

natasha_katia@live.com

REFERÊNCIAS

BARRETO, M. B. L. *et al.* NEUROCIRURGIA FUNCIONAL: AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS CLÍNICOS E COMPLICAÇÕES. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, v. 10, n. 4, p. 821-831, 2024.

CALAZANS, M. E. B. Normas internacionais aplicáveis à neurocirurgia funcional no Brasil. *Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo*, v. 99, p. 539-552, 2004.

DEUSCHL, G.; AGUIRRE, G. Technological advancements in deep brain stimulation. *Journal of Neurology*, v. 267, n. 7, p. 1819-1831, 2020.

RODRIGUES, A. R. *et al.* NEUROCIRURGIA FUNCIONAL. In: FREITAS, G. B. L. de (org.). **NEUROLOGIA: Diagnósticos, Tratamentos e Cirurgias**. 3. ed. Irati: Pasteur, 2024. 138 p.

SANTOS, E. M. S. *et al.* NEUROCIRURGIA FUNCIONAL: TRATAMENTO DE DISTÚRBIOS NEUROLÓGICOS COM ESTIMULAÇÃO CEREBRAL PROFUNDA. *Revista CPAQV-Centro de Pesquisas Avançadas em Qualidade de Vida*, v. 16, n. 2, 2024.

ABORDAGEM TERAPÊUTICA NO TRATAMENTO DA DISLIPIDEMIA

FERLA, Pedro H.¹; KELLER, Felipe K.¹; BONAMIGO, Elcio L.²

¹ Discentes do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

² Docente do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

Introdução: As dislipidemias podem ser definidas como alterações nos níveis lipídicos da circulação, sendo um fator de risco para o desenvolvimento de aterosclerose e doenças vasculares. Logo, devido à magnitude de seus efeitos, grandes esforços vêm sendo realizados pela comunidade médica para prevenir e controlar esse quadro metabólico. **Objetivo:** Avaliar o impacto da associação farmacológica em conjunto com medidas dietéticas e a prática de exercícios físicos no tratamento da dislipidemia. **Metodologia:** Foi realizada uma revisão bibliográfica nas bases de dados PubMed e Scielo com os descritores “dislipidemia”, “tratamento” e “dieta”. **Resultados:** Foram encontrados 16 artigos e selecionados 6 publicados entre os anos de 2006 e 2023. As dislipidemias são fatores de risco para doenças cardiovasculares - a principal causa de morte em todo o mundo (Guerra *et al.*, 2023). O exercício aeróbico tem sido aplicado como de grande importância no tratamento não medicamentoso de indivíduos dislipidemicos (Soares *et al.*, 2018). Dietas pobres em gorduras saturadas combinadas a exercícios físicos diminuem o colesterol total, LDL-C e TG em 7-18%, 7-15% e 4-18%, respectivamente, aumentando o HDL-C em 5 a 14%. Embora as recomendações dietéticas sejam importantes, em geral não são suficientes para induzir uma diminuição eficaz do risco cardiovascular (Schulz, 2006). Os inibidores da enzima 3-Hidroxi-3-Metilglutaril Coenzima A redutase (HMG-CoA redutase), também conhecidos como estatinas, são a classe de medicamentos mais efetiva para o tratamento das alterações lipídicas. A associação do tratamento medicamentoso por estatinas com a prática de exercícios físicos pode reduzir substancialmente o risco de mortalidade (Bomfim *et al.*, 2015). A monoterapia com drogas hipolipemiantes pode provocar múltiplas modificações nos lípidos, mas a combinação de drogas pode ser necessária para um manuseio mais abrangente nestes indivíduos (Schulz, 2006). Em pacientes intolerantes às estatinas ou nos quais a monoterapia com estatina não atinge o grau desejado de redução do LDL-C, a adição de ezetimiba e/ou ácido bempedoico pode proporcionar reduções no LDL-C (Guerra *et al.*, 2023). Drogas como fibratos e niacina promovem adicional redução do risco cardiovascular (Schulz, 2006). **Conclusão:** Esse estudo demonstrou que, embora a realização de exercícios físicos e boas práticas dietéticas sejam benéficas para a prevenção da dislipidemia, de maneira isolada não apresentam grandes impactos sobre a doença estabelecida. Portanto, faz-se necessária a associação aos fármacos hipolipemiantes, sobretudo as estatinas e ezetimiba, utilizando-os de maneira isolada ou conjunta. Apesar do conhecimento existente relacionado ao assunto, torna-se importante uma constante evolução dos métodos terapêuticos. **Palavras-chave:** dislipidemia; fármacos; dieta; tratamento.

REFERÊNCIAS

- BOMFIM, Maria Rotta *et al.* Tratamento das Dislipidemias com Estatinas e Exercícios Físicos: Evidências Recentes das Respostas Musculares. **Arquivos Brasileiros de Cardiologia**, v. 104, n. 4, p. 324-332, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/abc/a/nGqGZC3vL5xmdthgJBZK9fQ/?lang=pt>. Acesso em: 17 set. 2024.
- GUERRA, Thais de Rezende Bessa *et al.* Abordagens terapêuticas nas dislipidemias - com ênfase na ldl-c (aterogênica). **Brazilian Journal of Health Review**, v. 6, n. 2, p. 8063-8077, 2023. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/59153/42894>. Acesso em: 17 set. 2024.
- SCHULZ, Isio. Tratamento das Dislipidemias - Como e Quando Indicar a Combinação de Medicamentos Hipolipemiantes. **Arquivos Brasileiros de Endocrinologia e Metabologia**, v. 50, n. 2, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/abem/a/nFXGkbrpqdjRRtfgG3LRFGd/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17 set. 2024.
- SOARES, Bianca Tostes; AMARAL, Luila Vianna Rodrigues; CARDOZO, Diogo Correia; DUARTE, Emerson Rodrigues. Efeito do exercício físico sobre a dislipidemia. **Revista de Atenção à Saúde**, v. 16, n. 58, p. 12-16, 2018. Disponível em: https://www.seer.uscs.edu.br/index.php/revista_ciencias_saude/article/view/5312/pdf. Acesso em: 17 set. 2024.

ANÁLISE DO PERFIL SOCIAL, CLÍNICO E ASSISTENCIAL ÀS CRIANÇAS COM MICROCEFALIA NO CONTEXTO PÓS-EPIDEMIA DE ZIKA NO SISTEMA DE SAÚDE BRASILEIRO: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

GALGARO, Ana B.¹; GHELLER, André S.¹; D'AGOSTINI, Fernanda M.²

¹ Discentes do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

² Docente do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

Introdução: Nos anos de 2015 e 2016, a epidemia do vírus da Zika preocupou as autoridades de saúde no Brasil. Apesar da situação não ser mais considerada um surto pelo Ministério da Saúde, os efeitos dessa arbovirose ainda são sentidos no país, principalmente na vida das crianças portadoras da síndrome congênita do zika (SCZ), que inclui microcefalia oriunda da infecção intrauterina. **Objetivo:** Revisar a literatura sobre as implicações clínicas, de saúde pública e sociais no cotidiano dessas crianças, após queda do número de infecções. **Metodologia:** Para isso, foram utilizadas as plataformas Scientific Electronic Library Online (SciELO), a Biblioteca Nacional em Saúde (BVS) e a National Library of Medicine (PubMed). **Resultados:** Durante a epidemia do ZIKAV foram registrados 1.673.272 casos, destes 41.473 eram gestantes, dos quais 1.950 tiveram confirmação de microcefalia. A microcefalia, gera comprometimentos graves no sistema nervoso central, como paralisia cerebral, epilepsia, deficiência intelectual, anomalias no sistema auditivo e visual, impondo a necessidade de um acompanhamento multidisciplinar durante toda a vida (Escosteguy *et al.*, 2020). Em estudo realizado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), 38 crianças portadoras de microcefalia foram acompanhadas durante os anos de 2020 e 2022, a partir disso, observou-se que mais de 70% das famílias recebiam até meio salário mínimo e 89,5% recebiam auxílio do governo, que sugerem um perfil familiar socioeconomicamente vulnerável (Oliveira, 2021). Quase 50% das crianças possuíam outras doenças neurológicas e secundárias com considerável comprometimento clínico além de polifarmácia. Apesar de existir um aumento progressivo no número de atendimentos, por ampliação do acesso e da cobertura assistencial, elucidado por 16.000 atendimentos no ano de 2019, somente na região nordeste, e mais de 40 mil no Brasil, durante a pandemia de Covid-19, houve dificuldade na manutenção do serviço multidisciplinar, em que a suspensão total ou parcial de fisioterapia, fonoaudiologia e terapia ocupacional provocou a regressão do desenvolvimento destas crianças, causando um retrocesso no avanço clínico dos pacientes (Oliveira, 2021) Segundo o último boletim epidemiológico do MS, publicado em fevereiro de 2022, das 2.953 crianças com SCZ que seguem vivas, somente 56,4% estão recebendo atendimento especializado (Brasil, 2022). O problema pode ser maior, pois não se sabe fielmente quantos portadores possuem o diagnóstico, considerando o ano de 2020, dos 1.007 casos reportados, mais de 590 permanecem em investigação e apenas 35 confirmados, cenário que dificulta a implementação de políticas efetivas e a coordenação do cuidado (Oliveira, 2021). Também, chama atenção a alta mortalidade entre esses pacientes, dos nascidos com a síndrome,

493 faleceram entre os anos de 2015 e 2020, equivalente a 14,4%, ratificando a necessidade do suporte clínico e social ao núcleo familiar (Brasil, 2022). **Conclusão:** É vital a urgência de acompanhamento multidisciplinar continuado e constante, diferente do que se observa no cotidiano, devido à falta de homogeneidade do atendimento e da disponibilidade aos serviços, fator que os limita a um desenvolvimento parcial, salientando desafios em termos de capacidade social, emocional e neurológico dos pacientes com síndrome congênita do zika.

Palavras-chave: microcefalia; malformação; síndrome congênita; assistência.

anabeatriz.g@unoesc.edu.br

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretária de Vigilância em Saúde. **Monitoramento dos casos de arboviroses urbanas causados por vírus transmitidos pelo mosquito Aedes (dengue, chikungunya e zika), semanas epidemiológicas 1 a 7, 2022.** 7. ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2022. v. 53. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/edicoes/2022/boletim-epidemiologico-vol-53-no07.pdf/view>. Acesso em: 20 set. 2022.

ESCOSTEGUY, Claudia Caminha *et al.* Microcefalia e alterações do sistema nervoso central relacionadas à infecção congênita pelo vírus Zika e outras etiologias infecciosas no estado do Rio de Janeiro: estudo transversal, 2015 a 2017. **Revista Panamericana de Salud Pública**, [s. l.], v. 44, n. 2, p. 1, 2 nov. 2020. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7609916/>. Acesso em: 25 set. 2022.

OLIVEIRA, Sheila Valéria Bezerra de. **Síndrome congênita pelo zika vírus no Rio Grande do Norte.** 2021. 31 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Biológicas) - Centro de Biociência, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Rio Grande do Norte, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/57289>. Acesso em: 25 set. 2022.

ANÁLISE DOS CRITÉRIOS CLÍNICOS, ÉTICOS E SOCIAIS NA IMPLEMENTAÇÃO DE ORDENS DE NÃO REANIMAR EM PACIENTES TERMINAIS

PELLIN, Emerson¹; CANOVA, Caroline¹; PRATTO, Marcella¹; TEDESCO, Natacha¹; BONAMIGO, Elcio L.²

¹ Discentes do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

² Docente do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

Introdução: A Ordem de Não Reanimar (ONR) refere-se à decisão de não realizar tentativas de reanimação cardiopulmonar em pacientes em fase terminal, com perda irreversível de consciência ou que possam enfrentar uma parada cardíaca intratável. Internacionalmente, a abordagem da ONR varia consideravelmente devido a diferenças culturais e à ausência de consenso e diretrizes globais (Putzel; Hilleshein; Bonamigo, 2016). **Objetivo:** Analisar os critérios clínicos, éticos e sociais relevantes para determinar quando não reanimar um paciente em situações críticas, visando melhorar a tomada de decisão clínica e promover uma abordagem mais ética e individualizada. **Metodologia:** Para este estudo, foram selecionados trabalhos da base de dados SciELO publicados entre 2001 e 2021. Utilizou-se os descritores “cuidados de fim de vida”, “ordens de não ressuscitar” e “critérios de prática clínica” para a pesquisa dos artigos. Os filtros aplicados foram restritos a estudos realizados no Brasil. **Resultados:** Ao todo, foram identificados sete trabalhos relevantes, dos quais quatro foram utilizados para análise das questões envolvendo os conflitos éticos, especialmente quando se considera a linha tênue entre os benefícios e malefícios das ordens de não reanimar. É essencial reconhecer que essas ordens podem ser resultado da vontade do paciente (em casos de doenças terminais ou que afetem gravemente a qualidade de vida), da ausência de indicação para ressuscitação cardiopulmonar (RCP) ou da constatação médica da ineficácia dessa intervenção (Cook *et al.*, 2010). Nesse contexto, os profissionais de saúde frequentemente identificam corretamente os sintomas iminentes de morte, mas muitas vezes evitam discutir o assunto com pacientes e familiares, o que pode resultar em negligência no alívio dos sintomas e no controle da dor (Moritz *et al.*, 2009). É fundamental observar que a dignidade humana é um valor ético que não pode ser violado e deve ser preservado durante todo o período de tratamento (Urban *et al.*, 2001). Se os valores éticos referentes à dignidade humana não forem respeitados, a ONR torna-se um método terapêutico desproporcional e eticamente inaceitável, podendo abrir precedentes para situações como suicídio e eutanásia. Outro valor ético crucial é a autonomia do paciente. Nesse sentido, uma pesquisa mostrou que, embora muitos pacientes tivessem em seus prontuários a indicação de “prognóstico reservado, familiares cientes” – o que indica uma doença terminal e a não recomendação de reanimação – uma minoria (32%) recebeu manobras de RCP (Moritz *et al.*, 2009). **Conclusão:** A análise dos critérios clínicos, éticos e sociais para a implementação de ONR revela a complexidade inerente a essas decisões. A dignidade humana e a autonomia do paciente são valores fundamentais que devem guiar a prática clínica, assegurando que as decisões respeitem a vontade do paciente e não resultem em intervenções desproporcionais.

É crucial que os profissionais de saúde se sintam capacitados para discutir abertamente com os pacientes e suas famílias sobre as opções de cuidados no fim da vida, promovendo uma abordagem mais ética e individualizada. Somente assim será possível garantir uma prática médica que valorize a qualidade de vida e a dignidade dos pacientes em suas fases mais críticas.

Palavras-chave: ordem de não reanimar; cuidados paliativos; autonomia pessoal; ética médica; qualidade de vida.

emerson.pellin@gmail.com

REFERÊNCIAS

COOK, R.; PAN, P.; SILVERMAN, R.; SOLTYS, S. M. Do-Not-Resuscitate Orders in Suicidal Patients: Clinical, Ethical, and Legal Dilemmas. *Psychosomatics*, v. 51, n. 4, p. 277-282, 1 jul. 2010. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0033-3182\(10\)70697-6](https://doi.org/10.1016/S0033-3182(10)70697-6).

MORITZ, R. D.; MACHADO, F. O.; HEERDT, M.; ROSSO, B.; BEDUSCHI, G. Avaliação das decisões médicas durante o processo do morrer. *Revista Brasileira de Terapia Intensiva*, v. 21, p. 141-147, jun. 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-507X2009000200005>.

PUTZEL, E. L.; HILLESHEIN, K. D.; BONAMIGO, E. L. Ordem de não reanimar pacientes em fase terminal sob a perspectiva de médicos. *Revista Bioética*, v. 24, n. 3, p. 596-602, dez. 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/1983-80422016243159>.

URBAN, C. de A.; HOEPERS, R.; SILVA, I. M. da; A. JÚNIOR, R. A. Implicações éticas das ordens de não ressuscitar. *Revista da Associação Médica Brasileira*, v. 47, n. 3, p. 244-248, set. 2001. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-42302001000300037>.

AS QUESTÕES ÉTICAS DA TELESSAÚDE NA PRESERVAÇÃO DA AUTONOMIA DO PACIENTE E PROTEÇÃO DE DADOS

NATARIO, Laura U.¹; SELARIN, Guilherme F.¹; NEZELLO, Yeda C. C.¹; BONAMIGO, Elcio L.²

¹ Discentes do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

² Docente do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

Introdução: O uso da telemedicina vem sendo amplamente difundido em vários países e se mostra especialmente vantajoso em lugares desprovidos de cuidados clínicos médicos adequados e, através dessa tecnologia, é possível transferir o paciente diretamente para um especialista. Porém, esse novo panorama traz consigo debates sobre questões éticas e legais da telemedicina (Nittari *et al.*, 2020). **Objetivo:** Contextualizar as principais questões éticas da telessaúde no que tange à preservação da autonomia do paciente e da preservação de dados. **Metodologia:** Para a revisão, foram utilizados os descritores “telemedicine AND Ethics” e “telemedicine AND privacy” nas plataformas, PubMed, LILACS e SciELO, filtrando publicações de 2013 a 2023. **Resultados:** Foram encontrados ao todo 604 artigos, e após a filtragem selecionou-se quatro para compor este trabalho. A telemedicina se baseia em meios eletrônicos para guardar registros, documentos, prescrições médicas e detalhes de consultas e acompanhamentos, fazendo com que um prontuário eletrônico possa conter mais detalhes íntimos de um paciente que qualquer outro documento (Nittari *et al.*, 2020). Tal fator faz com que questões referentes à privacidade do indivíduo venham à tona, em um panorama que leis federais não cursem igualmente sobre o assunto, ficando a cargo dos estados sua legalização, fazendo com que jurisdições e propriedade dos dados fiquem ainda mais complexa (Nittari *et al.*, 2020). Contudo, apesar dos benefícios dessas inovações, é importante que a autonomia e a preservação de dados dos pacientes sejam preservados (Rezende *et al.*, 2013). No mais, a telessaúde é um instrumento de destaque no que tange ao acesso à saúde pois reduz o tempo entre diagnóstico e terapêutica. Tendo como pilar a internet, demonstra rapidez, acesso ampliado aos sistemas, atualização em tempo real e consulta automática de informações (Rezende *et al.*, 2013). Um estudo observacional na Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará, observou que mais da metade dos médicos participantes (62,5%) utilizam do aplicativo WhatsApp como forma de comunicação com seus pacientes, na qual o uso ocorria preferencialmente para sanar dúvidas ou emergência (37,5%), e que essas conversas aconteciam no seu número particular (87,5%), o qual terceiros teriam acesso (25%), infringindo regulamentações do Conselho Federal de Medicina (CFM) acerca da segurança de dados (Leão *et al.*, 2018). A discussão da teleconsulta na saúde pública demonstra melhoria do acesso à informação para profissionais e pacientes, supre deficiências em locais com poucos recursos ou falta de assistência, permite melhor acompanhamento no cuidado à saúde e a redução dos custos (Cruz; Oliveira, 2021). Entretanto, há chance de prejuízo na relação médico-paciente em razão do distanciamento, da dificuldade organizacional, burocracia, riscos do sigilo do atendimento médico e ainda uma regulamentação

não bem estabelecida, trazendo insegurança aos profissionais e principalmente aos usuários (Cruz; Oliveira, 2021). **Conclusão:** A telemedicina inovou a forma de atendimento em saúde pública, diminuindo distâncias, alcançando pontos longínquos e subtraindo o tempo entre atendimento e prognóstico. Contudo, ainda encontra barreiras de acesso e, principalmente, carece da unificação por uma plataforma universal e eficaz. Além disso, devem cumprir parâmetros estabelecidos pelos CFM e CEM (Código de Ética Médica) no que diz respeito à preservação da privacidade e garantia de sigilo médico.

Palavras-chave: serviço de telemedicina; confidencialidade; ética médica; privacidade.

lauraunatarario@gmail.com

REFERÊNCIAS

CRUZ, Andrey Oliveira da; OLIVEIRA, Jene Greyce Souza de. Ética e bioética em telemedicina na atenção primária à saúde. *Revista Bioética*, [s. l.], v. 29, n. 4, p. 844-854, dez. 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1983-80422021294518>.

LEÃO, Camila Furtado; COELHO, Maria Emília da Silva; SIQUEIRA, Adriane Oliveira; ROSA, Bruna Adriele de Albuquerque; NEDER, Patrícia Regina Bastos. O uso do WhatsApp na relação médico-paciente. *Revista Bioética*, [s. l.], v. 26, n. 3, p. 412-419, dez. 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1983-80422018263261>.

NITTARI, Giulio; KHUMAN, Ravjyot; BALDONI, Simone; PALLOTTA, Graziano; BATTINENI, Gopi; SIRIGNANO, Ascanio; AMENTA, Francesco; RICCI, Giovanna. Telemedicine Practice: review of the current ethical and legal challenges. *Telemedicine And E-Health*, [s. l.], v. 26, n. 12, p. 1427-1437, 1 dez. 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.1089/tmj.2019.0158>.

REZENDE, Edson José Carpintero; TAVARES, Eduardo Carlos; SOUZA, Claudio de; MELO, Maria do Carmo Barros de. Telehealth: confidentiality and informed consent. *Revista Médica de Minas Gerais*, [s. l.], v. 23, n. 3, p. 357-362, maio 2013. DOI: <http://dx.doi.org/10.5935/2238-3182.20130058>.

ASPECTOS ÉTICOS DA EDIÇÃO GENÉTICA PELO CRISPR-Cas9: UMA REVISÃO

FERRANDIN, Beatriz¹; MELO, Daniela A. de¹; LENHARDT, Gabrielle da C.¹; MATTIELLO, Sabrina A.¹; BONAMIGO, Elcio L.²

¹ Discentes do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

² Docente do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

Introdução: A tecnologia CRISPR-Cas9 tem sugerido uma revolução científica com a possibilidade de edição do genoma humano. Dentre muitos cenários possíveis, tem-se o tratamento e a prevenção de doenças graves, e a correção e seleção de genes. Nesse sentido, surgem questionamentos éticos, morais e médicos quanto aos benefícios e malefícios da técnica. **Objetivo:** Relatar os aspectos bioéticos quanto à edição gênica por meio do método CRISPR-Cas9, sob a ótica da ética médica. **Metodologia:** Buscou-se através da plataforma Google Acadêmico, artigos utilizando os termos: edição genética; ética; e CRISPR-Cas9. **Resultados:** Dos 20 artigos encontrados, quatro, publicados entre 2015 e 2021, foram selecionados para esta revisão bibliográfica. A técnica de CRISPR tem se mostrado versátil e ampla nos estudos realizados nos últimos anos, abrindo possibilidades imensuráveis para terapia e diagnóstico de doenças (Costa; Brito; Castro, 2021). A finalidade do uso dessa técnica consiste em curar doenças genéticas na linha germinativa. O método foi testado com sucesso em ratos e macacos, por isso, os cientistas acreditam que seria a hora de estudar a possibilidade de seu uso em humanos (Sganzerla; Pessini, 2020). No entanto, os riscos desconhecidos e os potenciais benefícios relativos a esta poderosa tecnologia de edição genética necessitam de uma investigação substancial e de uma discussão aberta para permitir uma avaliação completa dos aspectos científicos, éticos e sociais envolvidos nesta questão (Heidari; Shaw; Elger, 2015). A alteração do DNA humano cria uma zona cinzenta que inquieta a humanidade em relação ao seu futuro. De um lado, temos centenas de milhares de pessoas que hoje sofrem de doenças de origem genética que se beneficiariam com as pesquisas e aplicação dessa nova técnica do Crispr-Cas9 para a cura destas doenças. Por outro, trata-se de um empreendimento altamente arriscado quando ainda não temos um conhecimento profundo de como o DNA realmente funciona (Sganzerla; Pessini, 2020). Com frequência tem-se apelado ao princípio de precaução para desqualificar a aplicação de técnicas de engenharia genética. O princípio de precaução - como é sabido - baseia-se na existência de uma incerteza científica sobre os efeitos da aplicação de uma determinada técnica (Bergel, 2017). O aprimoramento de características ou capacidades por meio da edição de células germinativas levanta questões sobre eugenia e torna visível uma série indesejável de repercussões, tais como o tratamento que a sociedade daria aos indivíduos com deficiências, que teriam um acesso injusto a tais tecnologias, na base do status socioeconômico (Sganzerla; Pessini, 2020). A manipulação genética tem um sustento moral se é utilizada para prevenir ou curar doenças, para além das dificuldades que possa significar o ato de defini-las; não para satisfazer desejos ou caprichos dos homens ainda quando isso for científica ou tecnicamente

possível (Bergel, 2017). **Conclusão:** Evidencia-se o embate ético no que diz respeito à terapia de edição gênica. Nos deparamos com possibilidades benéficas dessa técnica, mas simultaneamente, com questões complexas no campo bioético que se contrapõem aos pontos positivos. Os avanços científicos desse ramo devem ocorrer, mas precisam ser feitos com segurança, transparência e considerando as diversas perspectivas éticas envolvidas.

Palavras-chave: edição genética; bioética; CRISPR-Cas9.

ferrandin.bea@gmail.com

REFERÊNCIAS

BERGEL, Salvador Darío. El impacto ético de las nuevas tecnologías de edición genética. *Revista Bioética*, v. 25, n. 3, p. 454-461, out. 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/1983-80422017253202>.

COSTA, Marília Marques da; BRITO, Thaís Martins de Campos; CASTRO, Frederico Augusto Vieira de. Discussões éticas para a tecnologia CRISPR-Cas9. *Episteme Transversalis*, [s. l.], v. 12, n. 2, set. 2021. ISSN 2236-2649. Disponível em: <http://revista.ugb.edu.br/ojs302/index.php/episteme/article/view/2411>. Acesso em: 01 maio 2024.

HEIDARI, Raheleh; SHAW, David Martin; ELGER, Bernice Simone. CRISPR and the Rebirth of Synthetic Biology. *Science and Engineering Ethics*, p 1-13, dez. 2015. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11948-016-9768-z>.

SGANZERLA, Anor; PESSINI, Leo. Edição de humanos por meio da técnica do Crispr-cas9: entusiasmo científico e inquietações éticas. *Saúde em Debate*, v. 44, n. 125, p. 527-540, abr. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-1104202012519>.

ASSOCIAÇÃO ENTRE POLIFARMÁCIA E AUTOPERCEPÇÃO DA SAÚDE EM IDOSOS: UM ESTUDO DE CASO EM UMA CIDADE DO RIO GRANDE DO SUL

CASSANIGA, Bruna¹; KLEBER, Paula G.²; RESTELLATO, Marcia T.²; TÉO, Jucielly C.²; TONIAL, Alessandro²

¹ Discente do Curso de Enfermagem, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

² Docentes do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

Introdução: O envelhecimento é um processo caracterizado pelo declínio das funções fisiológicas, que resulta em alterações corporais e aumento do tecido adiposo (OPAS, 2024). Este comprometimento do sistema fisiológico pode levar a uma má absorção de medicamentos, afetando sua eficácia em órgãos essenciais (Santana *et al.*, 2019). **Objetivo:** Analisar as características sociodemográficas, o uso de medicamentos e a autopercepção de saúde de idosos residentes em uma cidade do Rio Grande do Sul. **Metodologia:** Para isso, foi realizado um estudo transversal de base populacional, utilizando dados do Projeto Guarda Chuva intitulado “Envelhecer: morbidades, uso de medicamentos e autopercepção da saúde”. Os dados foram coletados, digitados e analisados com o software estatístico SPSS, versão 25.0. Foram realizadas análises descritivas para caracterizar a amostra em relação a variáveis sociodemográficas, condições de saúde e uso de medicamentos. Frequências e percentuais foram calculados para variáveis categóricas, enquanto médias e desvios-padrão foram utilizados para variáveis contínuas. Para investigar a associação entre polifarmácia e autopercepção de saúde, foi aplicado o teste qui-quadrado, considerando um valor de $p < 0,05$ como significativo. **Resultados:** Dos 204 idosos analisados, 61% eram do sexo feminino e 39% do sexo masculino, com idades variando de 60 a 90 anos e uma média de 71,18 anos. A maioria (80,4%) estava casada e 87% residia com cônjuges ou filhos, enquanto 12,5% moravam sozinhos. Em relação ao uso de medicamentos, 56,8% dos idosos utilizavam de 1 a 4 medicamentos, e a polifarmácia foi identificada em 30% da amostra. Observou-se uma prevalência significativa de polifarmácia, que afetou cerca de 29,9% dos idosos. A autopercepção de saúde mostrou-se influenciada pela polifarmácia, pois aqueles que utilizavam múltiplos medicamentos tendiam a relatar uma visão mais negativa de sua saúde. Apesar dos desafios associados ao uso de vários fármacos, a maioria dos idosos percebia sua saúde como ótima ou boa (61,8%), enquanto 33,8% a avaliava como regular. **Conclusão:** Conclui-se que, embora muitos idosos apresentem uma percepção positiva de sua saúde, a polifarmácia é um fator relevante que impacta essa autopercepção, exigindo uma atenção especial na gestão de medicamentos na população idosa. **Palavras-chave:** polifarmácia; idosos; autopercepção da saúde.

paula.kleber@unoesc.edu.br

REFERÊNCIAS

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE - OPAS. Organização Mundial da Saúde - OMS. Região das Américas. **Brasil**, 2024. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/brasil>. Acesso em: 10 abr. 2024.

SANTANA, P. P. C. *et al.* O Impacto da polifarmácia na qualidade de vida de idosos. **Rev. Enferm. UFPE**, Recife, v. 13, n. 3, p. 773-782, mar. 2019.

AVALIAÇÃO CINÉTICO-FUNCIONAL DA CINTURA ESCAPULAR HOMOLATERAL AO PROCEDIMENTO CIRÚRGICO DO CÂNCER DE MAMA

SILVA, Djavan R. da¹; HELLER, Patricia²; PRONER, João A.²

¹ Discentes do Curso de Fisioterapia, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

² Docente do Curso de Fisioterapia, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

Introdução: Apesar da detecção precoce do câncer de mama, os tratamentos têm sido efetivos em aumentar a sobrevida, porém as morbidades físicas como as disfunções do ombro, linfedema, dor e alterações posturais e psíquicas, conseqüentes à doença e/ou ao seu tratamento são de alta prevalência. **Objetivo:** O objetivo foi avaliar o comprometimento cinético-funcional da cintura escapular homolateral ao procedimento cirúrgico do câncer de mama. **Metodologia:** Este estudo consiste em uma pesquisa analítica, descritiva, transversal, simples cego, na qual foram incluídos pacientes que realizaram algum tipo de cirurgia para o tratamento de câncer de mama que encontravam-se em atendimento fisioterapêutico nos estágios curriculares na clínica escola de pesquisa e atendimento em fisioterapia (CEPAF) de uma universidade do Meio-Oeste de Santa Catarina no primeiro semestre de 2019, na faixa etária entre 25 e 85 anos e em qualquer período pós-operatório. Os instrumentos da pesquisa para a avaliação física foram um questionário semiestruturado, a termografia, o teste de Jobe, a fotogrametria, a perimetria e a escala visual analógica da dor (EVA). **Resultados:** Dentre as complicações tardias avaliadas verificou-se que 75% das pacientes apresentavam linfedema, 37,5% apresentaram teste de Jobe positivo, 100% apresentavam ponto de gatilho (93,7% no membro homolateral e 100% no membro contralateral), 100% apresentaram alguma alteração postural, 87,5% das pacientes apresentaram diminuição de amplitude de movimento e 75% das pacientes relatam sentir dor no membro superior e no plastrão cirúrgico. **Conclusão:** Apesar da baixa amostragem, concluiu-se que a maioria das pacientes, independente do tipo de cirurgia, apresentam comprometimento cinético-funcional da cintura escapular homolateral ao procedimento, o qual estava associado a outras complicações.

Palavras-chave: neoplasias da mama; cuidados pós-operatórios; termografia.

joao.proner@unoesc.edu.br

REFERÊNCIAS

BELEZA, Ana Carolina Sartorato *et al.* Alterações posturais em mulheres submetidas à cirurgia para retirada do câncer de mama. *ABCS Health Sciences*, v. 41, n. 1, 2016. DOI: <https://doi.org/10.7322/abcshs.v41i1.839>.

CAMARGO, Marcia Colliri; MARX, Angela Goncalves. *Reabilitação física no câncer de mama*. São Paulo: Roca, 2000.

ROSSI, Camila; SEHNEM, Eduardo; REMPEL, Claudete. A termografia infravermelha na avaliação dos pontos-gatilho miofasciais em patologias do ombro. **ConScientiae Saúde**, v. 12, n. 2, p. 266-273, 2013.

SILVA, Suelen Helena *et al.* Qualidade de vida pós-mastectomia e sua relação com a força muscular de membro superior. **Fisioterapia e Pesquisa**, v. 21, n. 2, p. 180-185, 2014.

COMPARAÇÃO DA EFICÁCIA ENTRE AS TÉCNICAS DE COMPRESSÃO MANUAL E LASER DE BAIXA INTENSIDADE NA DESATIVAÇÃO DE PONTOS DE GATILHO MIOFASCIAIS GUIADO POR ANÁLISE TERMOGRÁFICA INFRAVERMELHA

SARMENTO, Fabio J.¹; PEREIRA, Paulo R.¹; RABUSKE, Wan²; PRONER, João A.²

¹ Discentes do Curso de Fisioterapia, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

² Docentes do Curso de Fisioterapia, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

Introdução: Segundo a Associação Internacional para o Estudo da Dor (2008, p.), a dor é definida como uma “[...] experiência sensorial e emocional de caráter desagradável provocada por lesão tissular, ou atribuída a tal”. A síndrome da dor miofascial (SDM) é uma das causas mais comuns de dor referida na prática clínica, sendo caracterizada pela dor no músculo, na fáscia, em torno deste e pela presença de pontos de gatilho miofasciais. Os Pontos de Gatilho Miofasciais (PGM) são achados característicos da síndrome da dor miofascial, sendo motivação para tratamento. Nesses casos, a Técnica Integrada Neuromuscular Inibitória (TINI) e a Técnica de Laser de Baixa Intensidade (TLBI) são rotineiramente empregadas e, empiricamente, apresentam resultados positivos, porém estes, quando norteados pela sensação dolorosa, dificultam a quantificação da eficácia de tais técnicas. A termografia infravermelha é um método de avaliação dos PGM já reconhecido no meio clínico e científico. **Objetivo:** Comparar a eficácia entre a técnica manual compressiva (TINI) e o laser de baixa intensidade (TLBI) na desativação de PGM em cintura escapular e região cervical de estudantes assintomáticos, guiado por análise termográfica infravermelha. **Metodologia:** Trata-se de um ensaio clínico randomizado, controlado e cego, com amostra de 25 indivíduos, distribuídos aleatoriamente em três grupos, sendo o grupo TINI (n = 9), TLBI (n = 9) e placebo (n = 7). Os indivíduos pesquisados foram avaliados por meio da termografia infravermelha e exame físico previamente e após protocolo de tratamento. **Resultados:** Os grupos TINI e TLBI apresentaram resultados estatisticamente significativos ($p < 0,05$) na redução dos PGM e na modulação da dor. O grupo placebo demonstrou apenas redução nos PGM estatisticamente significativos ($p < 0,05$), todos os grupos demonstraram redução do quadro algico e o grupo TINI apresentou maior percepção sobre a redução sintomatológica da dor. **Conclusão:** Este estudo demonstrou a eficácia de ambas as técnicas utilizadas na desativação dos PGM e na redução do quadro algico quanto a pressão. **Palavras-chave:** termografia; pontos-gatilho; terapia a laser; manipulações musculoesqueléticas.

joao.proner@unoesc.edu.br

REFERÊNCIAS

BONZINI, M. *et al.* Is musculoskeletal pain a consequence or a cause of occupational stress? A longitudinal study. *International archives of occupational and environmental health*, v. 88, n. 5, p. 607-612, 2015.

ISSY, A. M.; SAKATA, R. K. Como diagnosticar e tratar dor musculoesquelética. **Rev. Bras. de Medicina [periódico na internet]**, 2005.

MAGRI, L. V. *et al.* Effectiveness of low-level laser therapy on pain intensity, pressure pain threshold, and SF-MPQ indexes of women with myofascial pain. **Lasers in medical science**, v. 32, n. 2, p. 419-428, 2017.

COMPARAÇÃO ENTRE AS TÉCNICAS DE MOBILIZAÇÃO MIOFASCIAL MANUAL E ALONGAMENTO MUSCULAR PASSIVO E SEUS EFEITOS NO DESEMPENHO DE CICLISTAS AMADORES: ENSAIO CLÍNICO RANDOMIZADO

VAN GROLL, Ágatha¹; LIZOT, Géssica¹; PRONER, João A.²

¹ Discentes do Curso de Fisioterapia, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

² Docente do Curso de Fisioterapia, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

Introdução: O ciclismo vem se tornando cada vez mais popular entre atletas amadores, sendo fundamental o estudo dos aspectos que interferem na sua prática. Existem diversas técnicas que têm por objetivo o ganho de flexibilidade, a promoção de relaxamento muscular e a melhora do desempenho durante atividades esportivas, dentre elas estão alongamento muscular passivo e a mobilização miofascial manual. **Objetivo:** Este é um ensaio clínico randomizado com objetivo de observar se há diferenças entre aplicação do alongamento muscular passivo e mobilização miofascial manual em ciclistas amadores, considerando as variáveis da percepção de fadiga e desempenho e seus efeitos no arco de movimento dos membros inferiores. **Metodologia:** A amostra foi dividida em Grupo 1: alongamento muscular passivo; Grupo 2: mobilização miofascial manual; Grupo 3: controle. Os pesquisadores foram cegados e calibrados à aplicação de ambas as técnicas e o grupo controle recebeu orientações. Os dois primeiros grupos receberam a intervenção duas vezes por semana por quatro semanas. Para avaliação foram utilizados questionário e fotogrametria. **Resultados:** Os resultados apontam que o grupo controle apresentou redução de grau de amplitude em algumas das medidas observadas, enquanto os grupos que receberam intervenção apresentaram aumento do arco de movimento em sua maioria e/ou aproximação da média entre os dois membros. Em relação a percepção dos ciclistas quanto aos aspectos de desempenho e fadiga, não houveram associações significativas quando comparado os grupos 1 e 2, de forma que as percepções foram similares. **Conclusão:** As técnicas de alongamento muscular passivo e mobilização miofascial manual mostraram ser efetivas para incremento ou manutenção do arco de movimento funcional, enquanto a não aplicação de técnicas facilitam a declinação da elasticidade muscular.

Palavras-chave: ciclismo; alongamento muscular; liberação miofascial.

joao.proner@unoesc.edu.br

REFERÊNCIAS

DI ALENCAR, T. A. M.; MATIAS, K. F. de S. Physiological principles of warm-up and muscle stretching on sports activities. *Revista Brasileira de Medicina do Esporte*, [s. l.], v. 16, n. 3, p. 230-234, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1517-86922010000300015>.

FAKHRO, M. A. *et al.* Effect of deep transverse friction massage vs stretching on football players' performance. **World Journal of Orthopaedics**, [s. l.], v. 11, n. 1, p. 47-56, 2020. DOI: <https://doi.org/10.5312/wjo.v11.i1.47>.

KLINGLER, W. *et al.* Clinical relevance of fascial tissue and dysfunctions. **Current Pain and Headache Reports**, [s. l.], v. 18, n. 8, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11916-014-0439-y>.

COMPARAÇÃO RESPIRATÓRIA E FÍSICA DE IDOSOS SEDENTÁRIOS E PRATICANTES DE ATIVIDADE FÍSICA: UM ESTUDO TRANSVERSAL

FLAMIA, Gabriel E.¹; PERIN, Gabrielly¹; MATIA, Gisiane de²; PRONER, João A.²

¹ Discentes do Curso de Fisioterapia, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

² Docentes do Curso de Fisioterapia, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

Introdução: O envelhecimento populacional no Brasil é uma realidade crescente, com estimativas do IBGE de que a população idosa triplicará até 2050, alcançando 65 milhões de indivíduos. A Organização das Nações Unidas (ONU) define a população idosa como indivíduos com 65 anos ou mais. Com o avanço da idade, ocorrem mudanças no metabolismo e na funcionalidade física e mental, afetando diretamente a qualidade de vida dos idosos. **Objetivo:** Avaliar a capacidade física e respiratória de idosos ativos e sedentários, com mais de 65 anos, a fim de comparar os efeitos da prática de atividades físicas regulares sobre esses parâmetros. **Metodologia:** A pesquisa foi realizada com 60 idosos independentes, divididos igualmente entre os grupos ativos e sedentários, frequentadores de uma clínica escola universitária. Os critérios de inclusão foram idosos independentes e o de exclusão, aqueles com comorbidades severas que impossibilitassem a realização dos testes. Os participantes foram avaliados em um período de 60 dias por meio de testes respiratórios e físicos. A função respiratória foi medida por espirometria, avaliando o VEF1 (volume expiratório forçado no primeiro segundo), a CVF (capacidade vital forçada) e o PFE (pico de fluxo expiratório). A capacidade física foi mensurada pelos testes de "levantar e sentar" (força muscular), teste de caminhada de 6 minutos (resistência aeróbica), Time Up and Go (mobilidade) e o teste do Banco de Wells (flexibilidade). **Resultados:** Os resultados mostraram que os idosos ativos obtiveram melhores desempenhos em todos os testes aplicados. No teste de caminhada de 6 minutos, os ativos percorreram uma distância significativamente maior ($p=0,001$). No Time Up and Go, os idosos ativos apresentaram um tempo médio de 8,1 segundos, comparado a 9,2 segundos dos sedentários ($p=0,025$). No teste de "levantar e sentar", o grupo ativo levantou em média 13,3 vezes em 30 segundos, enquanto os sedentários realizaram 11,7 repetições ($p=0,011$). Apesar de os resultados respiratórios não terem apresentado diferença significativa entre os grupos, os idosos ativos demonstraram uma tendência a melhores valores de espirometria. **Conclusão:** Concluímos que a prática regular de atividade física está associada a uma melhora significativa na capacidade física de idosos, sobretudo em termos de mobilidade e força muscular. Esses achados reforçam a importância do exercício físico na promoção de um envelhecimento ativo e na prevenção de declínios funcionais, especialmente em relação à prevenção de quedas e manutenção da independência funcional.

Palavras-chave: idosos; exercício físico; envelhecimento saudável; independência funcional.

REFERÊNCIAS

BOHANNON, Richard W. PT, EdD, NCS, FAPTA, FAHA. Reference Values for the Timed Up and Go Test: A Descriptive Meta-Analysis. **Journal of Geriatric Physical Therapy**, v. 29, n. 2, p. 64-68, ago. 2006.

BRITTO, Raquel Rodrigues; SOUSA, Lidiane Aparecida Pereira de. Teste de caminhada de seis minutos uma normatização brasileira. **Fisioterapia em Movimento**, v. 19, n. 4, 2017.

BENEFÍCIOS E RISCOS DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA ÁREA DA SAÚDE

ARGENTA, Juliana¹; FACIENDA, Bárbara M. Z.¹; BONAMIGO, Elcio L.²

¹ Discentes do Programa de Pós-graduação em Biociências e Saúde, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

² Docente do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

Introdução: A sociedade está em constante avanço tecnológico e, no âmbito da saúde, ocorrem muitas transformações voltadas ao aprimoramento de sistemas com inteligência artificial (IA), visando otimizar os serviços oferecidos. A IA corresponde a um campo da ciência da computação que busca se aproximar da inteligência humana, por meio de softwares. **Objetivo:** Descrever os benefícios e os riscos do uso da inteligência artificial na área da saúde. **Metodologia:** Foram utilizadas as plataformas Scielo, Pubmed, Periódicos Capes e Google Acadêmico utilizando os descritores: “inteligência artificial”, “benefícios e riscos” e “saúde”. **Resultados:** Foram encontrados 16 artigos, sendo 7 selecionados para a confecção deste resumo. A IA é uma ferramenta que, além do auxílio diagnóstico, funciona como fonte de referências para encontrar a melhor terapêutica conforme com cada caso clínico, aumentando a eficiência do tratamento (Soares *et al.*, 2023). Além disso, é capaz de processar uma quantidade significativa de informações presentes em banco de dados de exames radiológicos, por exemplo, comparando desfechos antigos e atuais, tornando os resultados mais precisos e com mais detalhes sobre eventuais mudanças (Soares *et al.*, 2023). Foram desenvolvidos diversos dispositivos como relógios inteligentes e aplicativos para monitorar parâmetros como pressão arterial e frequência cardíaca (Lobo, 2018), bem como aferição de temperatura a distância (Nunes; Guimarães; Dadalto, 2022). Receia-se que a IA seja considerada superior à experiência clínica, fator que pode contribuir para sua implementação prematura e sem rigorosa base de evidências (Nagendran *et al.*, 2020). No entanto, uma pesquisa realizada com 12.000 indivíduos de 12 países indicou que 54% dos entrevistados aceitariam receber atendimento de um robô com IA capacitado a fazer diagnósticos baseados em exames solicitados e até mesmo receber um tratamento (PWC, 2017). Seria possível evidenciar a falta de empatia, atendimento não humanizado e nem individualizado dos robôs, mas alguns pacientes dizem que isso também acontece com a consulta médica (Lobo, 2018). Em relação às desvantagens relacionadas ao uso da IA, presume-se que haverá considerável redução do número de empregos (Soares *et al.*, 2023), ineficácia das equipes de saúde para trabalhar com o sistema por falta de treinamento, bem como riscos à proteção e ao compartilhamento das informações que alimentam o sistema (Nunes; Guimarães; Dadalto, 2022). Entende-se ainda que a IA falha em ter uma relação médico paciente eficaz (Braga *et al.*, 2019), evidenciada pela necessidade de examinar, ouvir e olhar o paciente, solicitando exames apenas para comprovar a hipótese diagnóstica (Lobo, 2017). **Conclusão:** Por fim, este estudo demonstrou que, embora a IA possua muitas vantagens, auxiliando na tomada de decisão e monitorando indicadores de saúde, apresenta riscos, principalmente se utilizada isoladamente como método diagnóstico. Bases de dados e algoritmos de IA não preveem a saúde

em sua integralidade, com seus aspectos físicos, biossociais e psicológicos, sendo primordial uma relação médico-paciente consolidada em humanização, tendo a IA apenas como coadjuvante no processo do exame clínico.

Palavras-chave: inteligência artificial; saúde; vantagens e desvantagens.

juargenta07@gmail.com

REFERÊNCIAS

BRAGA, Ana Vitória *et al.* Machine learning: O Uso da Inteligência Artificial na Medicina. **Brazilian Journal of Development**, v. 5, n. 9, p. 16407-16413, 2019.

LOBO, Luiz Carlos. Inteligência artificial e medicina artificial. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 41, n. 2, p. 185-193, 2017.

LOBO, Luiz Carlos. Inteligência artificial, o Futuro da Medicina e a Educação Médica. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 42, n. 3, p. 3-8, 2018.

NAGENDRAN, Myura *et al.* Artificial intelligence versus clinicians: systematic review of design, reporting standards, and claims of deep learning studies. **BMJ**, v. 368, n. 1, p. 689, 2020.

NUNES, Heloá da Conceição; GUIMARÃES, Rita Miranda Coessens; DADALTO, Luciana. Desafios bioéticos do uso da inteligência artificial em hospitais. **Revista bioética**, v. 30, n. 1, p. 82-93, 2022.

SOARES, Romerio Alves *et al.* O uso da inteligência artificial na medicina: aplicações e benefícios. **Research, Society and Development**, v. 12, n. 4, p. e5012440856-e5012440856, 2023.

WHAT Doctor? Why AI and robotics will define New Health. **PWC**, 2017. Disponível em: [https://www.pwc.com/gx/en/industries/healthcare/publications/ai-robotics-new-health/survey results.html](https://www.pwc.com/gx/en/industries/healthcare/publications/ai-robotics-new-health/survey-results.html). Acesso em: 17 out. 2023.

CONDIÇÕES SOCIODEMOGRÁFICAS E SUA INFLUÊNCIA PERANTE AS CARDIOPATIAS CONGÊNITAS: UMA REVISÃO

RECK, Naiara¹; SANDI, Sheron N.¹; DEBIASI, Marcelina M.²

¹ Discentes do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

² Docente do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

Introdução: A doença cardíaca congênita é caracterizada como uma ou mais anormalidades do coração ou dos vasos principais, muitas das quais são incompatíveis com a vida, ainda intrauterina. Aqueles que sobrevivem com essa cardiopatia possuem um desenvolvimento diferente, comparado aos indivíduos sem essa anormalidade, no entanto, essa diferença não é distribuída igualmente pelo território brasileiro. **Objetivo:** Descrever a influência das condições sociodemográficas no prognóstico de indivíduos acometidos por cardiopatas congênitas no Brasil. **Metodologia:** Trata-se de um estudo de revisão bibliográfica de artigos científicos encontrados nas bases de dados eletrônicas BVS, LILACS, SciELO e PUBmed publicados entre os anos de 2019 e 2024, por meio dos descritores “cardiopatas congênitas”, “cardiopatas congênitas no adulto”, “qualidade de vida” e “suporte social” no período entre julho e agosto de 2024. **Resultados:** Foram lidos mais de 40 artigos, dos quais 8 foram selecionados com base nos critérios de inclusão e exclusão para compor a amostra. Foi constatado que o maior número de cardiopatas congênitas relatadas ao nascer, bem como a maior taxa de óbito pelas mesmas do primeiro ao quarto ano de vida, concentra-se nas regiões Sul e Sudeste, de acordo com Silva *et al.* (2022) e Salim *et al.* (2021). Nas regiões brasileiras que possuem menor IDH (Norte e Nordeste), há uma subnotificação dos casos de Malformações do Aparelho Circulatório (MACs), que frequentemente são confundidas com as Doenças do Sistema Circulatório (DACs) (Salim *et al.*, 2020), isso se deve à falta de recursos adequados, bem como profissionais qualificados. As cardiopatas congênitas possuem uma incidência maior no sexo masculino - 55,5% - frente ao sexo feminino - 44,5% (Lima *et al.*, 2022). O maior índice de mortes, independente do sexo, costuma ocorrer do primeiro ao sexto dia após o nascimento (Silva *et al.*, 2022). Fatores de risco materno, como hipertensão e diabetes contribuem para o surgimento de MACs (Lima *et al.*, 2022). Através dos trabalhos analisados, também foi possível constatar que o nível de escolaridade tanto dos indivíduos acometidos por MACs quanto de seus cuidadores, determina o grau de conhecimento sobre a doença e suas limitações, o que influencia no prognóstico (Campos *et al.*, 2020). Além disso, uma renda menor significa um acesso insatisfatório a tratamentos de saúde, sendo que o apoio social está diretamente relacionado a uma melhoria desse quadro (Silva *et al.*, 2022). Os estudos reforçam que as condições sócio-demográficas possuem ligação direta com o prognóstico do indivíduo acometido por MACs. **Conclusão:** As cardiopatas congênitas são doenças que podem ter resolução se rastreadas a tempo e se a população tomar consciência que seus hábitos podem afetar sua prole. É válido destacar que mulheres com hipertensão e/ou diabetes possuem mais chance de gerar um filho com MAC. Em regiões cujo IDH é menor,

frequentemente ocorre a subnotificação dessa condição, o que dificulta o rastreamento. Diante disso, urge melhorar a assistência pré-natal e também a capacitação do Sistema de Saúde, para que essas anomalias sejam mais facilmente manejadas.

Palavras-chave: anomalias congênitas; cardiopatias; sociodemografia.

naiara_reck@hotmail.com

REFERÊNCIAS

CAMPOS, Elisandra Furlan de Lima *et al.* Conhecimento sobre a Doença e a Prática de Atividade Física em Crianças e Adolescentes com Cardiopatia Congênita. **Arquivos Brasileiros de Cardiologia**, [s. l.], v. 114, n. 5, p. 786-792, maio 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/abc/a/tTCDWS9K6YSYHhZjmqP3TGv/?lang=pt>. Acesso em: 30 ago. 2024.

LIMA, Tereza Rebecca de Melo e *et al.* Perfil epidemiológico e clínico de crianças hospitalizadas com cardiopatias congênitas. **Revista de Cirurgia e Traumatologia Buco Maxilo Facial**, Camaragibe, v. 22, n. 2, p. 25-31, 2022. Disponível em: <https://www.revistacirurgiabmf.com/2022/02/Artigos/05ArtOriginal.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2024.

SALIM, Thais Rocha *et al.* Desigualdades nas Taxas de Mortalidade por Malformações do Sistema Circulatório em Crianças Menores de 20 Anos de Idade entre Macrorregiões Brasileiras. **Arquivos Brasileiros de Cardiologia**, [s. l.], v. 115, n. 6, p. 1164-1173, 24 ago. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/abc/a/KHntYGHRjYrzjKPxK9Y4yyf/?lang=pt#>. Acesso em: 30 ago. 2024.

SALIM, Thais Rocha *et al.* IDH, Recursos Tecnológicos e Humanos para Diagnóstico e Tratamento das Malformações do Aparelho Circulatório no Brasil. **Arquivos Brasileiros de Cardiologia**, [s. l.], v. 117, n. 1, p. 63-71, jul. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/abc/a/vprz7fNNZzMz4mr6pYVw5Ys/?lang=pt#>. Acesso em: 30 ago. 2024.

SILVA, Mauro McCarthy de Oliveira *et al.* Análise dos registros de cardiopatias congênitas em crianças menores de um ano no Brasil. **Revista Interfaces: Saúde, Humanas e Tecnologia**, [s. l.], v. 10, n. 3, p. 1489-1499, out. 2022. Disponível em: <https://interfaces.unileao.edu.br/index.php/revista-interfaces/article/view/1047/920>. Acesso em: 30 ago. 2024.

CONFLITOS ÉTICOS NO USO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA MEDICINA

CAPELETI, Júlia K.¹; GHELLER, André S.¹; BONAMIGO, Elcio L.²

¹ Discentes do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

² Docente do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

Introdução: A inteligência artificial (IA) é uma área da ciência da informação que desenvolve softwares e mecanismos capazes de realizar tarefas que antes só eram possíveis com aspectos provenientes da inteligência humana, como raciocínio, reconhecimento de padrões e tomada de decisões. Na medicina, a IA tem ganhado cada vez mais destaque e espaço para utilização. Simultaneamente, as relações éticas do emprego da IA vêm se tornando um tópico complexo e essencial a ser discutido, visando garantir o bom emprego dessa ferramenta (Galiana; Gudino; Miramontes, 2024). **Objetivo:** Descrever, através de uma revisão bibliográfica, os conflitos de ética médica envolvidos no uso da inteligência artificial na medicina. **Metodologia:** Foi realizada uma busca de artigos científicos publicados entre 2017 e 2024, na plataforma PubMed, utilizando os seguintes descritores: “inteligência artificial”, “ética médica” e “medicina”. **Resultados:** Dos 23 artigos, quatro foram selecionados, os quais abrangeram a ética na utilização de IA nas medicina. Com a introdução do meio tecnológico de forma cada vez mais presente na área médica, surge um grande conjunto de dados armazenados, que aumenta exponencialmente em variedade, quantidade e velocidade. A IA é uma ferramenta com altos índices de acurácia no processamento desses dados por meio de algoritmos, promovendo a otimização de diagnósticos, escolhas terapêuticas e monitoramento dos pacientes (Lobo, 2017). Por outro lado, seu uso inadequado, desrespeitando os princípios fundamentais da bioética, pode ser uma fonte prejudicial ao usuário (Souza Filho *et al.*, 2020). A habilidade do paciente de tomar decisões voluntárias sobre seu cuidado médico, com consentimento informado - ou seja, a autonomia - deve ser preservada, sem que a decisão seja totalmente dependente da assistência virtual (Galiana; Gudino; Miramontes, 2024). A segurança e privacidade dos dados são medidas essenciais, já que algumas das principais preocupações são o vazamento de informações e seu uso indevido, como na obtenção de fins lucrativos (Martorell *et al.*, 2022). A falta de transparência na tomada de decisões da IA, bem como a incapacidade de explicar o raciocínio utilizado para chegar ao resultado final, pode ser um desafio para garantir a reprodutibilidade e replicabilidade dos algoritmos e um fator impactante para a confiabilidade, principalmente se não forem apresentados os vieses das informações (Souza Filho *et al.*, 2020). O princípio da justiça necessita que exista equidade na formação das bases de dados, evitando a falta de representatividade de certas populações, que pode levar a decisões e diagnósticos menos assertivos (Martorell *et al.*, 2022). A empatia e o contato estabelecido entre médicos e pacientes são fundamentos que geram insegurança quanto à capacidade da IA de, no algoritmo de decisão de tratamento, incluir fatores ambientais, contexto social e valores morais do paciente, prejudicando o vínculo com o serviço de saúde (Souza Filho *et al.*, 2020). **Conclusão:** Diante

do exposto, conclui-se que, embora a IA ofereça avanços na medicina, como maior eficiência e agilidade no diagnóstico, sua utilização engloba dilemas éticos principalmente relacionados à autonomia do paciente e privacidade de dados. O equilíbrio entre cuidado humano e avanço tecnológico é essencial para garantir um uso ético e seguro da IA.

Palavras-chave: inteligência artificial; ética; medicina.

juliakcapeleti@gmail.com

REFERÊNCIAS

GALIANA, L. I.; GUDINO, L. C.; MIRAMONTES, P. G. Ethics and artificial intelligence. **Rev Clin Esp (Barc)**, v. 224, n. 3, p. 178-186, mar. 2024. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/38355097/#full-view-affiliation-1>. Acesso em: 20 set. 2024.

LOBO, L. C. Inteligência Artificial e Medicina. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 41, n. 2, p. 185-193, jun. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-52712015v41n2esp>. Acesso em: 20 set. 2024.

MARTORELL, A. *et al.* Artificial Intelligence in Dermatology: A Threat or an Opportunity? **Actas Dermosifiliogr**, v. 113, n. 1, p. 30-46, jan. 2022. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/35249709/>. Acesso em: 20 set. 2024.

SOUZA FILHO, E. M. *et al.* Ética, Inteligência Artificial e Cardiologia. **Arq. Bras. Cardiol.**, v. 115, n. 3, p. 579-583, set. 2020. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC9363099/>. Acesso em: 20 set. 2024.

CONSTRUINDO SIGNIFICADOS E REFLEXÕES: ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE, HABILIDADES DE COMUNICAÇÃO NA RELAÇÃO MÉDICO-PACIENTE

RESELLATO, Marcia T.¹; KLEBER, Paula G.¹; BELTRAME, Vilma²; CUNHA FILHO, Roberto R. da¹

¹ Docentes do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

² Docente do Curso de Enfermagem, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

Introdução: Na Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc), campus de Joaçaba-SC, a proposta de atividade prática pedagógica interdisciplinar voltada para o componente curricular de Atenção Primária I, com ênfase na relação médico-paciente, pode ser elaborada de forma a enriquecer a formação dos estudantes do curso de Medicina. **Objetivo:** Desenvolver habilidades de comunicação na relação médico-paciente. Neste contexto, o professor orienta que os acadêmicos da quarta fase do curso sejam divididos em grupos, cada um encarregado de apresentar uma situação clínica que ilustre os desafios da comunicação na atenção primária à saúde. **Metodologia:** Ao utilizar a técnica de role play, o docente sugere que os alunos simulem interações médico-paciente, explorando as nuances da comunicação em um ambiente seguro e controlado. **Resultados:** Os grupos devem incluir relatos de experiências reais, colaborando com gestores, médicos e enfermeiros da região, para que os estudantes compreendam as implicações dos ruídos comunicativos no cuidado ao paciente. O professor enfatiza que, além do *role play*, a atividade deve ser enriquecida com a presença de convidados, como membros da equipe multidisciplinar da atenção primária. Essa interação permitirá que os alunos reflitam sobre a importância da comunicação eficaz, destacando como diferentes profissionais podem contribuir para a melhoria da relação médico-paciente. Ao final da atividade, o docente propõe uma roda de conversa onde todos os participantes compartilham suas percepções e aprendizados, promovendo um espaço de troca e reflexão crítica. **Conclusão:** Dessa forma, o professor observa que os estudantes poderão reconhecer a relevância de habilidades de comunicação em sua formação, contribuindo para uma prática profissional mais consciente e integrada, alinhada com os princípios da saúde holística e centrada no paciente.

Palavras-chave: comunicação em saúde; relação médico-paciente; atenção primária à saúde.

paula.kleber@unoesc.edu.br

REFERÊNCIAS

DANTAS, G. C.; FIGUEIREDO, W. S.; COUTO, M. T. Desafios na comunicação entre homens e seus médicos de família. *Interface-Comunicação, Saúde, Educação*, v. 25, p. e200663, 2021.

DUNCAN, B. B. *et al. Medicina Ambulatorial: Conduas de Atenção Primaria Baseadas em Evidencias*. 4 ed. Porto Alegre: Artmed, 2013.

FERRAZ, M. A. G. *et al.* Comunicação de más notícias na perspectiva de médicos oncologistas e paliativistas. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 46, 2022.

GROSSEMAN, S. Afinal, quem é “difícil”? Revisão integrativa sobre pacientes, médicos e relações difíceis. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 28, p. 1685-1701, 2023.

OLIVEIRA, M. A. de *et al.* Relação médico-paciente na Atenção Primária em Saúde. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 11, p. e2359119576-e2359119576, 2020.

DESAFIOS FRENTE À TOMADA DE DECISÃO NA DOAÇÃO DE ÓRGÃOS: UMA ANÁLISE CRÍTICA

LUCCA, Flavia de¹; PEREIRA, Vitória S.¹; BONAMIGO, Elcio L.²

¹ Discentes do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

² Docente do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

Introdução: A doação de órgãos é um ato altruísta e vital, no qual uma pessoa concorda em doar órgãos ou tecidos para transplante, com o objetivo de salvar vidas ou melhorar a qualidade de vida de outras pessoas. A demanda por órgãos supera significativamente a disponibilidade, resultando em longas listas de espera e em muitas mortes que poderiam ser evitadas com um número maior de doadores. Apesar de sua crucial importância, o processo de doação de órgãos enfrenta diversas dificuldades que complicam sua implementação eficaz e universal. **Objetivo:** Analisar os principais desafios e obstáculos que culminam na baixa adesão ao processo de doação, bem como entender as dificuldades sociais implicadas neste procedimento. **Metodologia:** Foram analisados artigos publicados entre os anos de 2020 e 2023, que abordassem as principais adversidades no processo de doação de órgãos, com base em pesquisas bibliográficas nas plataformas digitais Scielo e Google Acadêmico, com os seguintes descritores: “doação de órgãos”, “dificuldades”. **Resultados:** Foram encontrados dez artigos e, após análise, cinco foram selecionados para elaboração do resumo. Sabe-se que o processo não abrange somente a doação e o transplante de órgãos e tecidos, mas também contempla questões éticas, morais e religiosas no contexto familiar (Oliveira *et al.*, 2023). No que se refere aos familiares, outra fragilidade remete-se ao desconhecimento ou incompreensão do real significado da morte encefálica por parte da família, bem como os mesmos não reconhecerem quanto ao desejo sobre a doação de órgãos do seu ente querido ainda em vida, fator esse percebido como decisivo na tomada de decisão dos familiares (Fernandes *et al.*, 2020). Outrossim, o despreparo da equipe multidisciplinar atribuída ao atendimento também foi pontuado como uma das causas que ocasionaram a recusa por parte da família (Araujo *et al.*, 2023). Desse modo, a decisão familiar pode ser influenciada por questões emocionais, pois, famílias insatisfeitas com atendimento são menos propensas a decidir pela doação de órgãos (Andrade *et al.*, 2020). Por outro lado, uma pesquisa realizada com estudantes de medicina e médicos encontrou que quase todos desejam doar seus órgãos mostrando que o grau de informação vem evoluindo durante o preparo dos profissionais na graduação (Moraes *et al.*, 2020). Publicamente, nenhuma religião é contrária a doação de órgãos e tecidos, o que se percebeu foi a interpretação individual de cada pessoa quanto as escritas bíblicas (Araujo *et al.*, 2023). **Conclusão:** A análise dos artigos selecionados revelou que as dificuldades não se restringem apenas aos aspectos logísticos da doação e transplante, mas envolvem também questões éticas, morais e religiosas que afetam diretamente a decisão dos familiares. A falta de compreensão sobre a morte encefálica, o desconhecimento do desejo do familiar, e o despreparo das equipes multidisciplinares são fatores decisivos que contribuem para

a baixa adesão. Além disso, crenças religiosas também emergem como obstáculos importantes. Assim, é essencial que medidas sejam tomadas para melhorar a educação e a comunicação sobre a doação de órgãos, capacitar adequadamente as equipes de saúde e fomentar um diálogo aberto e sensível com as famílias. Somente através de uma abordagem multidimensional será possível superar essas barreiras e aumentar o número de doações, atendendo à demanda por transplantes.

Palavras-chave: sistemas de obtenção de órgãos.

vitoriapereira_@outlook.com

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Diêgo Correia *et al.* Doações de órgãos e tecidos: contribuições da equipe multiprofissional de saúde. **Revista InterScientia**, v. 8, n. 1, 2021.

ARAUJO, Hellen Vanessa *et al.* Os principais fatores de recusa de doação de órgãos e tecidos no âmbito familiar: revisão de literatura. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**, v. 5, n. 5, p. 1223-1243, 2023.

FERNANDES, Renato Vargas *et al.* Transplante de órgãos na perspectiva da comissão intra-hospitalar de doação de órgãos e tecidos. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 3, n. 5, p. 12116-12128, 2020.

MORAES, Lúcio J. A. *et al.* Percepção de estudantes e médicos sobre autonomia na doação de órgãos. **Revista Bioética**, v. 28, n. 1, p. 58-68, jan. 2020.

OLIVEIRA, Ana Flávia Cunha Gomide *et al.* Lacunas e Fatores Impeditivos da Doação de Órgãos no Brasil: Revisão de Literatura. **Brazilian Journal of Transplantation**, v. 26, 2023.

DILEMAS ÉTICOS PRESENTES NA PRÁTICA DA TELEMEDICINA

ZANELLA, Lara M.¹; EZEQUIEL, Talita L.¹; BONAMIGO, Elcio L.²

¹ Discentes do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

² Docente do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

Introdução: A telemedicina é um método que usa variados tipos de tecnologias em diferentes áreas da medicina (Oliveira *et al.*, 2020). Tendo em vista diferentes opiniões, essa prática médica, para alguns, cria conflitos éticos, tanto de ordem jurídica, quanto relacionados ao afastamento na relação entre médico e paciente. **Objetivo:** Essa revisão de artigos científicos teve como objetivo analisar os dilemas éticos presentes na prática da telemedicina. **Metodologia:** Realizou-se uma revisão bibliográfica nas plataformas Google Acadêmico, Scielo e Pubmed com os descritores “ética” e “telemedicina”. **Resultados:** Identificaram-se 21 artigos, dos quais foram selecionados quatro, publicados entre 2014 e 2024, a partir da importância para a formulação deste trabalho. O avanço significativo das tecnologias da informação e comunicação proporcionaram diversas inovações nos mais variados campos do conhecimento, não sendo diferente na área da saúde (Kallás, 2021). Para os defensores da telessaúde e da telemedicina são essas tecnologias que abrem novos canais de acesso ao cuidado em saúde e oferecem novas oportunidades para uma assistência realmente centrada no paciente (Oliveira *et al.*, 2020). Cita-se como benefícios adicionais a abordagem preventiva, a melhoria da autonomia do paciente e o poder de decisão compartilhado (Lisboa *et al.*, 2023). Os críticos são mais cautelosos, expressando preocupação com riscos novos ou exacerbados à privacidade e confidencialidade (Oliveira *et al.*, 2020). Contudo, há ambivalências éticas na telemedicina, pois a rede mundial de computadores elimina os limites geográficos ocasionando em uma experiência nova e fascinante na sociedade global interligada eletronicamente; não obstante isso desafia todas as formas do exercício tradicional da medicina, confrontando os princípios mais tradicionais da ética médica, principalmente por favorecer a quebra do sigilo e suprimir o momento mais eloquente do ato médico: a interação física e o profissional de saúde e o paciente na ocasião do exame clínico (Kallás, 2021). Sendo assim, há um aumento da responsabilidade médica e é imprescindível que a ética acompanhe esse avanço para auxiliar em condutas, garantindo que os benefícios para o paciente sejam maiores que os riscos (Almeida *et al.*, 2019). **Conclusão:** Por fim, compreende-se que a telemedicina inova o atendimento ao paciente e facilita seu acesso aos recursos em saúde. Entretanto, embora a telemedicina seja uma ferramenta ampliadora da assistência em diferentes áreas da prática médica, ela carece de interação física e, com isso, traz consigo desafios éticos relevantes. Sendo assim, destaca-se a necessidade da reafirmação dos fundamentos éticos, sobretudo a confidencialidade do ato médico para a construção de uma relação médico paciente de sucesso.

Palavras-chave: ética; telemedicina; dilemas éticos.

larazmendes@hotmail.com

talitaluizaezequiel@hotmail.com

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Júlia Português; VIEIRA, Lorena Tassara Quirino; DINIZ, Lucas Tadeu Gonzaga; MARTINELLE, Mercielle Ferreira Silva. Telemedicina e bioética: o futuro é agora. **Revista Bioética CREMEGO**, Goiânia, v. 1, n. 1, p. 41-45, 2019. Disponível em: <https://revistabioetica.cremego.org.br/cremego/article/view>. Acesso em: 17 set. 2024.

KALLÁS, Larissa Bechara. **Telemedicina e a transformação digital da saúde no Brasil: aspectos bioéticos e problemas de imputação de responsabilidade penal**. 2021. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Faculdade de Direito de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2021. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/107/107131/tde-10082022-120807/en.php>. Acesso em: 17 set. 2024.

LISBOA, Kálita Oliveira; HAJJAR, Ana Clara; SARMENTO, Isabela Perin; SARMENTO, Rebecca Perin; GONÇALVES, Sérgio Henrique Resende. A história da telemedicina no Brasil: desafios e vantagens. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 32, n. 1, e210170pt, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/htDNpswTKXwVr667LV9V5cP/#>. Acesso em: 17 set. 2024.

OLIVEIRA, Amanda Borges de; TOKARSKI, Cibele Caminha Rodrigues; JAPIASSU, Flávia Kariny Aparecida Gomes; SILVA, Jose Carlos Quinaglia. Desafios do avanço da telemedicina e seus aspectos éticos: revisão integrativa. **Com. Ciências Saúde**, Brasília, DF, v. 31, n. 1, p. 55-63, 2020. Disponível em: <https://repositorio.fepecs.edu.br:8443/handle/prefix/169>. Acesso em: 17 set. 2024.

DILEMAS ÉTICOS VIVENCIADOS POR ESTUDANTES DE MEDICINA

CASANI, Lainá¹; TUMELERO, Milena¹; BONAMIGO, Elcio L.²

¹ Discentes do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

² Docente do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

Introdução: O conhecimento e as atitudes éticas no curso de Medicina fazem parte da formação integral do discente por abranger conceitos além do ensino pragmático e trazer discussões relacionadas à conduta prática. Entretanto, por mais que exista o componente curricular relacionado, estima-se que os estudantes ainda se percebem incapazes de lidar com os conflitos éticos vivenciados no ambiente acadêmico, o que denota uma lacuna na educação médica global, alertando para uma possível falha em sua futura profissão. **Objetivo:** O objetivo desse estudo foi analisar os conflitos éticos vivenciados pelos estudantes de Medicina e a formação ética durante a graduação. **Metodologia:** Foi realizada uma revisão bibliográfica, baseada em pesquisa e artigos extraídos da plataforma Google Acadêmico, Brazilian Journal of Health Review e Scielo, a partir dos descritores “ética médica”, “estudantes de medicina” e “faculdade de medicina”. **Resultados:** Dos sete artigos encontrados, cinco foram selecionados. O estudo da ética requer reflexões sobre as questões subjetivas e legais das relações interpessoais, que ultrapassam os conhecimentos relativos a processos biológicos e terapêuticos (Quintana *et al.*, 2008). Os principais conflitos consistem em relações interpessoais com os professores (59,6%) e assistência sem supervisão (62,6%) (Menezes *et al.*, 2016). Ademais, informar mau prognóstico ao paciente e/ou à família, desrespeito ao paciente, erro e negligência médica, são responsáveis por 56,9% dos conflitos vivenciados (Taquette *et al.*, 2005). Além disso, com o aumento do uso das redes sociais, o perigo do desconhecimento aumenta exponencialmente, fato que preocupa pela velocidade de compartilhamento e exposição tanto do médico quanto do paciente (Cavallo *et al.*, 2022). Neste sentido, destaca-se a importância do Código de Ética Médica do Estudante de Medicina (Conselho Federal de Medicina, 2018), no qual existem regras estabelecidas tanto para a formação e regulação da medicina, e devem ser conhecidas por todos, não sendo discutidas apenas em uma única disciplina acadêmica, mas em todas, sendo assim executada e respeitada rigorosamente durante toda a formação (Cavallo *et al.*, 2022). Vários conflitos, entre outras preocupações, causam níveis de ansiedade, estresse e sensação de sobrecarga foram elevados entre os estudantes de medicina que alcançaram, respectivamente, 80,52%, 79,55% e 73,38% (Kamijo *et al.*, 2021). O estudo do Código de Ética dos Estudantes de Medicina (Conselho Federal de Medicina, 2018) contribui para uma atuação mais humanitária e responsável desde a graduação. **Conclusão:** A ética não é uma ciência unidirecional, abrange relações interpessoais, reflexões subjetivas e aspectos legais. Ademais, é cercada de diversos dilemas, tais como a revelação do diagnóstico, a possibilidade de erro médico e a quebra do sigilo em redes sociais, entre outros, que, quando experienciados por estudantes, podem parecer ainda mais complexos e causa aumento da ansiedade. Logo, a graduação é o momento mais oportuno

para incrementar a formação ética na Medicina, incluindo a observância do Código de Ética do Estudante de Medicina (Conselho Federal de Medicina, 2018). Entende-se, portanto, que devem ser adotadas estratégias na instituição com o intuito de proporcionar um espaço de discussão coletiva na busca da construção do agir profissional consciente e ético.

Palavras-chave: ética médica; educação médica; estudantes de Medicina.

casanilaina99@gmail.com

REFERÊNCIAS

CAVALLO, Angelo Farias *et al.* Código de ética do estudante de medicina: desafios atuais. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 5, n. 4, p. 1-11, 30 jun. 2022. DOI: <https://doi.org/10.34119/bjhrv5n4-097>.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. **Código de Ética Médica do Estudante de Medicina**. Brasília, DF, 2018. Disponível em: <https://www.flip3d.com.br/web/pub/cfm/index9/?numero=23&edicao=4442>. Acesso em: 25 nov. 2023.

KAMIJO, Eduardo Delatorre; LIMA, Maria Victória Schweder de; PEREIRA, Ana Paula; BONAMIGO, Elcio Luiz. Escolha da medicina como profissão e perspectiva laboral dos estudantes. **Rev. Bras. Educ. Med.**, v. 45, n. 4, e216, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1981-5271v45.4-20210093>.

MENEZES, Márcia Mendes *et al.* Conflitos Éticos Vivenciados por Estudantes de Medicina. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 41, n. 1, p. 162-169, 26 out. 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/1981-52712015v41n1RB20160072>.

QUINTANA, Alberto Manuel *et al.* A angústia na formação do estudante de medicina. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 32, n. 1, p. 7-14, 19 jun. 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0100-55022008000100002>.

TAQUETTE, Stella R *et al.* Situações eticamente conflituosas vivenciadas por estudantes de medicina. **Revista de Associação Médica Brasileira**, v. 51, n. 1, p. 23-28, 15 mar. 2005. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-42302005000100015>.

DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA SEXUAL: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

GALGARO, Ana B.¹; DE MARCO, Rebeca N.¹; BONAMIGO, Elcio L.²

¹ Discentes do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

² Docente do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

Introdução: A violência sexual é um fenômeno mundial, com impactos individuais e coletivos; caracteriza-se por violação de direitos fundamentais resultando em isolamento, incapacidade para o trabalho e para atividades diárias (Silva *et al.*, 2019). Por isso, faz-se necessário que os direitos reprodutivos e sexuais sejam tratados como campos distintos, mas inseparáveis, sendo que o primeiro diz respeito à igualdade e à liberdade na esfera reprodutiva, enquanto o segundo está relacionado à igualdade e à liberdade no exercício da sexualidade, com o objetivo de assegurar a autonomia das mulheres (Silva *et al.*, 2019). **Objetivo:** Discutir, sob a perspectiva intersectorial, os direitos sexuais e reprodutivos de mulheres em situação de violência e vulnerabilidade sexual, levando em conta as barreiras de políticas públicas e os obstáculos da assistência à mulher. **Metodologia:** Foi realizada uma pesquisa de artigos científicos nas bases de dados Portal CAPES, Scielo e Repositório Institucional da Ufal, com os buscadores “violência sexual” e “direitos reprodutivos”. **Resultados:** De aproximadamente mil trabalhos encontrados, três foram selecionados para o presente trabalho, publicados entre 2019 e 2021. Na pesquisa, nota-se que a falta de integração entre os serviços e a atuação profissional é comumente colocada como barreiras para o processo assistencial e alcance desses direitos (Costa *et al.*, 2021). Os empecilhos, estruturais e individuais, incluem judicialização do processo, morosidade do serviço e escassez de recursos humanos especializados, permeados por condutas sexistas e pela desigualdade nas relações de gênero, percebidos pelos profissionais e também pelas usuárias do sistema como dificuldades no acolhimento (Silva *et al.*, 2019). A seguridade dos direitos das mulheres se dá através de conquistas jurídicas, como a Lei n. 11.340, “Maria da Penha”, além de maior disponibilidade midiática e conhecimento das garantias; contudo, os avanços legais e sociais não bastam para assegurar o acesso à assistência adequada (Silva *et al.*, 2019). A invisibilidade e a normatização da violência sexual, apesar das conquistas sociais das últimas décadas, vêm acompanhadas de ameaças aos direitos sexuais e reprodutivos, revelando a presença de lacunas que dificultam o atendimento integral à mulher em situação de violência sexual, corroborada pela desqualificação das equipes, falta de recursos materiais e as dificuldades no trabalho multidisciplinar (Silva *et al.*, 2019). Assim, as lacunas na formação acadêmica dos trabalhadores, que deveriam ser supridas por treinamentos e capacitações, são preenchidas pelo aprendizado na prática diária dos atendimentos prestados, que seguem fluxos inadequados e não resolutivos (Branco *et al.*, 2020). Entretanto, a alegação de objeção de consciência por parte dos médicos pode limitar alguns direitos dos pacientes (Belloto *et al.*, 2023). **Conclusão:** Apesar de ser possível notar avanços, os retrocessos na assistência dos direitos sexuais e reprodutivos das

mulheres em situação de violência sexual ainda são presentes. Para que as garantias se consolidem em práticas, faz-se relevante a devida formação dos profissionais que atuam na assistência e a participação ativa de mulheres em cargos de gestão, além de ações que garantam segurança às vítimas.

Palavras-chave: violência; direitos sexuais; autonomia; integralidade.

anabeatriz.g@unoesc.edu.br

REFERÊNCIAS

BELLOTO, M. C. S. *et al.* Direitos dos Médicos: percepção dos acadêmicos de Medicina e Médicos. **Arquivos Catarinenses de Medicina**, v. 5, n. 2, p. 17-29, 2023. Disponível em: <https://revista.acm.org.br/arquivos/article/view/1285>. Acesso em: 27 set. 2024.

BRANCO, J. G. de O. *et al.* Fragilidades no processo de trabalho na Atenção à Saúde à Mulher em situação de violência sexual. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 5, p. 1877-1886, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232020255.34732019>. Acesso em: 15 set. 2024.

COSTA, K. T. R. de M. *et al.* Direitos sexuais e direitos reprodutivos das mulheres: análise interseccional de sentidos na literatura científica brasileira. **Repositório Institucional da Ufal**, Alagoas, 2021. Disponível em: <http://www.repositorio.ufal.br/jspui/handle/123456789/8433>. Acesso em: 13 set. 2024.

SILVA, J. G. *et al.* Direitos sexuais e reprodutivos de mulheres em situação de violência sexual: o que dizem gestores, profissionais e usuárias dos serviços de referência? **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 28, n. 2, p. 187-200, jun. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902019180309>. Acesso em: 13 set. 2024.

EDUCAÇÃO INTERPROFISSIONAL NA ÁREA DA SAÚDE NA FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA

GRASEL, Cláudia E.¹; DALLACOSTA, Fabiana M.²; TEO Jucielly C.¹; STOCK, Ricardo A.¹; KASPENBAUER, Guilherme¹; CUNHA FILHO, Roberto R. da¹, MARQUES, Ricardo R.¹; TONIAL, Alessandro¹; RAMOS, Grasieli de O.²

¹ Docentes do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

² Docente do Mestrado em Biociências e Saúde, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

Introdução: A complexidade dos desafios no campo da saúde, na contemporaneidade, fez com que fossem instituídas políticas e diretrizes para promover, proteger e recuperar a saúde no território brasileiro (Barr, 2005; Batista; Batista, 2016; Alves, 2021). Entre os ideais, formulados pela legislação e pautados pelas demandas sociais na atenção à saúde na integralidade, está a articulação do trabalho interprofissional, com caráter interdisciplinar e colaborativo (OMS, 2010).

Objetivo: O objetivo deste trabalho é ampliar as discussões acerca da educação interprofissional na área da saúde (EIP) na formação universitária. **Metodologia:** Foi realizada uma revisão de literatura narrativa, buscando elucidar como acontece educação interprofissional na área da saúde. A busca foi realizada nas bases de dados SciELO, Pubmed e Bireme, utilizando-se as palavras-chave educação interprofissional, educação superior e práticas interdisciplinares.

Resultados: Este texto aborda as limitações e potencialidades dos Profissionais da Educação e da área da saúde, destacando a importância da EIP para a melhoria dos resultados de saúde (Batista *et al.*, 2018). No Brasil, a EIP está integrada à Gestão da Educação do Ministério da Saúde e é parte das Diretrizes da Adesão para os Programas Nacionais de Graduação em Medicina desde 2001 (Ely; Toassi, 2018). A EIP é um tema recente no país, mas as políticas de educação em saúde apontam para a necessidade de práticas colaborativas. A interação entre diferentes profissões incentiva a colaboração na saúde e exige formação alinhada a práticas colaborativas em equipes interprofissionais. É essencial promover uma integração eficaz entre o pessoal, superando barreiras como apoio organizacional inadequado e resistência à prática colaborativa. A formação continuada de educadores e profissionais de saúde é fundamental para atender às exigências contemporâneas. A EIP desenvolve competências gerais e promove a interdependência entre os profissionais, contribuindo para a melhoria dos serviços de saúde de forma qualificada. O trabalho em rede profissional é essencial para avançar na compreensão e na prática colaborativa na área da saúde (Peduzzi; Agreli, 2018). **Conclusão:** Em suma, a PEI enfrenta desafios como a falta de uma definição clara, barreiras institucionais e resistência à prática colaborativa. Para ultrapassar estas barreiras e promover uma prática interprofissional eficaz e integrada nos cuidados de saúde, são essenciais a integração dos currículos de saúde, a formação profissional contínua e a promoção da interdependência e da colaboração. A PEI não pode ser imposta verticalmente, mas exige regras de conduta, hábitos, competências e valores. Entre diferentes objetos, explora a autoaprendizagem

e a interação entre pares. A integração é uma consciência necessária. EIP é um caminho promissor para desafiar a formação profissional alinhada com as demandas contemporâneas.

Palavras-chave: educação interprofissional; ensino; educação; saúde.

claudia.grasel@unoesc.edu.br

REFERÊNCIAS

ALVES, Lucivaldo Almeida. Desafios e potencialidades da interprofissionalidade no contexto do programa de educação pelo trabalho para saúde. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 4, e22010414041, 2021. Disponível em: <file:///D:/Unoesc/Downloads/14041-Article-183455-1-10-20210408.pdf>. Acesso em: 01 set. 2021.

BARR, Hugh. **Interprofessional education today, yesterday and tomorrow: a review**. London: Higher education academy, health sciences and practice network, 2005.

BATISTA, Nildo A.; BATISTA, Sylvia H. S. S. Educação interprofissional na formação em Saúde: tecendo redes de práticas e saberes. **Interface: Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v. 20, n. 56, p. 202-204, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/kh54yfRbjcFfdzmGXj8r-P3M/#>. Acesso em: 20 ago. 2021.

BATISTA, Nildo A. *et al.* Construção da identidade profissional na Educação Interprofissional em Saúde: percepção de egressos. **Interface**, v. 22, suppl. 1, p. 1399-1410, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/wtqgWTz6VYZjqZW3Gp5yG4F/?lang=pt>. Acesso em: 01 set. 2021.

ELY, Luciane Ines; TOASSI, Ramona Fernanda Ceriotti. Integração entre currículos na educação de profissionais da Saúde: a potência para educação interprofissional na graduação. **Interface**, Botucatu, v. 22, suppl. 2, p. 1563-1575, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/n7Pzvq8cjpgJ5VFt3fsnvnHC/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 29 jul. 2021.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE - OMS. **Marco para Ação em Educação Interprofissional e Prática Colaborativa**. 2010. Disponível em: <http://www.who.int/hrh/nursingmidwifery/en/>. Acesso em: 20 ago. 2021.

PEDUZZI, Marina; AGRELI, Heloise F. Trabalho em equipe e prática colaborativa na Atenção Primária à Saúde. **Interface: Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v. 22, n. 2, p. 1525-1534, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/MR86fMrvpMcJFSR7NNWPbqh/#>. Acesso em: 20 ago. 2021.

ENTRE A LUZ E A SOMBRA: O IMPACTO DA TOXOPLASMOSE OCULAR

BIAZI, Gabriele¹; NUNES, Gabriele C.¹; FERREIRA, Ariane G.¹; MACHADO, Mileni V.¹; BONAMIGO, Elcio L.²

¹ Discentes do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

² Docente do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

Introdução: A toxoplasmose ocular é uma infecção grave causada pelo protozoário *Toxoplasma gondii*, que compromete a retina, resultando em potencial perda de visão. A toxoplasmose pode provocar lesões retinianas que, em muitos casos, são permanentes, afetando a qualidade de vida dos pacientes afetados. Assim, torna-se essencial compreender o impacto dessa condição no sistema visual. **Objetivos:** O objetivo deste estudo foi evidenciar as repercussões oftalmológicas da toxoplasmose ocular por meio de uma revisão da literatura, com foco nos impactos da infecção em seres humanos e nas implicações para a saúde visual. **Metodologia:** A metodologia baseou-se em uma revisão sistemática da literatura, utilizando as bases de dados BVS, Scielo e PubMed. Foram aplicados descritores como “toxoplasmose ocular”, “retina” e “infecção por *Toxoplasma gondii*”. **Resultados:** Para esta análise, foram selecionados três artigos publicados nos anos de 2003, 2014 e 2024, que obtiveram uma visão abrangente sobre a infecção e suas complicações visuais. Esses artigos incluem uma evolução das descobertas científicas, com ênfase nas pesquisas mais recentes de 2024, que oferecem um entendimento mais atualizado e preciso sobre o impacto da toxoplasmose na saúde ocular. Os resultados indicam que a toxoplasmose ocular é a causa mais comum de uveíte posterior, representando até 50% dos casos (Muccioli; Silveira; Belfort Júnior, 2014). Na população geral um artigo de revisão encontrou índices de 7,4% no México, 23 a 84% no Brasil, 23,9% a 46% na África, 28% na América do Norte, 33% na Nova Zelândia, 37% no Chile e 47% na Europa, ilustrando a variabilidade global dos resultados (Mello *et al.*, 2022) e destacando a importância de investigar as implicações dessa infecção ocular. A toxoplasmose causa retinite, e logo acomete a coróide e o vítreo. A lesão é focal e granulomatosa, e a inflamação atinge também a úvea anterior, causando tipicamente iridociclite, também granulomatosa e com precipitados ceráticos, infiltrados de células inflamatórias aderidos à face posterior da córnea. Quanto ao tratamento, a escolha da terapia depende da gravidade da infecção e do estado imunológico do paciente (Macedo *et al.*, 2024). Geralmente, os tratamentos envolvem o uso de medicamentos antiparasitários, combinados com corticosteróides, mas a eficácia varia conforme a gravidade e o estágio da infecção (Muccioli; Silveira; Belfort Júnior, 2014). **Conclusão:** Com base na revisão realizada, conclui-se que a toxoplasmose ocular tem um impacto significativo na saúde visual, sendo a principal causa de uveíte posterior em várias regiões do mundo. A infecção pode levar a complicações visuais graves, como retinite e iridociclite, que afetam permanentemente a retina e a qualidade de vida dos pacientes. Os tratamentos disponíveis, embora eficazes em alguns casos, ainda apresentam limitações, especialmente em estágios avançados da infecção. Assim, a

prevenção, por meio de estratégias educativas e diagnóstico precoce, continua sendo a melhor abordagem para minimizar as repercussões oftalmológicas da doença.

Palavras-chave: toxoplasmose; toxoplasmose ocular; *Toxoplasma gondii*; retina.

gabriele_biazi@unoesc.edu.br

REFERÊNCIAS

MACEDO, D. S. D.; INHUMA, F. B. D. A.; SOUZA, M. R. D.; FREITAS, L. F. D. Toxoplasmose ocular como agravante da infecção por toxoplasma gondii em seres humanos. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**, v. 6, n. 6, p. 567-577, 2024.

MELLO, C. O. de *et al.* Perfil epidemiológico da toxoplasmose em gestantes e soroprevalência nacional. **Arquivos Catarinenses de Medicina**, v. 51, n. 01, p. 71-88, 2022.

MUCCIOLI, C.; SILVEIRA, C.; BELFORT JÚNIOR, R. Toxoplasmose Ocular. *In*: SOUZA, W.; BELFORT JÚNIOR, R. (orgs.). **Toxoplasmose & Toxoplasma gondii**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2014. p. 181-196.

ENSINO DA ANATOMIA HUMANA: UMA REVISÃO DE LITERATURA

TÉO, Jucielly C.¹; TONIAL, Alessandro¹; RAMOS, Grasieli de O.²; GRASEL, Cláudia E.¹

¹ Docentes do curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

² Docente do Mestrado em Biociências e Saúde, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

Introdução: O componente curricular de Anatomia Humana é essencial para os cursos da área da saúde, sendo cursada geralmente no primeiro ano universitário. O conhecimento adquirido é fundamental para compreender as estruturas corporais e disciplinas relacionadas. No contemporâneo, a maioria dos cursos de saúde possui carga horária específica para o ensino da anatomia, refletindo sua importância na formação dos estudantes (Talamoni, 2014). **Objetivo:** Refletir sobre o ensino da anatomia nos cursos da área de ciências da vida e da saúde. **Metodologia:** Foi realizada uma revisão de literatura narrativa, buscando elucidar como acontece o ensino da anatomia historicamente. A busca foi realizada nas bases de dados SciELO, Pubmed e Bireme, utilizando-se as palavras-chave ensino da anatomia, anatomia humana, história da anatomia. **Resultados:** Neste estudo, refletiu-se sobre a importância dos saberes docentes (Pimenta; Almeida, 2011) e a história do ensino da anatomia humana ao longo do tempo, destacando desafios e mudanças na forma como o componente curricular é ensinado. Observa-se que desde a Idade da Pedra já existem registros de desenhos e esculturas do corpo humano, evidenciando um conhecimento ancestral sobre anatomia. Ao longo da história, diversos estudiosos contribuíram para o desenvolvimento e aprimoramento do conhecimento anatômico, como Galeno, que realizou importantes experimentos em anatomia e fisiologia. Durante a Renascença, artistas como Leonardo da Vinci realizaram esboços anatômicos detalhados, buscando entender os segredos do corpo humano. Posteriormente, o anatomista Vesalius revolucionou o ensino da anatomia ao publicar um conjunto de livros com ilustrações detalhadas de dissecações humanas, elevando a disciplina a uma ciência exata (Kickhofel, 2003; Standring, 2016; Habbal, 2017). No contemporâneo o ensino da anatomia modificou, incorporando novas tecnologias como plastinação, digitalização e simulação em manequins artificiais, tornando o aprendizado mais acessível e eficiente para os estudantes (Kickhofel, 2003; Standring, 2016; Habbal, 2017). Essas inovações ajudam a superar as limitações e custos associados aos laboratórios tradicionais de anatomia, garantindo um suprimento adequado de materiais para o ensino (Talamoni, 2014). **Conclusões:** Em suma, a história do ensino da anatomia é marcada por grandes avanços e descobertas, moldando a forma como compreende-se o corpo humano. Por meio da integração de métodos tradicionais e tecnologias inovadoras, o ensino da anatomia continua a evoluir, preparando os futuros profissionais da área da saúde para os desafios da prática clínica e da pesquisa científica.

Palavras-chave: anatomia; revisão de literatura; educação médica; ensino universitário.

grasieli.ramos@unoesc.edu.br

REFERÊNCIAS

HABBAL, Omar. The Science of Anatomy: A historical timeline. **Sultan Qaboos University Medical Journal**, v. 17, n. 1, p. e18, 2017.

KICKHOFEL, Eduardo Henrique Peiruque. A lição de anatomia de Andreas Vesalius e a ciência moderna. **Scientle Studia**, v. 1, n. 3, p. 389-404, 2003.

PIMENTA, Selma Garrido; ALMEIDA, Maria Isabel de (org.). **Pedagogia Universitária: caminhos para a formação de professores**. São Paulo: Cortez, 2011.

STANDRING, Susan. Uma breve história da anatomia topográfica. **Journal of Anatomy**, v. 229, n. 1, p. 32-62, 2016.

TALAMONI, Ana Carolina Biscalquini. **Anatomia, ensino e entretenimento**. Os nervos e os ossos do ofício: uma análise etnológica da aula de Anatomia. São Paulo: Editora UNESP, 2014. p. 23-37.

ÉTICA E PROFISSIONALISMO MÉDICO NAS REDES SOCIAIS: UM DILEMA CONTEMPORÂNEO

TILLMANN, Gabriela¹; SILVEIRA, Larissa G.¹; BONAMIGO, Elcio L.²

¹ Discentes do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

² Docente do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

Introdução: O progresso na área das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) influencia inúmeras conjunturas sociais, notadamente a esfera da saúde (Castro *et al.*, 2022). Nota-se que tanto o médico quanto o estudante de medicina desfrutam de múltiplas ferramentas tecnológicas que compõem a Ciber saúde. Desse modo, percebe-se a influência das TICs na ética e no profissionalismo médico, o qual se trata do compromisso com a competência profissional, confidencialidade e bem-estar do paciente (Souza *et al.*, 2017). Posto isso, devido à inexistência de limite nesse cenário, sua errônea utilização acarreta consequências ético-profissionais. **Objetivo:** O presente trabalho tem como objetivo analisar os impactos da exposição do sigilo e da mercantilização médica vigente em redes sociais. **Metodologia:** Realizou-se uma revisão bibliográfica nas plataformas Google Acadêmico e Scielo com os descritores “sigilo médico”, “mercantilização médica” e “ética”. **Resultados:** Identificaram-se 12 artigos, dos quais foram selecionados 5, publicados entre 2017 e 2022. Dentre os preceitos contidos no Código de Ética Médica CFM (Conselho Federal de Medicina, 2019), a confidencialidade, um preceito ético presente nas relações interpessoais, está relacionada aos princípios de sigilo profissional, privacidade e liberdade (Lettieri *et al.*, 2021). Embora seja um tradicional preceito moral, o sigilo tende a ser desrespeitado na atual era tecnológica (Lettieri *et al.*, 2021). Nesse contexto, o paciente está expõe-se à possibilidade de ser captado e reproduzido quanto à transmissão de seus dados, que está cada vez mais veloz e vulnerável, pois seu controle ultrapassa o controle humano, ameaçando a privacidade das pessoas (Schmidt *et al.*, 2021). Assim, a tecnologia confronta a proteção de direitos fundamentais uma vez que faz parte da rotina médica e seu uso acaba sendo inevitável no contexto vigente. Por um lado, a mercantilização da medicina é proibida na contemporaneidade no contexto da ética médica (Conselho Federal de Medicina, 2019). Por outro, diretrizes éticas para publicidade e propaganda médica orientam os anúncios médicos, bem como chamam a atenção para os riscos associados (Conselho Federal de Medicina, 2023). Entretanto, a transformação da saúde em produto maximiza disparidades no acesso, construindo barreiras significativas no cuidado adequado, reduz qualidade de atendimento, desumaniza relação médico paciente, além de instituir pressão para procedimentos desnecessários (Castro, 2024). Uma pesquisa mostrou que aproximadamente 60,5% dos médicos não receberam formação sobre “publicidade médica” durante a graduação (Schmidt *et al.*, 2021). Dados revelam que 14,9% dos médicos já consultaram a Codame, cujo objetivo é auxiliar o médico a respeito do tema e isto reflete desconhecimento ou dificuldade em publicidade médica (Schmidt *et al.*, 2021). **Conclusão:** Os impactos do sigilo e da mercantilização médica em redes sociais apresentam

desafios éticos significativos principalmente pelo avanço das TICS. Muitos profissionais de saúde carecem de formação adequada para lidar com essas dinâmicas, resultando em práticas antiéticas. É fundamental que a ética médica e a conscientização sobre diretrizes de publicidade e sigilo médico sejam fortalecidas em escolas médicas, visando um compromisso moral na ciber saúde.

Palavras-chave: ética médica; profissionalismo; rede social; educação médica.

gabii.tillmann@gmail.com

larissa.gonzatto@gmail.com

REFERÊNCIAS

CASTRO, Arthur Manuel da Silva. **Análise das obrigações e possíveis responsabilidades, éticas e cívicas, na publicidade e propaganda médica em mídias sociais.** 2024.

CASTRO, Gabriel Machado de *et al.* A relevância e influência dos avanços das Tecnologias da Informação e Comunicação para o comportamento e a ética médica. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 5, n. 1, p. 1921-1928, 2022.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. **Código de ética médica:** Resolução CFM n. 2.217/2018, Brasília, 2019.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. **Código de ética médica:** Resolução CFM n. 2.336/2018, Brasília, 2023.

LETTIERI, Gabriela Kato *et al.* Sigilo médico na era digital: análise da relação médico-paciente. **Revista Bioética**, v. 29, n. 4, p. 814-824, 2021.

SCHMIDT, Ana Carolina Fernandes *et al.* Publicidade médica em tempos de medicina em rede. **Revista Bioética**, v. 29, n. 1, p. 115-127, 2021.

SOUZA, Edvaldo da Silva *et al.* Ética e profissionalismo nas redes sociais: comportamentos on-line de estudantes de medicina. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 41, n. 4, p. 564-575, 2017.

ÉTICA MÉDICA NOS CUIDADOS PALIATIVOS: UMA VISÃO INTEGRATIVA E HUMANISTA

ETGES, Renan F.¹; BONAMIGO, Elcio L.²

¹ Discente do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

² Docente do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

Introdução: Os cuidados paliativos têm como objetivo proporcionar o alívio do sofrimento dos pacientes que enfrentam doenças ameaçadoras à continuidade da vida. Neste contexto, a ética médica desempenha um papel essencial, especialmente ao respeitar a autonomia do paciente (Silva, 2004). Dessa maneira, a prática dos cuidados paliativos deve garantir, além do controle da dor e dos sintomas físicos, o suporte psicossocial e espiritual ao paciente, promovendo um cuidado que respeita a dignidade humana e a qualidade de vida até os últimos momentos (Ferrai *et al.*, 2008). **Objetivo:** Analisar as implicações da Ética Médica no campo dos cuidados paliativos, buscando compreender as decisões médicas e o cuidado integral ao paciente. **Metodologia:** Foi realizada uma pesquisa bibliográfica exploratória e coletados artigos sobre cuidados paliativos e Ética Médica, através das plataformas Pubmed, SciELO e Google Acadêmico, utilizando os descritores “Cuidados Paliativos” “Ética” e “Moral”. **Resultados:** Foram encontrados 39 artigos e selecionados 05 estudos condizentes ao tema. Na terminalidade da vida, que abrange os cuidados paliativos, as diretivas antecipadas de vontade são uma ferramenta útil para a manutenção e garantia da autonomia do paciente, no entanto é necessário que sejam mais conhecidas no Brasil para aumentar sua utilização (Pepes *et al.*, 2024). No contexto brasileiro, a falta de uma regulamentação clara sobre as diretivas antecipadas de vontade representa um grande desafio. Ademais, as diretivas antecipadas de vontade são componentes cruciais no planejamento dos cuidados de saúde, principalmente em cuidados paliativos, cujo objetivo é permitir que os pacientes expressem suas preferências sobre tratamentos futuros, sobretudo na terminalidade. No que tange ao campo da bioética, é uma ferramenta capaz de garantir reflexões necessárias para a tomada de decisões da equipe frente a um caso paliativo, tornado assim uma escolha moral e ética ao considerar a dignidade humana como princípio norteador (Andrade *et al.*, 2013). Dessa forma, a prática dos cuidados paliativos se torna uma extensão do respeito à vida e à autonomia, garantindo um cuidado que promova a qualidade de vida até os momentos finais. (Andrade *et al.*, 2013). No entanto, os princípios éticos prevalecem nas decisões médicas; a beneficência, nesse contexto, assegura que as ações visem ao bem-estar do paciente, enquanto a não maleficência protege o paciente de intervenções desnecessárias e potencialmente danosas (Silva, 2004). E quanto à humanização dos cuidados paliativos, torna-se um elemento fundamental, uma vez que promove a melhoria da qualidade de fim de vida e o respeito à dignidade humana (Ferrai *et al.*, 2008). **Conclusão:** A qualidade da terminalidade de vida está diretamente ligada com a forma de cuidado ao paciente. Nesse sentido, a ética médica torna-se fundamental para a qualidade

do cuidado paliativo e as diretivas antecipadas podem garantir sua autonomia na terminalidade da vida. Ademais, a abordagem humanista é indispensável para assegurar as decisões médicas alinhadas aos valores pessoais e qualidade de vida dos pacientes. Devido à escassez de estudos, sugere-se a realização de pesquisas sobre o respeito da autonomia do paciente e suas implicações éticas.

Palavras-chave: cuidados paliativos; diretivas antecipadas; autonomia pessoal; ética médica.

renan.etges@unoesc.edu.br

REFERÊNCIAS

ANDRADE, C. G. de *et al.* Bioética, cuidados paliativos e terminalidade: revisão integrativa da literatura. **Revista de Enfermagem UFPE On Line**, Recife, v. 7, n. esp., p. 888-897, mar. 2013.

FERRAI, C. M. M.; PADILHA, K. G.; SILVA, L.; PAGANINE, M. C.; GANDOLPHO, M. A. Uma leitura bioética sobre cuidados paliativos: caracterização da produção científica sobre o tema. **Bioethikos**, v. 2, n. 1, p. 99-104, 2008.

PEPES, C. V.; PEPES, M. V.; NEUHAUSER, J.; ABELLÁN SALORT, J. C.; STEFFANI, J. A.; BONAMIGO, E. L. Diretivas antecipadas de vontade: instrumento de autonomia para pacientes oncológicos. **Rev. bioét.**, v. 31, n. 3, p. e3471PT, 2024.

SILVA, C. H. D. A moralidade dos cuidados paliativos. **Revista Brasileira de Cancerologia**, v. 50, n. 4, p. 330-333, 2004.

FATORES ASSOCIADOS À QUEDA NA COBERTURA VACINAL NO BRASIL

GNIECH, Ana L.¹; PARREIRA, Ana C. F.¹; XAVIER, Paula B.²

¹ Discentes do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

² Docente do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

Introdução: O controle mundial das doenças infectocontagiosas depende da constância na imunização, que é a ação custo-efetiva mais importante a ser efetuada, protegendo imensuráveis vidas de afecções imunopreveníveis. Todavia, tem-se presenciado no Brasil uma alarmante redução no percentual de doses aplicadas de vacina, o que coloca em risco o controle da incidência de tais patologias (Arroyo *et al.*, 2020). **Objetivo:** Identificar os fatores envolvidos na redução da cobertura vacinal no Brasil. **Metodologia:** Tratou-se de uma revisão bibliográfica nas bases de dados SCIELO, Google Acadêmico e PubMed baseado nos descritores “Cobertura vacinal”, “Hesitação vacinal”, “Vacinação” e “Desinformação”, no período de 2020 até 2023. A partir da análise dos artigos encontrados, foram utilizados 6 para essa revisão. **Resultados:** A queda na cobertura vacinal compreende múltiplos fatores, dentre eles é possível evidenciar a complexidade do calendário de vacinação e as alterações no sistema de informação do Programa Nacional de Imunização, o financiamento insuficiente ao SUS, a deficiência no fornecimento pontual de vacinas, horários de funcionamento restritos, salas de vacinação insuficientes, além do dilema da hesitação vacinal (Bezerra, 2023). Ademais, determinantes socioeconômicos, como baixa renda familiar, baixa escolaridade dos pais, multiparidade e sequência de nascimento dos filhos (Arroyo *et al.*, 2020), prejudicam a imunização em virtude da relação de insegurança estabelecida com o programa de vacinação e com os profissionais de saúde, sem contar com a falta de entendimento quanto à ameaça proveniente das doenças imunopreveníveis (Donalisio *et al.*, 2023). Nesse contexto, a pandemia do Sars-Cov2 exacerbou o panorama já existente de não cumprimento das metas nacionais de vacinação (Almeida *et al.*, 2022). Em consequência da ampla demanda por trabalhadores da área da saúde na linha de frente, várias crianças acabaram não sendo vacinadas, visto que os atendimentos eletivos foram limitados e houve a paralisação das rotinas de vacinações (Donalisio *et al.*, 2023). Além disso, apesar de não ser um fenômeno atual, a divulgação de fake news e de informações equivocadas se tornou um empecilho (Heller *et al.*, 2022). A propagação de notícias adulteradas ou fora de contexto acerca das vacinas colabora para uma série de problemas, como episódios de descrença e o retardo em procurar os serviços de saúde para que as vacinas sejam ministradas, a escolha de não vacinar os filhos, nem a si próprios, além do envolvimento ativo dos indivíduos que obtêm informações inverídicas em grupos antivacina (Bezerra, 2023), possibilitando uma divulgação imediata de material sem base científica, o que fortalece a ocorrência de hesitação vacinal (Paganini *et al.*, 2022; Heller *et al.*, 2022). **Conclusão:** O cenário atualmente presenciado é decorrente de questões multifatoriais, que envolvem desde a necessidade de melhorias estruturais e de acesso às unidades de vacinação até a obtenção de

informações verídicas e confiáveis, que sejam capazes de diminuir a resistência aos imunizantes. Assim, além de políticas públicas efetivas e da elaboração estratégica de campanhas de vacinação, os profissionais da saúde exercem o papel de preservar a credibilidade na eficácia das vacinas, em razão de manter uma relação direta e continuada com a comunidade, esclarecendo as dúvidas e transmitindo conhecimento.

Palavras-chave: imunização; taxa de vacinação; doenças infectocontagiosas.

ana_laisa00@hotmail.com

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, B. V. R. E. *et al.* As influências da pandemia da COVID-19 na cobertura vacinal da Poliomielite no Brasil e em Minas Gerais. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 16, p. e218111638102, 15 dez. 2022.

ARROYO, L. H. *et al.* Áreas com queda da cobertura vacinal para BCG, poliomielite e tríplice viral no Brasil (2006-2016): mapas da heterogeneidade regional. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, p. e00015619, 6 abr. 2020.

BEZERRA, W. F. **CONSELHO NACIONAL DE SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE - CONASEMS**. 2023. v. 1.

DONALISIO, M. R. *et al.* Vacinação contra poliomielite no Brasil de 2011 a 2021: sucessos, reveses e desafios futuros. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 28, n. 2, p. 337-337, fev. 2023.

HELLER, B. *et al.* Desinformação e avanço da poliomielite no Brasil (2000 - 2021). **Animus - Revista Interamericana de Comunicação Midiática**, v. 21, n. 47, 2022.

PAGANINI, B. R. de O. *et al.* Distribuição e autocorrelação espacial da cobertura vacinal contra a poliomielite. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 6, p. e32811629258- e32811629258, 29 abr. 2022.

IMPACTO DA PANDEMIA DA COVID-19 NA BUSCA DE ATENDIMENTO EM SAÚDE MENTAL NA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA

BENETTI, Josefina¹; NEUVALD, Priscila L.¹; BIAZOLLO, Caroline Z.²; KLEBER, Paula G.²

¹ Discentes do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

² Docentes do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

Introdução: No final de 2019, um surto de coronavírus começou em Wuhan, na China, com muitos infectados tendo vínculo com o mercado de Huanan, que vendia frutos do mar e animais silvestres. Entretanto, alguns pacientes não tinham relação com o local, sugerindo outras fontes de contágio. Em janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) alertou sobre pneumonia de causa desconhecida na cidade e, em março, declarou o SARS-CoV-2 uma pandemia, recomendando medidas como testagem em massa, isolamento social e uso de máscaras (OMS, 2020). Apesar das tentativas de controle, houve ciclos de relaxamento que resultaram em novos picos de casos. A pandemia também gerou repercussões psicológicas significativas, especialmente medo crônico, que pode levar a sintomas de depressão e ansiedade (Brunoni, 2021). **Objetivo:** Investigar o impacto da pandemia da Covid-19 na busca de atendimento em saúde mental na Estratégia Saúde da Família de um município do Meio Oeste de Santa Catarina. **Metodologia:** Pesquisa documental realizada nos prontuários dos habitantes de um município do Meio Oeste, Santa Catarina, pertencentes a uma ESF. A amostra foi composta pelos que buscaram atendimento na estratégia de saúde da família entre os anos de 2019, 2020 e 2021. As categorias analisadas foram: Demências, Transtornos Mentais Devido a Uso de Álcool ou Drogas, Esquizofrenias, Transtornos Afetivos Bipolares, Transtornos Depressivos, Transtornos Ansiosos, Transtornos Mistos, Retardo Mental, Distúrbios do Sono e Outros. Os dados foram computados em relação ao total e analisados mês a mês com o Software STATISTICA 12.0, utilizando ANOVA de uma via e posthoc de Tukey para os trimestres, com nível de significância $p < 0,05$. Além disso, os dados obtidos foram confrontados com informações de documentos oficiais e bibliografia sobre a situação na esfera federal. **Resultados:** Em 2019, houve um total de 6826 atendimentos, em 2020 foram 7417 e, em 2021, 7687 atendimentos realizados. Quando comparadas as médias de atendimentos mensais nos anos de 2019 a 2021, houve diferença significativa no total de atendimentos realizados ($p = 0,0487$). Em relação aos atendimentos de saúde mental, não houve diferença estatisticamente considerável na média de atendimentos por mês entre os 3 anos comparados ($p = 0,4766$). Em 2019, houve um número significativamente maior de atendimentos para esquizofrenia em relação aos demais anos ($p = 0,0411$). No ano de 2021 houve maior média de atendimentos para transtornos ansiosos ($p = 0,0329$). Nesse mesmo ano houve redução no número de atendimentos por distúrbios do sono ($p = 0,001$). Nos demais tipos de atendimento não houve diferenças significativas. **Conclusão:** Os resultados indicam que não houve diferença estatística significativa nos atendimentos de distúrbios psiquiátricos na ESF avaliada, mas houve um aumento nos transtornos ansiosos. As comparações com dados nacionais e mundiais revelaram limitações

na qualidade das informações. Considerando as consequências da pandemia de Covid-19 na saúde mental, são necessárias novas pesquisas. Este estudo é crucial para dimensionar o impacto da pandemia e desenvolver ações que melhorem a qualidade de vida e a resolutividade das patologias na atenção primária.

Palavras-chave: pandemias; atenção à saúde; epidemiologia; distúrbios psicológicos.

paula.kleber@unoesc.edu.br

REFERÊNCIAS

BRUNONI, A. *et al.* Prevalência e fatores de risco de sintomas e diagnósticos psiquiátricos antes e durante a pandemia de COVID-19: achados da coorte de saúde mental ELSA-Brasil COVID-19. **Medicina Psicológica**, p. 1-12, 2021. DOI: 10.1017/S0033291721001719.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE - OMS. **Histórico da pandemia de COVID-19**. 2020. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>. Acesso em: 25 maio 2022.

IMPACTO DAS ALTERAÇÕES MODIC NO SUCESSO DA CONSOLIDAÇÃO VERTEBRAL APÓS ARTRODESE DE COLUNA LOMBAR

GHELLER, André S.¹; GALGARO, Ana B.¹

¹ Discentes do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

Introdução: As alterações vertebrais Modic são caracterizadas pela degeneração patológica do disco vertebral e mudanças biomecânicas no osso subcondral da vértebra, principalmente dos níveis lombares. Estas modificações, cuja etiologia inclui teorias de estresse mecânico, microtraumatismos do osso subcondral e infecção bacteriana, impactam significativamente na consolidação óssea pós artrodese de coluna. **Objetivo:** O objetivo deste estudo foi descrever, através de uma revisão bibliográfica, a influência das alterações Modic no sucesso da consolidação óssea lombar pós artrodese. **Metodologia:** Para isso, foi realizada uma busca de artigos científicos publicados entre 2010 e 2024 nas plataformas Google Acadêmico, Scielo e Science Direct, utilizando os seguintes descritores: Modic, consolidação óssea e artrodese lombar. **Resultados:** A classificação de Modic é fundamentada nas sequências tradicionais de ressonância magnética ponderadas em T1 e T2 (Nascimento, 2019). As variações Modic são classificadas em três formas distintas: MC1 (alterações inflamatórias com edema e dor, mostrando hipossinal nas sequências T1 e hipersinal nas sequências T2); MC2 (deposição de tecido adiposo em áreas de degeneração vertebral, com hipersinal em T1 e isodensidade em T2); e MC3 (calcificação da placa final e da medula vertebral subcondral, com hipossinal em T1 e T2) (Leite *et al.*, 2010). De acordo com a classificação Modic pré-operatória, pacientes alvos de artrodese de níveis lombares podem sofrer alterações no processo de consolidação óssea e no desfecho favorável do prognóstico cirúrgico. O ambiente inflamatório do espaço intervertebral resulta em desequilíbrios na osteogênese devido à presença de citocinas inflamatórias, que alteram a diferenciação osteogênica de células-tronco mesenquimais através da via NF- κ B, afetando a regeneração do tecido ósseo. Essas alterações inflamatórias, somadas a limitação do suprimento sanguíneo para o enxerto ósseo em casos de esclerose da placa final, geram uma taxa de consolidação óssea de curto prazo deficiente (Chen *et al.*, 2024), o que altera tanto o intervalo de recuperação pós-cirúrgico quanto a condição clínica futura do paciente, podendo resultar em pseudoartrose. Para melhorar a consolidação óssea após artrodese lombar em pacientes com alterações Modic prévias, destaca-se a utilização de autoenxerto ósseo. O autoenxerto deve ser proveniente dos resíduos da descompressão medular e combinado com aloenxertos extras. Essa combinação resulta em aumento da área de contato óssea e proporciona um efeito sinérgico na consolidação, uma vez que o autoenxerto contém células vivas e proteínas da matriz óssea, enquanto os aloenxertos oferecem uma estrutura óssea adicional, acelerando o processo de reintegração óssea (Chen *et al.*, 2024). **Conclusão:** Portanto, conclui-se que as alterações de Modic preexistentes afetam negativamente a recuperação clínica pós-cirúrgica. Devido à natureza multifatorial desta enfermidade, mais estudos são necessários

para otimizar o tratamento e melhorar o prognóstico de pacientes submetidos a artrodese lombar com alterações Modic prévias.

Palavras-chaves: alterações Modic; artrodese; consolidação óssea.

asgheller.23@gmail.com

REFERÊNCIAS

CHEN, Rigao; ZOU, Kai; LIU, Jianjia; LI, Ke; ZHOU, Yi; HUANG, Haoyun; YANG, Fei. Do modic changes affect the fusion rate in spinal interbody fusion surgery? A systematic review and network meta-analysis. **Journal of Clinical Neuroscience**, v. 125, p. 110-119, jul. 2024. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0967586824002078>. Acesso em: 21 jul. 2024.

LEITE, Marcio Squassoni; LUCIANO, Rafael Paiva; MARTINS, Délio Eulálio; WAJCHENBERG, Marcelo; PUERTAS, Eduardo Barros. Correlação entre as classificações de Pfirrmann e Modic na degeneração do disco intervertebral lombar. **COLUNA/COLUMNNA**, v. 9, n. 4, p. 401-406, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/coluna/a/X6XCrQ55PYDPGLhg5xnDR3v/?format=pdf>. Acesso em: 21 jul. 2024.

NASCIMENTO, Eduardo Deroide do. **Avaliação do efeito do uso de sequências sensíveis a líquido na classificação das alterações do tipo Modic na coluna lombar**. 2019. Dissertação (Mestrado Profissional em Radiologia Musculoesquelética) - Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2019. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/17/17158/tde-05082019-130526/publico/EDUARDODEROIDEDONASCIMENTO.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2024.

IMPLICAÇÕES BIOÉTIICAS NA PRESCRIÇÃO DE MEDICAMENTOS SEM EFICÁCIA COMPROVADA PARA TRATAMENTO DA COVID-19

BORSOI, André L.¹; LORENZON, Morgana P.¹; BONAMIGO, Elcio L.²; ZANCAN, Caroline B.²; KLEBER, Paula G.²

¹ Discentes do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

² Docentes do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

Introdução: A Covid-19 é uma doença respiratória grave, causada pelo SARS-CoV-2, identificada pela primeira vez em Wuhan em dezembro de 2019. A Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a pandemia em março de 2020, o que levou ao aumento das pesquisas, mas ainda não existem tratamentos com eficácia comprovada (Silva Neto, 2020). Assim, muitos medicamentos estão sendo utilizados empiricamente, gerando controvérsias sobre as melhores abordagens terapêuticas. Terapias nutricionais, como vitaminas A D e C, além de zinco e selênio, foram utilizadas na Covid-19, mas sem comprovação de eficácia muitos pacientes recebem medicamentos off label, baseados em propriedades antivirais observadas em estudos in vitro, gerando incertezas sobre doses adequadas. Essa prática, embora não ilegal, levanta questões clínicas, éticas e de segurança (Mota; Kuchenbecker, 2020). **Objetivo:** Identificar os medicamentos mais prescritos para casos suspeitos ou confirmados de Covid-19 e avaliar se os médicos acreditam haver implicações bioéticas na prescrição de fármacos sem eficácia comprovada para tratamento da Covid-19. **Metodologia:** Trata-se de um estudo quali-quantitativo, com caráter descritivo e transversal realizado mediante aplicação de questionário e revisão bibliográfica de artigos publicados em periódicos científicos. Participaram da pesquisa 55 médicos atuantes nas Estratégias Saúde da Família (ESF) e Centros de Triagem para Covid-19 de 12 cidades do Meio Oeste Catarinense. **Resultados:** Dos 55 participantes, apenas 1 (1,82%) não atendeu casos de Covid-19, enquanto 92,31% (48) lidaram com pacientes leves e 73,08% (38) com casos moderados. Além disso, 36,54% (19) dos médicos atenderam pacientes considerados graves. Verificou-se que 14,55% dos médicos prescreveram alguma terapia para prevenção da Covid-19, sendo o antiparasitário Ivermectina correspondendo a 80% dessas prescrições. 52,73% dos profissionais não acreditavam estar ferindo algum princípio bioético ao prescrever medicamentos sem eficácia comprovada; entre os que acreditavam total ou parcialmente no fato, 73,91% afirmaram estar ferindo o princípio da não maleficência; 49,09% dos médicos acreditam que os benefícios desse tipo de prescrição superam os riscos e malefícios. **Conclusão:** As diversas terapias e condutas foram adotadas para casos de Covid-19, incluindo prescrições e orientações aos pacientes, considerando o conhecimento e as crenças dos profissionais. A maioria dos profissionais não vê implicações bioéticas na prescrição de medicamentos sem eficácia comprovada para o tratamento da

doença. Toda prescrição médica deve ser baseada nos princípios bioéticos, em especial da autonomia de paciente e médico e da não maleficência. As condutas tomadas devem ser pesadas quanto a riscos e benefícios envolvidos, individualizando cada caso e terapêutica prescrita.

Palavras-chave: bioética; Covid-19; prescrições de medicamentos.

paula.kleber@unoesc.edu.br

REFERÊNCIAS

MOTA, D. M.; KUCHENBECKER, R. S. de. Considerações sobre o uso de evidências científicas em tempos de pandemia: o caso da COVID-19. **Revista Vigilância Sanitária em Debate: Sociedade, Ciência & Tecnologia**, v. 8, n. 2, p. 2-9, maio 2020.

SILVA NETO, B. R. da. Highlights sobre o novo patógeno humano SARS-Coronavírus 2 (SARS-CoV-2). **Medicina: Impactos Científicos e Sociais e Orientação a Problemas nas Diversas Áreas de Saúde**. Ponta Grossa, Paraná: Atena Editora, 2020. cap. 13, p. 91-98.

IMPLICAÇÕES ÉTICAS SOBRE O USO DA TECNOLOGIA E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA MEDICINA

OLIVEIRA, Emanuel E. A.¹; BONAMIGO, Elcio L.²

1 Discente do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

2 Docente do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

Introdução: A inteligência artificial (IA) está revolucionando a medicina diagnóstica, sendo aplicada para aumentar a precisão dos diagnósticos, personalizar tratamentos e otimizar processos de saúde. Ao utilizar grandes volumes de dados clínicos, a IA tem permitido avanços notáveis em áreas como oncologia, cardiologia e neurologia, ao detectar padrões sutis muitas vezes invisíveis ao olho humano (Soares *et al.*, 2023). No entanto, o uso da IA também levanta desafios éticos e regulatórios, que precisam ser enfrentados para garantir sua implementação responsável na prática médica (Barbosa *et al.*, 2023).

Objetivo: Este estudo tem como objetivo descrever as principais aplicações da inteligência artificial na medicina diagnóstica, identificando os benefícios no diagnóstico precoce e na medicina personalizada, assim como os desafios éticos e práticos que a tecnologia enfrenta para ser amplamente implementada.

Metodologia: Foi realizada uma revisão integrativa da literatura utilizando artigos publicados entre 2020 e 2024 nas bases de dados SciELO, PubMed e LILACS. Os critérios de inclusão envolveram artigos revisados por pares que discutissem o uso da IA na medicina diagnóstica, focando na precisão diagnóstica, personalização de tratamentos e desafios éticos associados. **Resultados:** Foram selecionados quatro artigos dentro de um espaço amostral de 30 artigos pesquisados, dos quais apresentam dados relevantes sobre a eficácia da IA e os obstáculos para sua adoção em larga escala. Os resultados da revisão indicam que a IA tem melhorado significativamente a precisão diagnóstica ao identificar padrões de doenças em exames de imagem e dados genéticos, muitas vezes em estágios precoces, o que aumenta as chances de sucesso do tratamento (Soares *et al.*, 2023). Além disso, a IA tem facilitado a personalização de tratamentos, ao analisar perfis genômicos e históricos médicos, permitindo a escolha de terapias mais eficazes para cada paciente (Moraes *et al.*, 2023). Contudo, desafios éticos, como a privacidade dos dados e o viés algorítmico, ainda precisam ser superados, assim como a necessidade de maior transparência nos processos decisórios e de regulamentações específicas (Barbosa *et al.*, 2023). **Conclusão:** Destarte, é “sine qua non” que a inteligência artificial seja vista como uma ferramenta indispensável para a medicina diagnóstica, sobretudo, pelo seu potencial para revolucionar diagnósticos e tratamentos de diversas patologias. Contudo, seu uso eficaz depende de uma regulamentação robusta, da capacitação dos profissionais de saúde e uma abordagem ética que assegure a proteção dos dados e a equidade no acesso à tecnologia. Assim, a colaboração multidisciplinar é essencial para que os benefícios da IA sejam amplamente distribuídos e maximizados no âmbito médico.

Palavras-chave: inteligência artificial; medicina personalizada; ética em inteligência artificial.

emanueleliaquim@hotmail.com

REFERÊNCIAS

BARBOSA, M. C. *et al.* Inteligência artificial e os desafios éticos na medicina. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 9, n. 7, p. 10-22, 2023.

MORAES, J. J. *et al.* Impacto da tecnologia de inteligência artificial na medicina diagnóstica. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 9, n. 7, p. 23-35, 2023.

SOARES, R. A. *et al.* O uso da inteligência artificial na medicina: aplicações e benefícios. **Research, Society and Development**, v. 12, n. 4, p. 45-56, 2023.

INFLUÊNCIA DO TABAGISMO PASSIVO NO AGRAVAMENTO DA ASMA EM CRIANÇAS

CASAGRANDE, Ana J.¹; BERTOGLIO, Ana V.¹; TONIAL, Isadora G.¹; PERUZZO, Laura¹; MEURER, Milena G.¹; D'AGOSTINI, Fernanda M.²; FERNANDES, Liliane S.²; DEBIASI, Marcelina M.²

¹ Discentes do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

² Docentes do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

Introdução: O tabagismo passivo é a maneira de inalação das substâncias tabágicas de forma ambiental por um indivíduo não tabagista, tendo isso em consideração, a exposição à fumaça pode causar efeitos irritantes e imediatos no organismo (Egger *et al.*, 2023). Entre as principais consequências de tal prática está o agravamento da asma, uma das mais frequentes doenças crônicas da infância, que consiste na inflamação das vias aéreas inferiores (Coelho; Rocha; Jong, 2012). **Objetivo:** A presente revisão tem como finalidade relacionar o agravamento da asma em crianças expostas ao tabagismo passivo. **Metodologia:** Os sete artigos revisados foram selecionados a partir da plataforma digital Google Acadêmico, entre os anos de 2012 e 2023. **Resultados:** A fumaça do tabaco é uma potente fonte irritante das vias aéreas por apresentar elevados níveis de nicotina e de monóxido de carbono (Butz *et al.*, 2019). A exposição de crianças ao tabaco correlaciona-se com a elevação da cotinina corporal, um metabólito da nicotina (Jing; Wang; Liu, 2019). Assim, o contato durante trinta minutos é o suficiente para aumentar os níveis de cotinina, responsável por obstruir o fluxo de ar em asmáticos (Pilato *et al.*, 2020). Em relação às crianças portadoras de asma, é importante destacar que essas são mais vulneráveis e imunologicamente deprimidas, estando mais suscetíveis às complicações decorrentes do tabagismo secundário (He *et al.*, 2020). Nesse contexto, o fumo passivo desequilibra a proporção de células Th17/Treg, tendo um aumento das Th17 e diminuição das Treg, o que altera a resposta imunológica (Jing; Wang; Liu, 2019). Ademais, a substância resultante do tabaco causa obstrução do fluxo de ar e a diminuição da função pulmonar em asmáticos (Egger *et al.*, 2023). Os sintomas de hiper-responsividade (resposta broncoconstritora acima do esperado) são exacerbados, além da presença de edema das vias respiratórias, congestão vascular e presença de muco (Pilato *et al.*, 2020). A exposição secundária ao cigarro é uma das causas do agravamento da asma em crianças, o que torna imprescindível a redução de alérgenos e fatores irritantes (Silva; Pachú, 2023). **Conclusão:** O tabaco é um irritante das vias respiratórias que diminui a função pulmonar e altera a resposta imunológica. As crianças que convivem com tabagistas diariamente possuem mais chances de desenvolver asma e são mais susceptíveis às complicações pulmonares, tornando-se necessário elaborar medidas que reduzam a exposição de crianças ao tabagismo passivo para que os riscos de asma grave sejam reduzidos e superados.

Palavras-chave: tabagismo passivo; asma infantil; alérgenos.

isadora.gtonial@gmail.com

REFERÊNCIAS

- BUTZ, Arlene M. *et al.* Children with poorly controlled asthma: Randomized controlled trial of a home-based environmental control intervention. **Pediatric Pulmonology**, v. 54, n. 3, p. 245-256, 2019. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC6408727/>. Acesso em: 02 set. 2024.
- COELHO, Sabrina Almeida; ROCHA, Suelen Alves; JONG, Lin Chau. Consequências do tabagismo passivo em crianças. **Cienc Cuid Saude**, v. 11, n. 2, p. 294-301, 2012. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/CiencCuidSaude/article/download/10281/pdf/>. Acesso em: 02 set. 2024.
- EGGER, Pedro Acácio Lemos *et al.* O risco do tabagismo passivo no desenvolvimento de pneumopatias. **Revista Eletrônica Acervo Médico**, v. 23, n. 1, 2023. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/medico/article/view/11877/7042>. Acesso em: 02 set. 2024.
- HE, Zonglin *et al.* The association between secondhand smoke and childhood asthma: A systematic review and meta-analysis. **Pediatric pulmonology**, v. 55, n. 10, p. 2518-2531, 2020. Disponível em: https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/ppul.24961?casa_token=eaQY05iKrDYAAAAA%3AzpCI9oqUdlxVasnl00qVIDP_HW0dvDgPatHJ6ul8k6xb2IS-GREfQEMVg-qgcGHebtctt-g50Vr5Hsrn. Acesso em: 02 set. 2024.
- JING, Wei; WANG, Wei; LIU, Qingbin. Passive smoking induces pediatric asthma by affecting the balance of Treg/Th17 cells. **Pediatric research**, v. 85, n. 4, p. 469-476, 2019. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/s41390-019-0276-0>. Acesso em: 02 set. 2024.
- PILATO, Emily Lindsey *et al.* Impacto do tabagismo passivo nos sintomas da asma na infância. **Arq. Asma, Alerg. Imunol**, p. 190-197, 2020. Disponível em: http://aaai-asbai.org.br/detalhe_artigo.asp?id=1084#:~:text=A%20literatura%20existente%20mostra%20associa%C3%A7%C3%A3o,s%C3%A3o%20demonstrados%20em%20estudos21. Acesso em: 02 set. 2024.
- SILVA, Maria Isabel Félix da; PACHÚ, Clésia Oliveira. Os efeitos da exposição involuntária de crianças ao tabagismo passivo: Revisão integrativa. **Research, Society and Development**, v. 12, n. 1, p. e18712139615-e18712139615, 2023. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/366959755_Os_efeitos_da_exposicao_involuntaria_de_crianças_ao_tabagismo_passivo_Revisao_integrativa. Acesso em: 02 set. 2024.

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA FORMAÇÃO MÉDICA: DESAFIOS ÉTICOS E LIMITES OPERACIONAIS

SCHIRMER, Laura A.¹; SOUSA, Yasmin A.¹; BONAMIGO, Elcio L.²

¹ Discentes do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

² Docente do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

Introdução: Na era digital, a adaptação às novas tecnologias é crucial, alterando noções de tempo e espaço e introduzindo incertezas. Big Data e inteligência artificial (IA) têm um impacto profundo no meio médico, exigindo novas abordagens éticas para garantir a segurança e a privacidade dos dados. A educação médica deve integrar essas tecnologias, alinhando competências técnicas e bioéticas. As Diretrizes Curriculares Nacionais e as características geracionais influenciam a formação e a prática médica no Brasil, e é dever da classe repassar os ensinamentos éticos às gerações de médicos que atuarão no futuro da Big Data. **Objetivo:** Analisar as questões éticas relativas ao uso da IA na educação médica e discutir as possíveis implicações éticas de seu uso no ensino de graduação em medicina. **Metodologia:** Indexação de palavras relacionadas ao tema “ética médica” e “inteligência artificial” nos sites PubMed e Google Acadêmico, onde foram selecionados três artigos, publicados entre 2023 e 2024, relacionados ao dilema ético envolvendo o uso de recursos de IA na prática da medicina. **Resultados:** Foram selecionados dois artigos e uma tese para a elaboração do trabalho. A integração dos modelos de processamento de linguagem natural na saúde, como o ChatGPT, pode transformar o acesso à informação médica para profissionais e pacientes. Este modelo de linguagem, que possui mais de 175 bilhões de parâmetros, é capaz de compreender e gerar texto humano (Goodman *et al.*, 2023). Autores discutem seu uso na educação ética em saúde, destacando sua limitação ao basear-se apenas no principalismo. O artigo também aborda a necessidade de bioeticistas e questiona o papel das ferramentas de IA. Ainda, estudiosos investigam a percepção de estudantes chineses sobre saúde digital, evidenciando a lacuna no ensino de ética e legislação nesta área (Gorini, 2024). Por sua vez, treinado com uma ampla gama de fontes da internet e ajustado para tarefas conversacionais por meio de aprendizado por reforço, o ChatGPT pode lidar com consultas médicas e auxiliar na tomada de decisões clínicas (Pawar; Farooqui, 2024). Com o aumento dos dados médicos e a complexidade das decisões clínicas, essas ferramentas podem melhorar os cuidados humanos. O ChatGPT apresentou desempenho próximo ao exigido para o Exame de Licenciamento Médico dos EUA, sugerindo seu potencial para a educação médica e para o suporte à decisão clínica (Goodman *et al.*, 2023). No entanto, suas respostas, que parecem autoritativas, muitas vezes são incorretas, ainda não sendo plausível tomar seus parâmetros como irrefutáveis. **Conclusão:** Apesar da crescente integração de IA na educação médica e no dia a dia profissional, os currículos ainda precisam de uma formação humanizada e adequada. As discussões éticas, como consentimento informado e privacidade, são insuficientes se

realizadas exclusivamente por IA. Incorporar bioética desde o início da graduação é essencial para preparar médicos para desafios éticos e morais na prática.

Palavras-chave: inteligência artificial; educação médica; Big Data; bioética; ChatGPT.

lauraschirmer@hotmail.com, yasminalmeidaesousa@gmail.com

REFERÊNCIAS

GOODMAN, Rachel S. *et al.* Accuracy and Reliability of Chatbot Responses to Physician Questions. **JAMA network**, v. 6, n. 10, p. e2336483, 2023. Disponível em: <https://jamanetwork.com/journals/jamanetworkopen/fullarticle/2809975>. Acesso em: 15 set. 2024.

GORINI, Cláudia Correia. **Ensinar na era tecnológica: educação médica, big data, inteligência artificial e aspectos éticos**. 2024. Tese (Doutorado em Bioética, **Ética Aplicada e Saúde Coletiva**) - Programa de Pós-graduação em Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva, Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/65014>. Acesso em: 15 set. 2024.

PAWAR, Vikas V.; FAROOQUI, Safira. Ethical issues to think about when using AI in healthcare. **Oral Oncology Reports**, v. 9, p. 100145, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.oor.2023.100145>. Acesso em: 15 set. 2024

MANEJO PERIOPERATÓRIO EM CIRURGIA VASCULAR: ANÁLISE DE RECUPERAÇÃO APRIMORADA (ERAS®)

BRANDT, Amanda¹; INÁCIO, Érika C.¹; FRIZZO, Giovana M.¹; BUSANELLO, Carolina¹; ROTHBARTH, Rafael R.²

¹ Discentes do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

² Docente do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

Introdução: O protocolo ERAS (*Enhanced Recover After Surgery*) consiste num conjunto de medidas perioperatórias, com abordagem multidisciplinar, colaborativa e baseada em evidências, visando promover uma recuperação aprimorada multimodal em cirurgias de grande porte. Com o propósito de diminuir morbimortalidade perioperatória, reduzir tempo de internação hospitalar e complicações e acelerar a recuperação, o protocolo se mostra útil nas diversas abordagens da Cirurgia Vascular (CV). **Objetivo:** Analisar a aplicação do protocolo ERAS na CV, avaliando seus componentes, impacto nos desfechos perioperatórios e potenciais benefícios aos pacientes. **Metodologia:** Foram realizadas pesquisas nas plataformas Google Acadêmico, PubMed, Cochrane Library e Jornal Vascular Brasileiro, com os descritores: cirurgia vascular, protocolo ERAS e recuperação aprimorada. Foram selecionados 3 artigos entre os anos de 2019 a 2023. **Resultados:** Desenvolvido na década de 1990 pelo cirurgião Henrik Kehlet, o protocolo revolucionou o período perioperatório. No que tange a CV, consoante Stojanovic *et al.* (2018), o espectro de complicações depende da própria operação e da urgência do procedimento, com complicações podendo surgir nas diversas fases operatórias. Baseado na manutenção da resposta fisiológica e psicológica dos pacientes, reduzindo a resposta ao estresse, o protocolo permite minimizar as complicações e até mesmo preveni-las, podendo causar desfechos mais positivos quanto as complicações mais comuns e significantes da CV: otimização da microcirculação após síndrome de reperfusão isquêmica; reações inflamatórias; adequada ressuscitação volêmica; manutenção do metabolismo aeróbico; níveis de glicose sanguínea estáveis; oferta adequada de oxigênio; suporte hemodinâmico e uso de vasodilatadores/vasoconstritores com o objetivo de conquistar um adequado fluxo sanguíneo. McGinagle *et al.* (2023), Stojanovic *et al.* (2018) e Blumenthal (2019) confluem que o pós-operatório (PO) em CV é o momento mais crucial para a recuperação do paciente e o ERAS desempenha papel fundamental. À luz desse fato, há a sugestão de condutas conjuntas a fim de otimizar os desfechos: manutenção de níveis basais de HbA1c antes da revascularização; manutenção da aspirina no PO; utilização de heparina não fracionada em dose baixa ou heparina de baixo peso molecular em conjunto com terapia intermitente de compressão de panturrilha (começando antes da cirurgia ou dentro de 24h pós, mantendo na hospitalização); mobilização precoce; ingestão de carboidratos líquidos 2h antes da cirurgia (podem manter a massa magra corporal e a força muscular, acelerando o retorno das funções intestinais e evitar o estado catabólico resultante do jejum pré-operatório); terapias antimicrobianas; manutenção de estado euvolêmico (redução nas

complicações pulmonares e renais, retorno breve das funções intestinais e redução de infecções de área cirúrgica e trato urinário) e redução do tempo de internação hospitalar em 3,5 dias.

Conclusão: Apesar de possuir importantes *gaps* na literatura e um programa só ser insuficiente para a demanda da amplitude da CV, a implementação e melhorias do ERAS na especialidade se mostra promissor ao promover ao paciente conhecimento e bem-estar, além de melhorar o prognóstico da operação. Merece atenção, no entanto, para evitar crescentes complexidades e aumento de componentes, possibilitando erros e esquecimentos. Destaca-se ainda que a correta implementação do protocolo se mostra crucial para o bom sucesso do mesmo.

Palavras-chave: protocolo ERAS; cirurgia vascular; recuperação aprimorada.

25amandabrandt@gmail.com

REFERÊNCIAS

BLUMENTHAL, Rebecca N. ERAS: Roteiro para uma jornada segura no perioperatório. APSF O Periódico Oficial da Anesthesia Patient Safety Foundation, Brasília, DF, p. 8-10, jun. 2019. Disponível em: <https://www.apsf.org/wp-content/uploads/newsletters/2019/0201-pt-br/APSF0201-PT-BR.pdf>. Acesso em: 06 out. 2024.

MCGINIGLE, Katharine L.; SPANGLER, Emily L.; AYYASH, Katie; VAVRA, Ashley K.; ARYA, Shipra; SETTEMBRINI, Alberto M.; THOMAS, Merin M.; DELL, Kate E.; SWIDERSKI, Iris J.; DAVIES, Mark G. A framework for perioperative care for lower extremity vascular bypasses: a consensus statement by the enhanced recovery after surgery (eras®) society and society for vascular surgery. *Journal Of Vascular Surgery*, [s. l.], v. 77, n. 5, p. 1295-1315, maio 2023. Disponível em: <https://www.jvascsurg.org/action/showPdf?pii=S0741-5214%2823%2900080-0>. Acesso em: 06 out. 2024.

STOJANOVIC, Milena D.; MARKOVIC, Danica Z.; VUKOVIC, Anita Z.; DINIC, Vesna D.; NIKOLIC, Aleksandar N.; MARICIC, Tijana G.; JANKOVIĆ, Radmilo J. Enhanced Recovery after Vascular Surgery. *Frontiers In Medicine*, [s. l.], v. 5, n. 1, p. 1-6, 19 jan. 2018. Disponível em: <https://www.frontiersin.org/journals/medicine/articles/10.3389/fmed.2018.00002/full>. Acesso em: 06 out. 2024.

O IMPACTO DAS DIFERENTES CÉLULAS-TRONCO NA MEDICINA REGENERATIVA E SEUS DESAFIOS ÉTICOS

STREIT, Matheus D.¹; COSTA, Gabriel H. da¹; BONAMIGO, Elcio L.²

¹ Discentes do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

² Docente do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

Introdução: As células-tronco são células não diferenciadas que podem se transformar em qualquer tipo de célula do corpo humano. As controvérsias éticas atuais sobre a terapia baseada em células-tronco estão focadas no potencial ilimitado de diferenciação que podem ser usadas na clonagem humana, como um risco para a geração de embriões humanos e quimeras. **Objetivo:** Avaliar o impacto das diferentes Células-Tronco na medicina regenerativa e seus desafios éticos. **Metodologia:** Estudo descritivo, realizado por meio de dados extraídos de artigos científicos do Pubmed e Google Acadêmico. **Resultados:** Foram selecionados quatro artigos, publicados entre 2017 e 2023. As células-tronco mesenquimais (MSCs) têm vantagens, como a capacidade de migrar para o local da lesão, regenerar tecidos e servir como terapia personalizada em casos de transplantes autólogos, promovendo a restauração celular de maneira direcionada (Lim; Khoo, 2021). Além disso, as MSCs se beneficiam de sua capacidade de transportar cargas úteis anticâncer por meio de manipulação genética, podem ser modificadas para atuar no tratamento de câncer, promissoras para a medicina regenerativa e oncológica (Lim; Khoo, 2021). Embora as células-tronco embrionárias humanas (hESCs) tenham sido o foco de controvérsias no passado, pelo uso de embriões humanos, atualmente as preocupações se concentram no potencial das células-tronco pluripotentes induzidas (iPSCs), pelo risco de clonagem humana e geração de quimeras, mesmo sendo eticamente menos controverso (Volarevic *et al.*, 2018). Além disso, um marco regulatório aprovado no Japão em 2014, possibilitou introduzir produtos à base de células-tronco no mercado japonês, com subsídios do sistema público de saúde. Também permitiu que clínicas privadas comercializem legalmente produtos de células-tronco, algo que vem sendo prometido pela ciência nas últimas duas décadas (Lysaght, 2017). O sistema de aprovações condicionais tem permitido que várias terapias baseadas em células-tronco sejam disponibilizadas para pacientes antes do que seria possível com os processos tradicionais de aprovação. No entanto, as terapias continuam a ser avaliadas, e a regulamentação permanece rigorosa para garantir a segurança dos pacientes (Lysaght, 2017). **Conclusão:** Por fim, este estudo demonstrou que a ética é crucial para proteger os direitos humanos e garantir que os avanços científicos sejam aplicados de forma responsável, segura e acessível, mantendo a confiança pública e prevenindo danos aos pacientes e à sociedade. Instituições de pesquisa devem estabelecer prioridades, alocar recursos adequados e garantir que as responsabilidades éticas sejam tratadas pelos próprios pesquisadores.

Palavras-chave: células-tronco; ética; medicina regenerativa.

matstreit@hotmail.com

REFERÊNCIAS

LIM, S. K.; KHOO, B. Y. An overview of mesenchymal stem cells and their potential therapeutic benefits in cancer therapy (Review). **Oncology Letters**, v. 22, n. 5, p. 785, 2021.

LYSAGHT, T. Accelerating Regenerative Medicine: The Japanese Experiment in Ethics and Regulation. **Regenerative Medicine**, v. 12, n. 6, p. 657-668, 2017.

VOLAREVIC, V.; MARKOVIC, B. S.; GAZDIC, M.; VOLAREVIC, A.; JOVICIC, N.; ARSENIJEVIC, N.; ARMSTRONG, L.; DJONOV, V.; LAKO, M.; STOJKOVIC, M. Ethical and Safety Issues of Stem Cell-Based Therapy. **International Journal of Medical Sciences**, v. 15, n. 1, p. 36-45, 2018.

OS ACOMETIMENTOS DA MUCOSA INTESTINAL EM DECORRÊNCIA DOS ASPECTOS IMUNOLÓGICOS E PATOLÓGICOS RELACIONADOS À DOENÇA CELÍACA

GHELLER, André S.¹; CAPELETI, Júlia K.¹; FERNANDES, Liliane S.²; D'AGOSTINI, Fernanda M.²; DEBIASI, Marcelina M.²; LORENCETTE, Nadia A.²

¹ Discentes do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC

² Docentes do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC

Introdução: A doença celíaca (DC) é uma enteropatia crônica que acomete 1-2% da população, cujos mecanismos afetam o intestino delgado de indivíduos geneticamente predispostos. Ela é precipitada pela dificuldade de metabolização do glúten e caracterizada por um processo inflamatório que engloba a mucosa intestinal, gerando diversas manifestações clínicas. **Objetivo:** Descrever a fisiopatologia e os mecanismos imunológicos envolvidos nos danos à mucosa intestinal na doença celíaca. **Metodologia:** Foi realizada busca em artigos científicos encontrados nas plataformas Google Acadêmico e SciELO, com os seguintes descritores: doença celíaca, glúten e mucosa intestinal. **Resultados:** Desta pesquisa, foram selecionados quatro artigos de 2010 a 2020 que discutiram sobre o tema. As moléculas do glúten são majoritariamente proteínas gluteninas e prolaminas, incapazes de serem totalmente hidrolisadas durante o processo de digestão. Os peptídeos residuais desse processo, inócuos em condições normais, se tornam deflagradores da resposta inflamatória imune nos portadores de DC (Queiroz; Simioni; Ugrinovich, 2020). Existe clara associação à dois componentes dos antígenos leucocitários humanos (HLAs) de classe II, já que 97% dos indivíduos com doença celíaca possuem alterações genéticas no cromossomo 6p21, expressando os genes que codificam HLA-DQ2 (95%) e HLA-DQ8 (5%) (Teixeira, 2012). Os HLAs, presentes em células apresentadoras de antígeno (APC), se ligam aos peptídeos residuais do glúten e apresentam esses antígenos às células TCD4 nos órgãos linfoides secundários. Na lâmina própria, os peptídeos sofrem ainda desaminação pela enzima Transglutaminase Tecidual (tTG), gerando fragmentos negativos mais compatíveis à ligação com HLA-DQ2 e HLA-DQ8 (Rodrigues, 2013). A ativação dos linfócitos TCD4 é acompanhada da produção de diversas citocinas (interferon e interleucinas), o que estabelece uma reação inflamatória local com infiltração do epitélio e da lâmina própria por células inflamatórias, hipertrofia das criptas e atrofia das vilosidades, o que gera redução da superfície de absorção intestinal. Paralelamente, os linfócitos B são ativados e produzem anticorpos contra a enzima tTG (anti-tTG), fator que contribui para a progressão da DC e ainda gera manifestações extraintestinais (Silva; Furlanetto, 2010). Há também contribuição da resposta imune inata através da ativação de linfócitos intraepiteliais (IELs), que induzem a expressão do antígeno MICA nas células epiteliais intestinais. Essa molécula (estruturalmente relacionada ao HLA Classe I) serve como ligante para receptores do grupo natural killer (NK) do tipo A, presentes também em linfócitos T (TCD4+, TCD8+ e Tγδ). As células exterminadoras ativas

agem destruindo os enterócitos que apresentam o antígeno MICA em sua superfície, conduzindo-os à apoptose e gerando aumento da permeabilidade epitelial. (Rodrigues, 2013) Nos achados de endoscopia, sugestivos para a doença, são encontradas: pregas mucosas serrilhadas, pregas achatadas e de menor tamanho, e até mesmo o desaparecimento das pregas (Silva; Furlanetto, 2010). **Conclusão:** Desse modo, a doença celíaca se caracteriza como um distúrbio autoimune atrelado à expressão dos genes HLA-DQ2 e HLA-DQ8, cuja ligação aos epítomos de glúten ativa a resposta imune inata (NK) e adquirida. O processo inflamatório crônico desencadeado gera grande dano à mucosa intestinal, requerendo atenção ao quadro para o impedimento da progressão da doença.

Palavras-chave: celíaca; glúten; doença autoimune.

asgheller.23@gmail.com

REFERÊNCIAS

QUEIROZ, Murieli Ribeiro; SIMIONI, Patricia Ucelli; UGRINOVICH, Leila Aidar. A DOENÇA CELÍACA: BASES IMUNOLÓGICAS E GENÉTICAS DA INTOLERÂNCIA AO GLÚTEN. *Revista Ciência & Inovação - FAM*, v. 5, n. 1, jun. 2020. Disponível em: https://faculadedeamericana.com.br/ojs/index.php/Ciencia_Inovacao/article/view/468/647. Acesso em: 12 ago. 2024.

RODRIGUES, Ana Sofia Medeiros. **A Doença Celíaca:** etiopatogenia, diagnóstico, aspetos clínicos e tratamento. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciências Farmacêuticas) - Faculdade de Ciências da Saúde, Universidade Fernando Pessoa, Porto, 2013. Disponível em: https://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/4096/1/TESE_Ana%20Sofia%20Rodrigues.pdf. Acesso em: 12 ago. 2024.

SILVA, Tatiana Sudbrack da Gama e; FURLANETTO, Tania Weber. Diagnóstico de doença celíaca em adultos. *Rev. Assoc. Med. Bras.*, v. 56, n. 1, p. 122-126, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ramb/a/Gh38SVTy6nzPzNxzsPHzwFv/?format=pdf>. Acesso em: 10 ago. 2024.

TEIXEIRA, Nelson Fernando Gavina. **Doença Celíaca Atualizada.** 2012. Dissertação (Mestrado em Medicina) - Universidade da Beira Interior, Covilhã, 2012. Disponível em: <https://ubibliorum.ubi.pt/bitstream/10400.6/1077/1/Doença%20Celíaca%20Atualizada.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2024.

OS DESAFIOS DA TELESSAÚDE NA PANDEMIA DA COVID-19

NASCIMENTO, Camila C. R.¹; BÖING, Hérica Z. F.¹; ROSS, Flavia S.¹; GONÇALVES, Maria C. H.¹; BONAMIGO, Elcio L.²

¹ Discentes do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

² Docente do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

Introdução: Com a declaração da Organização Mundial da Saúde (OMS) (WHO, 2020) definindo a Covid-19 como uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional, em 2020, e a chegada desse vírus no Brasil, o Ministério da Saúde regulamentou o uso da teleconsulta como ferramenta para manter os pacientes assintomáticos ou com sintomas moderados em casa, deixando os leitos dos hospitais para pacientes em estado grave e poupando, assim, o contato com pessoas infectadas. Além disso, foi de importância para que pacientes com doenças preexistentes evitassem a circulação nesses ambientes, mas mesmo assim, mantivessem o acompanhamento de suas comorbidades. **Objetivo:** Analisar as mudanças e os principais desafios do papel da telessaúde diante do cenário de pandemia. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão bibliográfica mediante a pesquisa de artigos em português, inglês, por meio das plataformas digitais Google Acadêmico e Scielo, com a utilização dos descritores “telemedicina”, “Covid-19”, “SARS-CoV-2”, “pandemia”. **Resultados:** Foram encontrados 45 artigos e selecionados 5 publicados entre os anos de 2020 a 2023. Segundo algumas evidências, o uso da telessaúde traz benefícios, como a redução do tempo de atendimento, dos custos de deslocamento de profissionais da saúde e de pacientes e também melhorias na qualidade assistencial (Caetano *et al.*, 2020). Além disso, a capacidade dos atendimentos do sistema de saúde é aumentada, facilitando o acesso das pessoas a orientações qualificadas, diminuindo a sobrecarga da APS e outros níveis de atenção, e auxiliando no ordenamento do fluxo das pessoas no sistema (Sarti *et al.*, 2020). Nesse sentido, é necessário ficar atento às questões que são trazidas pelos pacientes devido a necessidade da qualificação da oferta, que pode ser diminuída devido à telessaúde (Silva *et al.*, 2021). Apesar de ajudar na praticidade dos atendimentos, no contexto da Covid-19, a telessaúde possui limitações em casos de pacientes em estado grave e também para aqueles pacientes com impasses tecnológicos, que não possuem acesso ou com capacidade reduzida para uso desse (Paloski *et al.*, 2020). Além disso, ainda existe um abismo por conta da tecnologia, sendo o analfabetismo digital o principal desafio em relação ao acesso, além das desigualdades sociais e de saúde da população, sendo necessário direcionar para a formação de sistemas de saúde de qualidade, com garantia de acesso e equidade (Freire *et al.*, 2023). Em contrapartida, os doentes selecionados “virtualmente” ainda necessitam de testes presenciais para identificar o vírus. Ademais, os exames físicos são importantes, o que se torna limitado de serem executados remotamente, além de métodos diagnósticos auxiliares, que não podem ser realizados dessa forma (Caetano *et al.*, 2020). **Conclusão:** O desenvolvimento dos meios tecnológicos no atendimento à saúde, apesar de necessário, apresentou limitações no que

tange a abrangência dos atendimentos realizados, como por exemplo em casos de diagnósticos dependentes de exames complementares, e também pela ausência de exame físico. Portanto, para que a telessaúde se torne, de fato, efetiva, é preciso um investimento significativo das entidades, como do Ministério da Saúde, nessa área e integração de diferentes ações, como teleconsultas, telediagnósticos e telemonitoramento, a fim de integrar a multidisciplinaridade e torná-la uma realidade aplicável.

Palavras-chave: telemedicina; Covid-19; SARS-CoV-2; pandemia.

maria.goncalves@unoesc.edu.br

REFERÊNCIAS

CAETANO, Rosângela *et al.* Desafios e oportunidades para telessaúde em tempos da pandemia pela COVID-19: uma reflexão sobre os espaços e iniciativas no contexto brasileiro. **Cadernos de saúde pública**, v. 36, p. e00088920, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00088920>.

FREIRE, Mariana Prado *et al.* Telemedicina no acesso à saúde durante a pandemia de covid-19: uma revisão de escopo. **Revista de Saúde Pública**, v. 57, p. 4s, 2023. DOI: <https://doi.org/10.11606/s1518-8787.2023057004748>.

PALOSKI, Gabriela do Rosário *et al.* Contribuição do telessaúde para o enfrentamento da COVID-19. **Escola Anna Nery**, v. 24, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2020-0287>.

SARTI, Thiago Dias *et al.* What is the role of Primary Health Care in the COVID-19 pandemic? **Epidemiologia e serviços de saúde**, v. 29, p. e2020166, 2020. DOI: <https://doi.org/10.5123/S1679-49742020000200024>.

SILVA, Rodolfo Souza *et al.* O Papel da Telessaúde na Pandemia Covid-19: Uma Experiência Brasileira. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, p. 2149-2157, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232021266.39662020>.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). COVID 19 Public Health Emergency of International Concern (PHEIC) Global research and innovation forum: towards a research roadmap. **World Health Organization Geneva**. 2020. Disponível em: [https://www.who.int/publications/m/item/covid-19-public-health-emergency-of-international-concern-\(pheic\)-global-research-and-innovation-forum](https://www.who.int/publications/m/item/covid-19-public-health-emergency-of-international-concern-(pheic)-global-research-and-innovation-forum). Acesso em: 02 set. 2024.

PENSAMENTO CRÍTICO DE ESTUDANTES DA ÁREA DA SAÚDE E SUA RELAÇÃO COM O DESEMPENHO ACADÊMICO

DORÉ, Lucas F.¹; BERGONSI, Vinicius B.¹; RESELATTO, Marcia²; DALLACOSTA, Fabiana M.²

¹ Discentes do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

² Docentes do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

Introdução: O objetivo do estudo foi analisar o pensamento crítico dos estudantes de Enfermagem e sua relação com desempenho acadêmico. **Objetivo:** Descrever o pensamento crítico dos estudantes da área da saúde e sua relação com desempenho acadêmico. **Metodologia:** Trata-se de um estudo transversal, quantitativo, com coleta de dados utilizando o Questionário de Pensamento Crítico para Estudantes e Profissionais da saúde. A população da pesquisa compreendeu todos os estudantes da primeira à nona fase do curso de Enfermagem de uma Universidade de Santa Catarina. Os critérios de inclusão foram estar matriculado no curso de enfermagem e ter mais de 18 anos. Como critérios de exclusão foi estar de atestado ou não estar na aula nos dias da coleta de dados. **Resultados:** Participaram 199 acadêmicos, média de idade $24,0 \pm 6,9$ anos, 181 mulheres (91%). Não houve nenhum participante com muito baixa competência de pensamento crítico, e a maioria foi considerada com média competência (69,3%) e elevada competência (30,6%). O melhor resultado foi em Inferência e o pior em Explicação. As pessoas com elevada competência de pensamento crítico tiveram maior média de notas no semestre e os alunos a partir da sexta fase tiveram melhor desempenho de pensamento crítico. **Conclusão:** Concluiu-se que a habilidade de pensamento crítico tem uma relação direta com o desempenho acadêmico, devendo, portanto, serem estimuladas durante a formação acadêmica.

Palavras-chave: pensamento crítico; docentes; estudantes de Ciências da Saúde.

vinibarichello@hotmail.com

POLIOMIELITE: VACINAÇÃO COMO MÉTODO DE PREVENÇÃO

PARREIRA, Ana C. F.¹; GNIECH, Ana L.¹; XAVIER, Paula B.²

¹ Discentes do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

² Docente do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC/Universidade Alto Vale do Rio do Peixe - Uniarp/Caçador, SC.

Introdução: A poliomielite consiste em uma doença infectocontagiosa viral caracterizada por um quadro clínico de paralisia flácida de origem abrupta, acometendo principalmente crianças não vacinadas (Barbosa *et al.*, 2021). As ações de controle da poliomielite iniciaram na década de 1960 com o advento das vacinas contra o poliovírus, a vacina oral da pólio (VOP) e posteriormente a vacina inativada da pólio (VIP) (Verani; Laender, 2020). **Objetivo:** Analisar as características individuais de cada vacina compreendendo a importância delas no processo de erradicação e prevenção da poliomielite. **Metodologia:** Foi realizada uma revisão bibliográfica nas bases de dados “Google Acadêmico”, “SCieLO”, e “PubMed” com os descritores “Poliomielite” e “Vacina”, no período de 2018 a 2024. Dos resultados gerados, seis foram selecionados para essa revisão. **Resultados:** A poliomielite está erradicada do Brasil desde 1994, graças à aplicação em massa da VOP em menores de cinco anos. A VIP apresenta uma resposta imune baseada nos anticorpos maternos existentes nos lactantes, que debilitam o funcionamento do sistema imunológico até os seis meses da criança, além do número de doses e o intervalo corretos, que corroboram para um percentual de soroconversão de 85% a 100% contra cada antígeno, gerando uma resposta imunitária excepcional (Modlin; Bandyopadhyay; Sutter, 2021). Em contrapartida, tal vacina apresenta propriedade limitada em induzir defesa na mucosa intestinal, potencial atribuído à VOP (Oliveira, 2021). A VOP apresenta cepas vivas atenuadas, o que permite a transmissão oportuna entre pessoas através da dispersão do vírus no ambiente ao longo de um a dois meses, conferindo imunidade de rebanho à população pela imunização indireta dos indivíduos vulneráveis que não foram vacinados. A preferência pela VOP nas ações de erradicação advém do preço acessível, do fácil manejo, da proteção suscitada às mucosas e da produção de anticorpos (Famulare *et al.*, 2018; Verani; Laender, 2020). Independentemente disso, ao considerar a instabilidade do vírus atenuado, sabe-se que a VOP tem potencial de provocar epidemias, mesmo que raramente, com alastramento e malignidade comparáveis às cepas selvagens. À vista disso, para a erradicação da doença é necessário interromper o uso da VOP. Entretanto, como consequência, as defesas comunitárias contra a infecção desaparecerão gradativamente. Assim, a reinserção do agente infeccioso por acidente, por premeditação ou por contaminação sustentada não identificada poderia desencadear novos surtos. Países como a Holanda, no entanto, suprimiram os casos de poliomielite exclusivamente com a realização constante da VIP (Famulare *et al.*, 2018). Em vista disso, em 2024, o esquema vacinal brasileiro foi atualizado, tornando exclusivo o uso da VIP, com doses ministradas aos 2, 4 e 6 meses e um reforço aos 15 meses (Ministério da Saúde, 2024). **Conclusão:** As campanhas de imunização são o alicerce para o cumprimento da meta de 95% da

cobertura vacinal, visto que manter altas taxas de vacinação é a maneira mais eficaz de prevenir a circulação do poliovírus. Além disso, a exemplo de países desenvolvidos, o Brasil está empregando a vacinação exclusivamente com VIP, o que demonstra o avanço do Estado na adoção de medidas que suprimem as chances de casos esporádicos relacionados à vacina.

Palavras-chave: poliomielite; imunização; prevenção.

anacristina_parreira@hotmail.com

REFERÊNCIAS

BARBOSA, C. L. *et al.* Cobertura vacinal para Poliomielite na Amazônia brasileira e os riscos à reintrodução do poliovírus. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 7, p. e42810716768-e42810716768, 27 jun. 2021.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Retirada da vacina poliomielite 1 e 3 (atenuada) (vopb) e adoção do esquema exclusivo com vacina poliomielite 1, 2 e 3 (inativada) (vip)**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2024. Disponível em: https://cdn.medblog.estrategiaeducacional.com.br/wp-content/uploads/2024/09/informe_polio_vop_vip_13set_14h_240917_223502.pdf. Acesso em: 02 set. 2024.

FAMULARE, M. *et al.* Assessing the stability of polio eradication after the withdrawal of oral polio vaccine. **PLOS Biology**, v. 16, n. 4, p. e2002468, 27 abr. 2018.

MODLIN, J. F.; BANDYOPADHYAY, A. S.; SUTTER, R. Immunization Against Poliomyelitis and the Challenges to Worldwide Poliomyelitis Eradication. **The Journal of Infectious Diseases**, v. 224, n. 12, p. S398-S404, 30 set. 2021.

OLIVEIRA, R. M. de. **Reforço da vacinação contra a poliomielite no viajante com destino de risco**. 2021.

VERANI, J. F. de S.; LAENDER, F. A erradicação da poliomielite em quatro tempos. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, p. e00145720, 2 nov. 2020.

PREVALÊNCIA DE DOENÇAS CRÔNICAS EM UMA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA DO MEIO-OESTE CATARINENSE

GRUBER, Ticiania G.¹; ZANCAN, Caroline B.²; KLEBER, Paula G.²; RESTELLATO, Marcia T.²; CUNHA FILHO, Roberto R. da²

¹ Discente do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

² Docentes do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

Introdução: De acordo com a Portaria n. 483 do Ministério da Saúde, datada de 1º de abril de 2014, as doenças crônicas são caracterizadas por um início progressivo e uma duração prolongada ou indefinida. Geralmente, essas condições têm várias causas e requerem alterações no estilo de vida, além de um cuidado contínuo que, na maioria das vezes, não resulta em cura (Brasil, 2014).

Objetivo: Determinar quais as doenças mais prevalentes de uma estratégia de Saúde da Família em uma cidade do Meio Oeste Catarinense. **Metodologia:** Pesquisa exploratória descritiva, desde o início da implementação do sistema ESus® até fevereiro de 2023, as informações foram extraídas do banco de dados da empresa PrixNeuron®. A análise foi realizada por meio de estatística descritiva, utilizando Excel®. **Resultados:** Em um total de 1.873 inscritos, com uma idade média de $46,35 \pm 18,26$ anos, esse grupo representa 32,32% da população do município e 80,24% dos registrados na respectiva Estratégia De Saúde da Família (ESF). Quanto à distribuição por sexo, 53,08% são mulheres e 46,92% homens. Analisando os CIDs registrados observou-se que as condições agudas foram mais frequentes, representando 65% dos casos, enquanto as doenças crônicas corresponderam a 35%. No que diz respeito à prevalência de doenças crônicas, as dez condições mais comuns entre os inscritos foram: hipertensão essencial primária (19,38%), hiperlipidemia não especificada (16,92%), ansiedade generalizada (11,68%), hipotireoidismo não especificado (6,71%), diabetes mellitus não insulino dependente (5,33%), obesidade (3,98%), rinite alérgica não especificada (3,76%), dermatite atópica não especificada (2,46%), outras rinites alérgicas (1,92%) e anticoncepção (1,92%). **Conclusão:** A prevalência de doenças crônicas apresentou-se mais elevada para hipertensão, hiperlipidemia, ansiedade generalizada, hipertireoidismo, diabetes não insulino-dependente e obesidade. Os índices dessas condições, com exceção das associadas ao colesterol elevado, mostraram-se inferiores aos indicadores nacionais e estaduais analisados. Os resultados sugerem a necessidade de ajustes nas intervenções de saúde relacionadas ao colesterol, incluindo melhorias na alimentação e incremento da atividade física. Além disso, destaca-se a importância de desenvolver estratégias que visem reduzir o subdiagnóstico de doenças crônicas, uma vez que essa questão pode ajudar a explicar as divergências observadas em relação aos dados estaduais e nacionais

Palavras-chave: epidemiologia; atenção primária; doenças crônicas.

paula.kleber@unoesc.edu.br

REFERÊNCIA

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria n. 483, de 1º de abril de 2014. Redefine a Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e estabelece diretrizes para a organização das suas linhas de cuidado. **Diário Oficial da União**, n. 34, Brasília, DF, 2 de abril de 2014, p. 71.

PRINCIPAIS MOTIVOS DA RECUSA FAMILIAR NA DOAÇÃO DE ÓRGÃOS NO BRASIL

SEKI, Victor Y. M.¹; BREDA, Roger P.¹; BONAMIGO, Elcio L.²

¹ Discentes do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

² Docente do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

Introdução: A doação de órgãos é uma prática essencial para salvar vidas, mas enfrenta desafios significativos em muitos países, incluindo o Brasil. A legislação exige o consentimento familiar para a doação, mesmo que o potencial doador tenha manifestado em vida o desejo de doar. Compreender as razões por trás dessas recusas familiares é fundamental para a implementação de políticas mais eficazes que possam aumentar as taxas de doação de órgãos no país. **Objetivo:** Evidenciar as principais causas de recusa de doação de órgãos por familiares de potenciais doadores no Brasil. **Metodologia:** Foram pesquisados artigos científicos na plataforma Google Acadêmico, publicados entre 2009 e 2021, utilizando os descritores “motivos de recusa de doação de órgãos” ou “recusa na doação de órgãos” e “aborto”. **Resultados:** Após priorização daqueles trabalhos que mais se adequaram ao tema desta revisão, quatro artigos foram selecionados, todos em língua portuguesa. A não compreensão do diagnóstico da morte encefálica que é apontada como a principal causa da recusa, onde os envolvidos não conseguem entender que um corpo que possuem batimentos cardíacos, que respira (com a ajuda dos equipamentos) e que às vezes ainda possui temperatura possa estar morto (Pessoa; Schirmer; Roza, 2013). O medo da desfiguração e da perda da integridade física do corpo do falecido faz com que a família veja a doação como uma mutilação e não como um ato cirúrgico. Os familiares, que recusam a doação, não aceitam que o corpo do falecido seja submetido à cirurgia (Moraes; Massarollo, 2009). O “tempo prolongado para devolver o corpo aos familiares para o sepultamento” foi a segunda causa de recusa deste estudo, sendo esse motivo impactante em outros estudos (Rodrigues *et al.*, 2021). Colaborando com o aspecto da manutenção da integridade do corpo para o não consentimento da doação de órgãos, está a associação entre o despreparo das pessoas para o enfrentamento das situações de perda, a religiosidade e a cultura individual, bem como o imaginário da mutilação do corpo (Lira *et al.*, 2012). Para as famílias que autorizaram a doação dos órgãos de um parente falecido, o conhecimento do desejo da pessoa, em vida, em relação à doação de órgãos foi importante na tomada de decisão (Moraes; Massarollo, 2009). A manifestação prévia da pessoa também foi considerada importante por médicos e estudantes de medicina (Moraes *et al.*, 2020) **Conclusão:** As principais causas para a recusa familiar à doação de órgãos no Brasil estão ligadas à falta de compreensão do diagnóstico de morte encefálica, ao medo da desfiguração corporal, e à influência de fatores culturais e religiosos. A ausência de preparo emocional das famílias, somada ao despreparo dos profissionais para a abordagem e falta da manifestação prévia de pessoa, também contribui significativamente para a baixa adesão à doação. Políticas públicas que abordam esses

aspectos, juntamente com a sensibilização da população, podem ser determinantes para aumentar as taxas de doação de órgãos no Brasil.

Palavras-chave: doação de órgãos; recusa; morte encefálica.

victorseki12@gmail.com

rogerpozzab@gmail.com

REFERÊNCIAS

LIRA, G. G.; PONTES, C. M.; SCHIRMER, J.; LIMA, L. S. de. Ponderações de familiares sobre a decisão de recusar a doação de órgãos. **Acta Paul Enferm.**, São Paulo, v. 25, n. esp. 2, p. 140-145, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-21002012000900022>. Acesso em: 20 set. 2024.

MORAES, E. L.; MASSAROLLO, M. C. K. B. Recusa de doação de órgãos e tecidos para transplante relatados por familiares de potenciais doadores. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 131-135, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-21002009000200003>. Acesso em: 20 set. 2024.

MORAES, L. J. A. de; TREVISAN, G.; CARVALHO, D. de; STEFFANI, J. A.; BONAMIGO, E. L. Percepção de estudantes e médicos sobre autonomia na doação de órgãos. **Revista Bioética**, n. 28, n.1, p. 20 mar. 2020. Disponível em: https://revistabioetica.cfm.org.br/revista_bioetica/article/view/2053. Acesso em: 05 jun. 2024.

PESSOA, J. L. E.; SCHIRMER, J.; ROZA, B. de A. Avaliação das causas de recusa familiar a doação de órgãos e tecidos. **Acta Paul Enferm.**, São Paulo, v. 26, n. 4, p. 323-330, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-21002013000400005>. Acesso em: 20 set. 2024.

RODRIGUES, S. L. L. *et al.* Fatores relacionados à não autorização da doação de órgãos e tecidos junto a familiares que recusaram a doação. **Braz J. Transpl.**, São Paulo, v. 24, n. 4, p. 10-18, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.53855/bjt.v24i4.429>. Acesso em: 20 set. 2024.

RASTREIO DE CÂNCER DE COLO UTERINO E DE MAMA: UM ESTUDO RETROSPECTIVO DO IMPACTO DA COVID-19 EM ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA EM UM MUNICÍPIO DO MEIO-OESTE CATARINENSE

LECHER, Gabriela M.¹; LEHNEN, Heloísa H.¹; ZANCAN, Caroline B.²; BONAMIGO, Elcio L.²; KLEBER, Paula G.²; MARQUES, Roberto²

¹ Discentes do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

² Docentes do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

Introdução: O câncer de colo está relacionado a um dos tipos de neoplasias que mais acometem mulheres em idade sexualmente ativa (Santos *et al.*, 2013), sendo a quarta causa de mortalidade nas mulheres. Já a neoplasia de mama é a patologia de maior incidência e causa de mortalidade entre as mulheres (Brasil, 2021). Números que justificam a necessidade de prevenção e diagnóstico precoce, que é feito pela citopatológico para câncer uterino e mamografia para o câncer de mama (Santos *et al.*, 2013; Migowski *et al.*, 2018). **Objetivo:** Verificar se houve uma redução na taxa de exames de citopatológico e mamografias realizados durante a pandemia da Covid-19. **Metodologia:** Pesquisa quantitativa, documental do tipo descritiva, com abordagem retrospectiva e comparativa em Estratégia da Saúde da Família em município do Meio Oeste de Santa Catarina, com mulheres entre 25 e 64 anos. Fez-se uso do Sistema de Informação do Câncer (SISCAN) e de prontuários com registros de citopatológicos e mamografia no ano de 2018 a 2021. **Resultados:** Dos 601 prontuários vinculados, fez-se uso de 517 por adequarem aos critérios de inclusão, sendo a média de idade 43,57 anos (mínimo: 25; máximo: 64). Notou-se que os resultados do município destoam do país, visto que houve aumento do número de mulheres (76 mulheres) realizando citopatológico durante o período pré-pandemia. Quanto ao câncer de mama, 317 participantes foram incluídas, com aumento significativo da realização da mamografia de 62,96% em 2020 e o dobro em 2021, ambos em relação ao ano de 2019, sendo a maior frequência de BI-RADS 2, não encontrando BI-RADS 4, BI-RADS 5 e BI-RADS 6, nota-se, portanto, a importância da busca ativa como forma de prevenção, exemplificando, na realidade deste estudo, o impacto positivo do rastreamento para diagnóstico em fases precoces, já que todos os resultados foram em fases iniciais e de manejo facilitado. **Conclusão:** A pandemia não impactou negativamente na realização dos exames de citopatológico de colo uterino e mamografia, uma vez que as pacientes que já realizavam o rastreamento de forma rotineira, persistiram. Isto posto, é fundamental enfatizar a importância da execução de tais exames rotineiramente, visto que a detecção precoce torna o tratamento menos agressivo e aumenta as chances de remissão da doença, diminuindo a sua progressão e a mortalidade. Sabe-se que a única maneira de prevenção e de detecção precoce da doença é através da realização desses exames de forma rotineira, uma vez que a detecção do câncer em sua fase inicial, torna o tratamento menos agressivo e aumenta as chances de remissão da doença. **Palavras-chave:** rastreamento; Covid-19; saúde da mulher.

paula.kleber@unoesc.edu.br

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Instituto Nacional de Câncer - INCA. [S. l.], 2021. Disponível em: <https://www.inca.gov.br/>. Acesso em: 21 abr. 2021.

MIGOWSKI, A. *et al.* Diretrizes para detecção precoce do câncer de mama no Brasil. II - Novas recomendações nacionais, principais evidências e controvérsias. **Cadernos de Saúde Pública**, [s. l.], v. 34, n. 6, 21 jun. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csp/v34n6/1678-4464-csp-34-06-e00074817.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2021.

SANTOS, U. M. *et al.* Papanicolau: diagnóstico precoce ou prevenção do câncer cervical uterino? **Revista Baiana de Saúde Pública**, [s. l.], v. 37, n. 4, p. 941-951, out./dez. 2013. Disponível em: https://rbsp.sesab.ba.gov.br/index.php/rbsp/article/view/420/pdf_448. Acesso em: 28 mar. 2021.

RELAÇÃO DOS EXTREMOS DE IDADE MATERNA E COMPLICAÇÕES PERINATAIS: UMA REVISÃO DE LITERATURA

SCHAWINSKI, Andressa S.¹; TOTTI, Thais F.¹; XAVIER, Paula B.^{2;3}

¹ Discente do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

² Docente do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

³ Grupo de Pesquisa Avaliação, Gestão e Inovação em Cuidados de Saúde (AGICS), Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

Introdução: Gestações em extremos de idades reprodutivas da mulher, em geral, podem apresentar piores desfechos tanto para mãe quanto para o bebê. O fenômeno gravidez precoce e tardia é considerado em alguns países um problema de saúde pública, com suas implicações sociais e biológicas, pois são gestações consideradas de alto risco (Marques *et al.*, 2021). **Objetivo:** Evidenciar a relação de extremos da idade materna e possíveis complicações maternas-fetais. **Metodologia:** Foi realizado um levantamento bibliográfico de buscas eletrônicas na base de dados SciELO com a temática extremos de idade materna e complicações materno-fetais. Foram selecionados 6 artigos tendo como critério aqueles de relevância entre os anos 2019 a 2024. **Resultados:** A gravidez é um processo fisiológico que provoca mudanças físicas, hormonais e emocionais na mulher. Durante esse processo, as gestantes podem desenvolver doenças ou agravar patologias já existentes devido à gestação, condição essa chamada de gravidez de alto risco que pode levar a complicações maternas e fetais (Karatasli *et al.*, 2019). Sabe-se, que um dos fatores de risco é que a mãe tenha menos de 19 anos e acima de 35 anos. A gestação na adolescência é influenciada por diversas situações de vulnerabilidade que pode ser mitigada através de fatores protetores como baixa escolaridade, falta de perspectivas de futuro e de informação sexual (Fernandes *et al.*, 2021). Além disso, há um aumento significativo nas gestações de mulheres com mais de 35 anos visto que elas têm priorizado cada vez mais a conquista profissional, o que resulta no adiamento da decisão de ter filhos (Gomes *et al.*, 2021). Ademais, a gestação precoce está associada a um maior risco de desenvolver complicações como síndromes hipertensivas, restrição do crescimento fetal, anemia, desproporção feto-pélvica, partos prematuros, assim como alterações de ordem psicossocial. Nessas jovens, a probabilidade de óbitos relacionados à gravidez ou parto é duas vezes maior comparado a mulheres com 20 anos ou mais (Carvalho *et al.*, 2024). Já nas gestações em mulheres com idade avançada surgem complicações devido à diminuição da função ovariana decorrente do envelhecimento e à maior incidência de doenças crônicas associadas à idade. À medida que a gravidez ocorre em idades mais avançadas, maiores serão os riscos de complicações tanto no período gestacional quanto no pós-parto (Aldrighi *et al.*, 2021). Entre as principais condições associadas estão as síndromes hipertensivas, o diabetes mellitus gestacional (DMG) e as cromossomopatias, com destaque para as anomalias relacionadas ao cromossomo 21 (Aldrighi *et al.*, 2021). Por outro lado, gestantes adolescentes apresentam maior incidência de pré-natal

inadequado e de recém-nascidos com baixo peso. Já as gestantes de idade avançada enfrentam um risco elevado de abortos espontâneos e de doenças cromossômicas, além de uma maior prevalência de diabetes mellitus gestacional e pré-eclâmpsia (Karatasli *et al.*, 2019). **Conclusão:** Entende-se que a magnitude do risco gestacional não deve considerar apenas critérios clínicos das gestantes no pré-natal, mas deve também reconhecer as desigualdades sociais de saúde que cada mulher está inserida. Acredita-se que buscar compreender a realidade em que cada gestante está, auxilia a identificar os diferentes aspectos sociais que repercutem na saúde materna-fetal.

Palavras-chave: idade materna; extremo; complicações.

tftotti@gmail.com

REFERÊNCIAS

ALDRIGHI, Juliane Dias *et al.* Ocorrência de Complicações no Período Gestacional em Mulheres com Idade Materna Avançada. **Revista Baiana de Enfermagem**, v. 35, 2021. DOI: 10.18471/rbe.v35.43083.

CARVALHO, Maria Eduarda Maffessoni *et al.* Os Riscos Oferecidos à Gestante e ao Feto Devido a Idade Avançada. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**, v. 6, n. 2, p. 897-912, 2024. DOI: 10.36557/2674-8169.2024v6n2p897-912.

FERNANDES, Nayade Aparecida Gonçalves *et al.* Profile of women who had late gestation / Perfil de mulheres que tiveram gestação tardia. **Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental Online**, v. 13, p. 397-402, 2021. DOI: 10.9789/2175-5361.rpcfo.v13.9062.

GOMES, Tabatha Gonçalves Andrade Castelo Branco *et al.* Desfechos perinatais relacionados à idade materna e comorbidades gestacionais nos nascimentos prematuros: perinatal outcomes related to maternal age and gestational comorbidities in premature births. **Ciências Saúde**, Brasília, DF, v. 1, n. 32, p. 43-48, 10 fev. 2021.

KARATASLI, V. *et al.* Maternal and neonatal outcomes of adolescente pregnancy. **Journal of Gynecology Obstetrics and Human Reproduction**, v. 48, n. 5, p. 347-50, 2019.

MARQUES, Bruna Leticia *et al.* Orientações às gestantes no pré-natal: a importância do cuidado compartilhado na atenção primária em saúde. **Escola Anna Nery**, [s. l.], v. 25, n. 1, p. 100-108, 2021. DOI: 10.1590/2177-9465-ean-2020-0098.

RELAÇÃO ENTRE ATEROSCLEROSE E OBESIDADE NA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

TOALDO, Fernanda¹; DALLACOSTA, Danieli C.¹; DEBIASI, Marcelina M.²

¹ Discentes do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

² Docente do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

Introdução: A aterosclerose, doença que afeta artérias de médio e grande calibre, é caracterizada pela presença de lesões conhecidas como placas ateromatosas. Apesar de se manifestar geralmente em adultos e idosos, o processo aterosclerótico inicia na infância e adolescência, estando associado a fatores como obesidade e dislipidemias. **Objetivo:** Descrever a associação entre obesidade na infância e adolescência e o desenvolvimento da doença aterosclerótica. **Metodologia:** O estudo constitui uma revisão bibliográfica de artigos publicados entre 2016 e 2023, nas plataformas Google Acadêmico, Scielo e Pubmed. Foram lidos 15 artigos, dos quais 5 foram selecionados, com base nos critérios de inclusão, como idade de zero a 19 anos e artigos publicados na última década, e de exclusão, como artigos com mais de dez anos e relacionados a adultos e idosos. Foram considerados os seguintes descritores: “aterosclerose e obesidade”, “aterosclerose”, “aterosclerose e adolescência” e “aterosclerose em crianças”. **Resultados:** O acúmulo de gordura compromete as bifurcações arteriais, onde o fluxo sanguíneo é maior, contribuindo para o desenvolvimento de doenças cardiovasculares que afetam milhares de pessoas no mundo todo, sendo responsáveis por 29,4% das mortes no Brasil (Matos *et al.*, 2016). Foi constatado, a partir da revisão dos artigos, que a obesidade tem se tornado um problema de saúde pública, principalmente entre crianças e adolescentes (Andrades *et al.*, 2023; Navarro; Assis; Freitas, 2019). O acúmulo de gordura nos tecidos, atrelado ao sedentarismo e lesões do endotélio, estão associados ao aumento dos riscos cardiovasculares, correlacionando o desenvolvimento de aterosclerose à prevalência da obesidade, altos níveis de triglicédeos e colesterol em jovens, o que caracteriza essa doença como um quadro inflamatório iniciado na infância e manifestado na vida adulta. Conforme os autores, a aterogênese é mediada por mudanças nas células endoteliais estando atrelada ao estresse oxidativo, principalmente de LDL, que influencia na formação de lesões vasculares, visto que o aumento de 1% nos níveis do colesterol LDL, podem elevar em 2 a 3% o risco de doença arterial coronariana (Matos *et al.*, 2016). Essa relação pode ser evidenciada com o desenvolvimento de estrias gordurosas em vasos como a aorta e coronárias, durante a infância e adolescência, respectivamente, constatando que os desfechos cardiovasculares subsequentes são proporcionais ao tempo de exposição aos fatores de risco (Chacra, 2019). **Conclusão:** É evidente a relação entre obesidade e o desenvolvimento de aterosclerose na infância e adolescência. O excesso de peso, associado às dislipidemias, são condições predisponentes para a evolução de doenças cardiovasculares. Assim, é possível

considerar a aterosclerose como uma doença inflamatória iniciada precocemente, com potencial para complicações graves na vida adulta.

Palavras-chave: aterosclerose; infância; adolescência; obesidade; dislipidemias.

fernanda.toaldo@hotmail.com

REFERÊNCIAS

ANDRADES, C. dos S. de *et al.* Prevalence of dyslipidemia, atherogenic and cardiovascular risk in overweight and obese adolescents. **Revista Paulista de Pediatria**, v. 41, p. e2021312, 13 mar. 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rpp/a/sdSd3tNgtwSYgg5hSBpJtqk/?lang=en#>. Acesso em: 01 set. 2024.

CHACRA, A. P. M. The Importance of Identifying Risk Factors in Childhood and Adolescence. **Arquivos Brasileiros de Cardiologia**, v. 112, n. 2, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/abc/a/RbFtNGzXKkdbXbrJnXVKmXq/?lang=pt>. Acesso em: 01 set. 2024.

NAVARRO, L. C.; ASSIS, L. G. S.; FREITAS, L. M. A. de. OBESIDADE INFANTIL COMO FATOR DE RISCO PARA ATROSCLEROSE. **Brazilian Journal Of Surgery and Clinical Research - BJSCR**, Minas Gerais, p. 42-46, 23 dez. 2019. Disponível em: <https://research.ebsco.com/c/ylm4lv/viewer/pdf/aylpfdrsir>. Acesso em: 01 set. 2024.

MATOS, L. S. de *et al.* GÊNESE DA ATROSCLEROSE EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES: ARTIGO DE REVISÃO. **CONNECTION LINE - REVISTA ELETRÔNICA DO UNIVAG**, [s. l.], n. 14, 2016. Disponível em: <https://www.periodicos.univag.com.br/index.php/CONNECTIONLINE/article/view/320>. Acesso em: 01 set. 2024.

RESISTÊNCIA PARENTAL À VACINAÇÃO INFANTIL COMPULSÓRIA CONTRA COVID-19

CORREIA, Wellison F.¹; MATOS, Camili K. de¹; PERONDI, Camila K.¹; BONAMIGO, Elcio L.²

¹ Discentes do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

² Docente do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

Introdução: Em 2022, o governo brasileiro promoveu a vacinação de crianças entre 5 e 11 anos contra a Covid-19, visando proteger seu direito à vida e à saúde, previsto na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei n. 8.069/30. Entretanto, essa medida enfrentou resistência de alguns pais, que questionaram os possíveis riscos à saúde de seus filhos e defenderam seu direito de escolha. **Objetivo:** O objetivo desse estudo foi debater os principais motivos da hesitação parental em vacinar compulsoriamente seus filhos. **Metodologia:** Foram selecionados artigos sobre resistência à vacinação compulsória de crianças contra Covid-19 utilizando termos de busca: vacinação obrigatória, Covid-19, crianças, através da plataforma Google Acadêmico. **Resultados:** Obteve-se inicialmente um total de 11 publicações, onde destas, após serem utilizados os filtros: artigos e período de 2020 a 2024, reduziu-se para seis artigos. A hesitação vacinal é influenciada por fatores como: falta de conhecimento e segurança das vacinas, grau de escolaridade parental, notícias falsas, questões religiosas, instabilidade política e associação de complicações raras como o desenvolvimento de pericardite/miocardite pós vacinação (Santos *et al.*, 2023; Salvador *et al.*, 2023). De acordo com o estudo de Martinez *et al.* (2022), 51,5% dos participantes, que deveriam ser brasileiros e ter 18 anos ou mais, responderam que os pais e responsáveis deveriam ter a liberdade para decidir se seus filhos deveriam ser vacinados contra a Covid-19. Destaca-se que a hesitação acarreta consequências mais graves quando doenças imunopreveníveis são adquiridas na idade adulta, além de contribuir para a disseminação de patologias evitáveis e erradicadas no país. É importante também ressaltar que crianças que frequentam creches - locais de rápida transmissão, estão mais suscetíveis a essas doenças evitáveis. Ademais, a vacinação infantil é essencial, pois protege as crianças da vulnerabilidade imunológica (Santos *et al.*, 2023). Diante da resistência à vacinação contra a Covid-19, o Supremo Tribunal Federal estabeleceu que a obrigatoriedade é determinada pelo Estado, visando à segurança coletiva e à proteção da criança. A recusa é permitida, porém o não cumprimento pode acarretar penalidades civis, penais e administrativas (Carazzatto; Mangili; Nascimento Júnior, 2022; Silva *et al.*, 2022). No caso da imunização infantil, a vacina do Covid-19 já faz parte do calendário vacinal e é exigida para a matrícula escolar das crianças (Menequelli, 2022). **Conclusão:** Diante desses resultados, é crucial reconhecer que a aceitação das vacinas é prejudicada pela falta de conhecimento, “Fake News”, questões religiosas, instabilidade política e possível associação da vacina a problemas cardiovasculares, levando à hesitação em vacinar crianças contra a Covid-19. Isso ressalta a necessidade de campanhas educacionais e estratégias de comunicação, inclusive

combatendo campanhas antivacinas. Elas devem promover uma cultura de vacinação e proteger a saúde pública contra a Covid-19 e outras doenças infecciosas. Ademais, o programa de vacinação infantil deve garantir a segurança necessária de modo a atender ao interesse público e à saúde coletiva sem desamparar direitos individuais fundamentais, já que a aceitação da vacina tem um papel essencial no controle da pandemia.

Palavras-chave: vacinação; Covid-19; resistência; direito de escolha.

camila.perondi@unoesc.edu.br

camilikleindematos@gmail.com

wellison.correia@unoesc.edu.br

REFERÊNCIAS

CARAZZATTO, Danielle Segá; MANGILI, Gabriella Altemari; NASCIMENTO JÚNIOR, Vanderlei de Freitas. A obrigatoriedade da vacinação contra covid-19 em crianças e adolescentes ante dispositivos legais. *In: Encontro de Iniciação Científica das Faculdades Integradas de Jaú*, v. 19, p. 1-8, 1 out. 2022, Jaú, SP. *Anais [...]*. Jaú, SP, 1 out. 2022. Disponível em: <http://portal.fundacaojau.edu.br:8077/journal/index.php/enic/article/view/91/94>. Acesso em: 11 maio 2024.

MARTINEZ, Edson Zangiacomi *et al.* Brazilian Adults' Attitudes and Practices Regarding the Mandatory COVID-19 Vaccination and Their Hesitancy towards Childhood Vaccination. *Vaccines*, v. 10, n. 11, p. 1853, 1 nov. 2022. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC9699435/pdf/vaccines-10-01853.pdf>. Acesso em: 11 maio. 2024.

MENEQUELLI, Ana Carolina Moraes Aboin; SELHORST, Ana Paula Rodrigues. Compulsoriedade da vacinação infantil para COVID-19. *Saúde Coletiva*, Barueri, v. 12, n. 73, p. 9573-9586, 2022. Disponível em: <https://revistasaudecoletiva.com.br/index.php/saudecoletiva/article/view/2282>. Acesso em: 11 maio. 2024.

SALVADOR, Pétala Tuani Candido de Oliveira *et al.* Inquérito online sobre os motivos para hesitação vacinal contra a COVID-19 em crianças e adolescentes do Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 39, n. 10, p. 1-12, 6 jun. 2023. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC10581683/pdf/1678-4464-csp-39-10-PT159122>. Acesso em: 11 maio 2024.

SANTOS, Diane Fernandes dos *et al.* Fatores associados à permissão da vacinação infantil no contexto da pandemia da COVID-19. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, v. 44, p. 1-20, 21 set. 2023. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rgenf/article/view/135684/89880>. Acesso em: 11 maio 2024.

SILVA, Caroline Correa; XAVIER, Thais Pimentel. **A vacinação obrigatória de crianças e adolescentes em face da autonomia dos pais no exercício do poder familiar.** Orientador: Deo Pimenta Dutra. 2022. Trabalho de conclusão de curso II (Bacharel em Direito) - Rede de ensino DOCTUM, Juiz de Fora, MG, 2022. Disponível em: <https://dspace.doctum.edu.br/bitstream/123456789/4425/1/Caroline%20Silva%2c%20Thais%20Xavier.pdf>. Acesso em: 11 maio 2024.

RESPOSTAS TERMOGRÁFICAS AGUDAS AO ESTRESSE FÍSICO DE ATLETAS PROFISSIONAIS NA MODALIDADE DE FUTSAL

GHELLER, Deyse M.¹; CARNIEL, Rubia A.¹; RABUSKE, Wan²; PRONER, João A.²

¹ Discentes do Curso de Fisioterapia, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

² Docentes do Curso de Fisioterapia, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

Introdução: Dentre os vários métodos utilizados por equipes de saúde desportiva com o objetivo de prevenir lesões e eleger condutas está o estudo da temperatura superficial da pele. A termografia tem se mostrado a cada dia mais presente e tem-se observado notoriedade em estudos relativos ao tema. **Objetivo:** O presente estudo teve como objetivo identificar as alterações termográficas agudas de atletas profissionais de uma associação desportiva participante da Liga Nacional de Futsal na temporada 2018 submetidos a carga de treinamento e jogo. **Metodologia:** A amostra foi constituída por 16 atletas profissionais da modalidade de Futsal, que foram submetidos a uma padronização de vestimenta e ambiente para coleta, orientados a ficar em posição anatômica em pé, apenas com roupa íntima, em uma sala com temperatura a 20 °C, durante 15 minutos, sem contato com qualquer superfície. Foram realizadas três mensurações termográficas, a primeira 24 horas antes do jogo, em repouso (pré-jogo), a segunda imediatamente após o jogo (pós-jogo), e a terceira mensuração 24 horas após o jogo (follow-up), sendo cronometrado os tempos individuais de cada jogador quando submetidos à carga. **Resultados:** A amostra total foi composta por 16 atletas, e o perfil termográfico dos atletas profissionais da modalidade de Futsal apresentou hiperradiação térmica significativa em região de Panturrilha Direita - Dif. Pré/Pós ($r = 0,601$; $p = 0,050$) e em Região Lombar Direita - Dif. Pré/Follow-up ($p = 0,031$). **Conclusão:** Com esse estudo concluímos que as respostas termográficas dos atletas estudados foram significativas para panturrilha direita e região lombar, denotando possível sobrecarga funcional destas regiões, concluímos também que a termografia se mostra como ferramenta eficaz para o diagnóstico de estresse físico em atletas profissionais, contudo sugere-se que estudos futuros sejam realizados para acompanhamento das possíveis consequências e nortear rastreamento preventivo de lesões.

Palavras-chave: fisioterapia; termografia; medicina esportiva.

joao.proner@unoesc.edu.br

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, F. *et al.* A termografia no apoio ao diagnóstico de lesão muscular no esporte. *Rev. bras. med. esporte*, v. 20, n. 1, p. 59-64, 2014.

BANDEIRA, F. *et al.* Pode a termografia auxiliar no diagnóstico de lesões musculares em atletas de futebol? *Rev. bras. med. esporte*, v. 18, n. 4, p. 246-251, 2012.

BRIOSCHI, M. L. *et al.* Utilização da imagem infravermelha em reumatologia. **Rev. Bras. Reumatol**, 2007.

NEVES, E. B.; REIS, V. M. Fundamentos da termografia para o acompanhamento do treinamento desportivo. **Revista Uniandrade**, v. 15, n. 2, p. 79-86, 2014.

RESPOSTAS TERMOGRÁFICAS AGUDAS AO STRESS FÍSICO DE ATLETAS PROFISSIONAIS NA MODALIDADE DE BASQUETE

BORSATTI, Ana P.¹; CENCI, Elias¹; PRONER, João A.²

¹ Discentes do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

² Docente do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

Introdução: A prática esportiva vem crescendo ao longo dos anos ao mesmo passo que vem gerando uma série de demandas por cuidado e atenção à saúde de seus praticantes. Existem vários pontos importantes para se analisar nas lesões esportivas, tais como, a vulnerabilidade do atleta sofrer lesões e a exposição que ele sofre aos variados tipos de lesões ou mecanismos da mesma. O basquete é uma modalidade esportiva que surgiu há mais de cem anos, no Canadá, com a ideia original de se criar um esporte menos violento. No entanto, possui como características principais esforços breves e intensos, realizados em diversos ritmos, um conjunto de saltos, corridas, movimentos coordenados ataque-defesa, passes, arremessos, assim sendo um esporte de grande movimentação e coordenação.

Objetivo: Identificar as alterações termográficas agudas em situação de pós-carga e correlacioná-las a possível queixa de dor e com a posição que cada atleta assume em quadra, em atletas da modalidade de basquete em uma equipe catarinense. **Metodologia:** Trata-se de um estudo transversal, analítico, descritivo e simples cego que foi desenvolvido com os atletas de basquete de uma associação desportiva do meio oeste catarinense, realizado no mês de agosto de 2019. Os atletas foram avaliados mediante três mensurações termográficas, sendo a primeira em momentos prévios ao treino, em repouso, (pré-treino), a segunda imediatamente após o treino (pós-treino) e a terceira e última mensuração 24 horas após o treino (follow-up). **Resultados:** A posição de jogo da amostra apresentou maior prevalência na posição lateral, onde os atletas apresentaram idade entre 18 e 27 anos seguido de pivô, tendo entre 18 e 26 anos e armador, 19 e 24 anos. O estudo também apresenta correlações significativas entre a posição adotada pelo atleta e aumento da temperatura ou queixa de dor nos momentos pré, pós e follow-up. O estudo demonstra ainda maior prevalência de dor é no momento pré-treino com maior incidência em membros inferiores, sendo relatado por 57,1% dos atletas e o local mais acometido foi o joelho (35,7%). A queixa de dor reduziu para 50% na análise pós-treino não havendo nenhum relato de dor no momento follow-up, sendo este achado muito significativo ($p=0,012$). **Conclusão:** Os achados da pesquisa sugerem que a termografia é um método que apresenta importante papel na mensuração e controle do desgaste físico em atletas de basquete, onde foram encontradas alterações de temperatura, apresentando uma hiperradiação térmica aguda no momento pré-treino versus pós-treino associada a uma diminuição do quadro algico e hiporradiação no momento follow-up, onde a EVD foi relatada como zero unanimemente, sugerindo que o descanso de 24 horas foi suficiente para o atleta, devendo ser respeitado afim de diminuir futuras lesões por estresse excessivo.

Palavra-chave: esporte; basquetebol; termografia.

joao.proner@unoesc.edu.br

SÍNDROME DE BURNOUT APÓS O PERÍODO CRÍTICO DA PANDEMIA EM EQUIPE DE SAÚDE DA EMERGÊNCIA DE UM HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DO MEIO-OESTE DE SANTA CATARINA: UM ESTUDO TRANSVERSAL

VOLPATTO, Igor F.¹; LEBKUCHEN, Gabriel¹; SCAINI, Liciane A.²; KLEBER, Paula G.²; RESTELATTO, Marcia T.²

¹ Discentes do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

² Docentes do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Joaçaba, SC.

Introdução: A Síndrome de Burnout, descrita por Freudenberger em 1974, é uma condição ocupacional caracterizada por exaustão emocional, despersonalização e redução da realização pessoal, especialmente em profissionais que lidam com situações de estresse constante, como os trabalhadores da saúde (Telles; Pimenta, 2009). A pandemia de Covid-19 intensificou esses fatores estressantes, afetando significativamente a saúde mental desses profissionais. **Objetivos:** O presente estudo teve como objetivo avaliar a prevalência da Síndrome de Burnout entre os trabalhadores do setor de emergência do Hospital Universitário Santa Terezinha (HUST) e analisar o impacto da pandemia em sua saúde mental. **Metodologia:** Foi realizado um estudo transversal, utilizando o questionário Maslach Burnout Inventory-Human Service Survey (MBI-HSS) e um questionário comparativo elaborado pelos autores. A amostra foi composta por 35 profissionais que atuaram direta ou indiretamente no setor de emergência do hospital entre fevereiro de 2020 e março de 2022. **Resultados:** Os resultados revelaram uma alta prevalência de Burnout, com 42,42% da equipe apresentando sintomas significativos. Entre os participantes, 40% exibiram sintomas claros da síndrome, enquanto 14% estavam em risco de desenvolvê-la. A análise indicou que 91,67% dos trabalhadores relataram aumento do estresse durante o período da pandemia. A faixa etária de 27 a 38 anos apresentou a maior prevalência de Burnout (18,18%), e essa faixa etária também teve a maior proporção de risco (9,09%). Em termos de gênero, observou-se uma prevalência maior entre mulheres (27,27%) em comparação aos homens (12,12%) e indivíduos LGBTQIA+ (3,03%). Além disso, notou-se uma diminuição na tolerância em interações sociais, especialmente com familiares e amigos. Mesmo após o período crítico da pandemia, 26,67% dos profissionais continuavam afetados pelas consequências da síndrome. **Conclusão:** Conclui-se que é essencial monitorar a saúde mental e física dos trabalhadores que apresentaram sintomas de Burnout e implementar estratégias para reduzir fontes de estresse, além de reorganizar o processo de trabalho no ambiente de saúde. A criação de um ambiente de suporte e a promoção de intervenções preventivas podem ser fundamentais para a recuperação e o bem-estar desses profissionais.

Palavras-chave: Síndrome de Burnout; esgotamento; trabalhadores da saúde; emergência; pronto-socorro.

paula.kleber@unoesc.edu.br

REFERÊNCIA

TELLES, H.; PIMENTA, A. M. C. Síndrome de Burnout em Agentes comunitários de saúde e estratégias de enfrentamento. **Saúde E Sociedade**, v. 18, n. 3, p. 467-478, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902009000300011>.